



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PAUTA DA 14ª REUNIÃO

(4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura)

**19/04/2018
QUINTA-FEIRA
às 09 horas**

**Presidente: Senador Fernando Collor
Vice-Presidente: Senador Jorge Viana**



Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

**14ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA 55ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 19/04/2018.**

14ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA

Quinta-feira, às 09 horas

SUMÁRIO

1ª PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADE

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	MSF 16/2018 - Não Terminativo -	SENADOR FLEXA RIBEIRO	9

2ª PARTE - DELIBERATIVA

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	MSF 10/2018 - Não Terminativo -	SENADOR PEDRO CHAVES	61
2	PDS 25/2018 - Não Terminativo -	SENADOR FLEXA RIBEIRO	172
3	PDS 179/2017 - Não Terminativo -	SENADOR ARMANDO MONTEIRO	180

3ª PARTE - INSTALAÇÃO DE GRUPO PARLAMENTAR

FINALIDADE	PÁGINA
------------	--------

Reunião de instalação do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil - Reino da Arábia Saudita conjunta com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.	202
---	------------

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Viana

(19 titulares e 18 suplentes)

TITULARES		PMDB	SUPLENTE
Edison Lobão(8)	MA (61) 3303-2311 a 2313	1 Renan Calheiros(8)(14)	AL (61) 3303-2261
João Alberto Souza(8)	MA (061) 3303-6352 / 6349	2 Valdir Raupp(8)	RO (61) 3303-2252/2253
Roberto Requião(8)(14)	PR (61) 3303-6623/6624	3 Hélio José(PROS)(8)	DF (61) 3303-6640/6645/6646
Romero Jucá(8)	RR (61) 3303-2112 / 3303-2115	4 Marta Suplicy(18)(22)(23)	SP (61) 3303-6510
Fernando Bezerra Coelho(22)	PE (61) 3303-2182		
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)			
Gleisi Hoffmann(PT)(6)	PR (61) 3303-6271	1 Fátima Bezerra(PT)(6)	RN (61) 3303-1777 / 1884 / 1778 / 1682
Acir Gurgacz(PDT)(6)(17)	RO (061) 3303-3131/3132	2 José Pimentel(PT)(6)	CE (61) 3303-6390 /6391
Jorge Viana(PT)(6)	AC (61) 3303-6366 e 3303-6367	3 Paulo Paim(PT)(6)	RS (61) 3303-5227/5232
Lindbergh Farias(PT)(6)	RJ (61) 3303-6427	4 Humberto Costa(PT)(6)(17)	PE (61) 3303-6285 / 6286
Bloco Social Democrata(PSDB, DEM)			
Antonio Anastasia(PSDB)(3)	MG (61) 3303-5717	1 Cássio Cunha Lima(PSDB)(3)	PB (61) 3303-9808/9806/9809
Paulo Bauer(PSDB)(3)	SC (61) 3303-6529	2 Ronaldo Caiado(DEM)(9)	GO (61) 3303-6439 e 6440
Ricardo Ferraço(PSDB)(3)(13)(24)	ES (61) 3303-6590	3 Flexa Ribeiro(PSDB)(12)	PA (61) 3303-2342
José Agripino(DEM)(9)	RN (61) 3303-2361 a 2366	4 Tasso Jereissati(PSDB)(13)	CE (61) 3303-4502/4503
Bloco Parlamentar Democracia Progressista(PP, PSD)			
Lasier Martins(PSD)(7)	RS (61) 3303-2323	1 José Medeiros(PODE)(7)	MT (61) 3303-1146/1148
Ana Amélia(PP)(7)	RS (61) 3303 6083	2 Gladson Cameli(PP)(7)	AC (61) 3303-1123/1223/1324/1347/4206/4207/4687/4688/1822
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania(PPS, PSB, PCdoB, REDE, PODE)			
Cristovam Buarque(PPS)(5)	DF (61) 3303-2281	1 Vanessa Grazziotin(PCdoB)(5)	AM (61) 3303-6726
VAGO(5)(19)		2 Randolfe Rodrigues(REDE)(2)	AP (61) 3303-6568
Bloco Moderador(PTB, PRB, PR, PTC)			
Fernando Collor(PTC)(4)	AL (61) 3303-5783/5786	1 Wellington Fagundes(PR)(4)(15)(16)(11)(20)	MT (61) 3303-6213 a 6219
Pedro Chaves(PRB)(4)	MS	2 Armando Monteiro(PTB)(4)	PE (61) 3303 6124 e 3303 6125

- (1) O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.
- (2) Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 16/2017-BLSDEM).
- (3) Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Paulo Bauer e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Cássio Cunha Lima, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPSDB).
- (4) Em 09.03.2017, os Senadores Fernando Collor e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Armando Monteiro, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- (5) Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e a Senadora Vanessa Grazziotin, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 10/2017-BLSDEM).
- (6) Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, José Pimentel, Paulo Paim e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 9/2017-GLBPRD).
- (7) Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ana Amélia foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 29/2017-BLDPRO).
- (8) Em 09.03.2017, os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Renan Calheiros e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB para compor o colegiado (Of. 38/2017-GLPMDB).
- (9) Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
- (10) Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CRE).
- (11) Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao senador Cidinho Santos, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 29/2017-BLOMOD).
- (12) Em 21.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 106/2017-GLPSDB).
- (13) Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Tasso Jereissati, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 99/2017-GLPSDB).
- (14) Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Renan Calheiros, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 75/2017-GLPMDB).
- (15) Em 10.04.2017, o Senador Thieres Pinto foi designado membro suplente para compor o colegiado, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Moderador (Of. nº 43/2017-BLOMOD).
- (16) Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
- (17) Em 07.06.2017, o Senador Acir Gurgacz passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em permuta com o Senador Humberto Costa, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 74/2017-GLBPRD).

-
- (18) Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
- (19) Em 13.09.2017, vago em virtude de o Senador Fernando Bezerra Coelho ter sido designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
- (20) Em 19.09.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 93/2017-BLOMOD).
- (21) Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
- (22) Em 11.10.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, deixando de compor a composição como suplente (Of. nº 199/2017-GLPMDB).
- (23) Em 31.10.2017, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 208/2017-GLPMDB).
- (24) Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUINTAS-FEIRAS 9:00 HORAS
SECRETÁRIO(A): ALVARO ARAUJO SOUZA
TELEFONE-SECRETARIA: 61 3303-3496
FAX:

TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:
E-MAIL: cre@senado.leg.br



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
55ª LEGISLATURA

Em 19 de abril de 2018
(quinta-feira)
às 09h

PAUTA
14ª Reunião, Extraordinária

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL - CRE

1ª PARTE	Indicação de Autoridade
2ª PARTE	Deliberativa
3ª PARTE	Instalação de Grupo Parlamentar
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

Retificações:
1. . (18/04/2018 11:15)

1ª PARTE**PAUTA****ITEM 1****MENSAGEM (SF) Nº 16, de 2018****- Não Terminativo -**

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor LUÍS HENRIQUE SOBREIRA LOPES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Coreia.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1 - Em 12/04/2018, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2 - A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)\)](#)

[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)\)](#)

[Relatório Legislativo \(CRE\)\)](#)

2ª PARTE**PAUTA****ITEM 1****MENSAGEM (SF) Nº 10, de 2018****- Não Terminativo -**

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora MÁRCIA DONNER ABREU, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República do Cazaquistão, e, cumulativamente, junto à República do Turcomenistão e à República Quirguiz.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Pedro Chaves

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Nesta Reunião será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Textos da pauta:

[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)\)](#)

[Mensagem \(PLEN\)\)](#)

[Relatório Legislativo \(CRE\)\)](#)

ITEM 2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 25, de 2018**- Não Terminativo -**

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte para o Intercâmbio de Informações Relativas a Tributos, celebrado em Brasília, em 28 de setembro de 2012.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN)

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pela aprovação

Textos da pauta:

[Projeto de Decreto Legislativo \(PLEN\)\)](#)

[Relatório Legislativo \(CRE\)\)](#)

ITEM 3**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 179, de 2017****- Não Terminativo -**

Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a Confederação Suíça para o Intercâmbio de Informações sobre Matéria Tributária, assinado em Brasília, em 23 de novembro de 2015.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN)

Relatoria: Senador Armando Monteiro

Relatório: Pela aprovação

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)\)](#)

[Relatório Legislativo \(CRE\)\)](#)

3ª PARTE**Instalação de Grupo Parlamentar****Assunto / Finalidade:**

Reunião de instalação do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil - Reino da Arábia Saudita conjunta com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

1ª PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADE

1



SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 16, DE 2018

(nº 168/2018, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor LUÍS HENRIQUE SOBREIRA LOPES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Coreia.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

Mensagem nº 168

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor LUÍS HENRIQUE SOBREIRA LOPES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Coreia.

Os méritos do Senhor Luís Henrique Sobreira Lopes que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 3 de abril de 2018.

EM nº 00056/2018 MRE

Brasília, 27 de Março de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **LUÍS HENRIQUE SOBREIRA LOPES**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Coreia.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e curriculum vitae de **LUÍS HENRIQUE SOBREIRA LOPES** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Aloysio Nunes Ferreira Filho

Aviso nº 152 - C. Civil.

Em 3 de abril de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor LUÍS HENRIQUE SOBREIRA LOPES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Coreia.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *LUÍS HENRIQUE SOBREIRA LOPES*

CPF.: 221.191.591-49

ID.: 7728 MRE

1958 Filho de Jair Baptista Lopes e Rita Vilela Sobreira Lopes, nasce em 28 de setembro, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1979 CPCD - IRBr

1984 CAD - IRBr

2004 CAE - IRBr, O Brasil e a febre aftosa na América do Sul: um chamado concreto à liderança

Cargos:

1980 Terceiro-Secretário

1983 Segundo-Secretário

1989 Primeiro-Secretário, por merecimento

1996 Conselheiro, por merecimento

2005 Ministro de Segunda Classe, por merecimento

2014 Ministro de Primeira Classe, por merecimento

Funções:

1980-83 Divisão da África I, assistente

1983 Departamento do Oriente Próximo, assistente

1983-86 Cerimonial, assessor

1986-89 Embaixada em Londres, Segundo Secretário

1989-93 Embaixada em Ottawa, Segundo e Primeiro Secretário

1993-95 Divisão da América Meridional I, assessor

1995-97 Divisão de Protocolo, Chefe, substituto

1995 Instituto Rio Branco, Orientador Profissional

1996-97 Coordenação-Geral de Protocolo, Coordenador-Geral, substituto e Coordenador-Geral

1997-01 Embaixada em Washington, Conselheiro

2001-03 Embaixada em Montevidéu, Conselheiro e Encarregado de Negócios

2003-05 Embaixada em La Paz, Conselheiro

2005-07 Instituto Rio Branco, Coordenador-Geral de Ensino e Diretor-Geral Adjunto

2007-10 Missão junto à CEE, Bruxelas, Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios

2010-13 Missão junto à UE, Bruxelas, Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios

2012 III Reunião do Conselho de Governadores da Fundação EU-LAC, Bruxelas, Chefe de delegação

2013-14 Embaixada em Roma, Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios

2014-2016 Assessor Especial da Secretaria-Geral das Relações Exteriores, 2014-2016;

2015-2016 Coordenador-Geral do Grupo de Trabalho de Organização de Eventos (GTOEV)

2016 Diretor do Departamento da África

Chefias de Delegação:

1993-94 V e VI Reunião das Contrapartes Técnicas sobre Recurso Solo da Bacia do Prata, Buenos Aires

1994 V Reunião das Contrapartes Técnicas de Transporte Terrestre da Bacia do Prata, Buenos Aires

1999-00 32ª e 33ª Sessão do Comitê do Codex Alimentarius sobre Higiene Alimentar, Washington

2000	12ª Sessão do Comitê do Codex Alimentarius sobre Resíduos de Drogas Veterinárias em Alimentos, Washington
2011	V Reunião de Alto Nível do Diálogo Abrangente e Estruturado sobre Migrações entre a América Latina e o Caribe e a União Européia, Bruxelas
2011	XXXV Reunião de Altos Funcionários do Mecanismo de Diálogo entre a América Latina e o Caribe e a União Européia, Bruxelas
2012	XXXVIII Reunião de Altos Funcionários do Mecanismo de Diálogo entre a CELAC e a UE

Condecorações:

1984	Ordem Alauíta, Marrocos, Cavaleiro
1984	Ordem de Isabel, a Católica, Espanha, Cavaleiro
1985	Ordem da Águia Azteca, México, Insígnia
1986	Ordem do Infante Dom Henrique, Portugal, Oficial
1986	Ordem Nacional do Mérito, França, Cavaleiro
1989	Ordem de Rio Branco, Brasil, Cavaleiro
1995	Ordem ao Mérito da República, Oficial, Itália;
1995	Ordem Militar de Cristo, Portugal, Cavaleiro
1995	Ordem do Mérito Federal, Alemanha, Oficial
1996	Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Oficial
1997	Ordem da Rosa Branca, Finlândia, Comendador
2011	Medalha Mérito Tamandaré, Brasil

ALEXANDRE JOSÉ VIDAL PORTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

SUBSECRETARIA-GERAL DA ÁSIA E DO PACÍFICO (SGASP)
Departamento da Ásia do Leste (DAL)
Divisão do Japão e da Península Coreana (DJC)

COREIA DO SUL



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Março de 2018

DADOS BÁSICOS SOBRE COREIA DO SUL	
NOME OFICIAL	República da Coreia
GENTÍLICO	coreano
CAPITAL	Seul
ÁREA	99.678 km ²
POPULAÇÃO	50,3 milhões
LÍNGUA OFICIAL	coreano
PRINCIPAIS RELIGIÕES	(49,3%) ateísmo, cristianismo (26,3%), budismo (23,2%)
SISTEMA DE GOVERNO	República presidencialista
PODER LEGISLATIVO	Assembleia Nacional (Kuk Hoe); Parlamento unicameral, composto por 300 membros, eleitos para mandatos de 4 anos
CHEFE DE ESTADO	Presidente Moon Jae-in (desde 10 de maio de 2017)
CHEFE DE GOVERNO	Presidente Moon Jae-in (desde 10 de maio de 2017)
CHANCELER	Kang Kyung-wha (desde 18 de junho de 2017)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2016)	US\$ 1,41 trilhão (2016) (Banco Mundial)
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2016)	US\$ 1,87 trilhões (2016) (Banco Mundial)
PIB PER CAPITA (2016)	US\$ 27.53 mil (2016) (Banco Mundial)
PIB PPP PER CAPITA (2016)	US\$ 36.53 mil (2016) (Banco Mundial)
VARIAÇÃO DO PIB	2,8% (2016); 2,8% (2015); 3,3% (2014); 2,9% (2013) (Banco Mundial)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2016)	0,901 (18º lugar entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2016)	82,1 anos (PNUD)
ALFABETIZAÇÃO	Dado não disponível
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2016)	3,7% (PNUD)
UNIDADE MONETÁRIA	won sul-coreano
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Lee Jeong-gwan (desde 15/05/15)
BRASILEIROS NO PAÍS	Há registro de cerca de 1.400 brasileiros residentes na Coreia do Sul.

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL - COREIA DO SUL (fonte: MDIC)										
BRASIL → REPÚBLICA DA COREIA	1999	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017

Intercâmbio	1.646	2.310	2.302	12.182	5.438	7.476	14.791	14.211	8.542	8.316
Exportações	0.627	0.736	1.223	1.896	2.046	2.658	4.693	4.719	3.122	3.077
Importações	1.018	1.574	1.078	8.421	3.391	4.818	10.097	9.491	5.420	5.239
Saldo	-391	-0.837	0.144	-4.661	-1.344	-2.160	-5.403	-4.771	-2.298	-2.162

APRESENTAÇÃO

Com um território de 99.678 km² e uma população de cerca de 50 milhões de habitantes, a Coreia do Sul é, hoje, um dos mais prósperos países do mundo, ocupando a 11^a posição entre as economias mundiais e 4^a na Ásia. Desempenha, ademais, papel de destaque na geopolítica regional, tendo em vista sua proximidade da China, da Rússia e do Japão, além de sua fronteira terrestre com a Coreia do Norte. As constantes tensões na região, decorrentes da Guerra da Coreia (1950-1953), que dividiu a Península Coreana após o fim do domínio colonial japonês, marcam as políticas interna e externa do país.

PERFIS BIOGRÁFICOS

MOON Jae-in Presidente da República



Nasceu em 1953. É membro do Partido Democrático da Coreia (DPK). Foi eleito presidente em 10 de maio de 2017. Filho de pais norte-coreanos que partiram para o Sul em meio à Guerra da Coreia, cresceu em situação de extrema pobreza. Ingressou, em 1972, na faculdade de Direito da Universidade Kyung Hee, onde combateu o regime militar do General Park Chung-hee (pai da ex-presidente Park Geun-hye). Engajado no movimento contra a ditadura, foi preso em 1975 e forçado a prestar serviço militar após ser solto. Tornou-se advogado em 1980, passando a trabalhar na área de direitos humanos com Roh Moo-hyun, de quem foi secretário de Assuntos Cíveis e, posteriormente, chefe de gabinete, quando este assumiu a Presidência, em 2002.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas entre o Brasil e a Coreia do Sul (República da Coreia) foram estabelecidas em 1959. O Brasil foi o 8.º país do mundo e o 1.º latino-americano a reconhecer oficialmente o país. Por sua vez, a República da Coreia abriu, em 1962, no Rio de Janeiro, sua primeira

embaixada na América Latina. Em 1965, o Brasil abriu sua embaixada em Seul.

As relações Brasil-Coreia do Sul foram progressivamente ganhando densidade com a celebração de diferentes instrumentos bilaterais: Acordo de Comércio, em 1963; Acordo Cultural, em 1966; Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda, em 1989 (alterada por Protocolo de 2015); Acordo sobre Cooperação nos Campos da Ciência e Tecnologia, em 1991; Acordo para Serviços Aéreos entre seus Respectivos Territórios e Além, em 1992; Tratado de Extradicação, em 1995; Acordo de Cooperação no Domínio do Turismo, em 1996; Acordo sobre Isenção de Vistos e Acordo para Cooperação nos Usos Pacíficos da Energia Nuclear, ambos em 2011; Acordo sobre Assistência Judiciária Mútua em Matéria Penal, em 2002; Acordo sobre Cooperação no Domínio da Defesa, em 2006; e Acordo de Previdência Social, em 2012.

O último encontro bilateral de alto nível ocorreu no dia 19/3/2018, no marco da vinda do primeiro-ministro Lee Nak-yeon ao Brasil (17-19/3), para participar do 8º Fórum Mundial da Água. Na ocasião, o primeiro-ministro Lee foi recebido, em encontro de cortesia, no Palácio do Planalto, pelo presidente Michel Temer. Antes disso, em 2012, o presidente Temer, à época vice-presidente, manteve encontro com o então primeiro-ministro Kim Hwang-sik, à margem da II Cúpula de Segurança Nuclear, em Seul.

A última visita de um chefe de Estado brasileiro à Coreia do Sul foi em 2010, quando o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva esteve no país para participar da Cúpula do G-20. Antes disso, em 2005, o presidente Lula realizara visita estritamente bilateral. Igualmente bilateral foi a visita, em 2001, do então presidente Fernando Henrique Cardoso à Coreia do Sul.

O Brasil recebeu as seguintes visitas de presidentes sul-coreanos: Park Geun-hye, em 2015; Lee Myung-bak, em 2008; Roh Moo-hyun, em 2004; e Kim Young-sam, em 1996.

Entre chanceleres, os contatos em foros multilaterais são frequentes. Exemplo disso ocorreu em 23/9/2017, em Nova York, à margem do Debate Geral da 72ª AGNU, quando o chanceler brasileiro, Aloysio Nunes, e sua homóloga sul-coreana, Kang Kyung-wha, mantiveram encontro bilateral, ocasião em que percorreram temas da agenda comum. Além desses contatos, o Brasil já recebeu três chanceleres da Coreia do Sul (sem considerar as visitas presidenciais, normalmente acompanhadas pelos ministros de relações exteriores): Kim Sung-hwan, em 2012; Gong Ro-myung, em 1995; e Kim Yong-shik, em 1973. Do lado brasileiro, o ministro Francisco Rezek foi o único chanceler a realizar visita oficial ao país asiático, em 1991.

O Brasil e a Coreia do Sul mantêm diversas instâncias de diálogo bilateral: Mecanismo de Consultas Políticas; Fórum Brasil-Coreia; Comitê

Consultivo Agrícola; Comissão Mista de Ciência Tecnologia e Inovação; Comitê Conjunto de Promoção de Comércio e Investimentos e Cooperação Industrial; e Mecanismo de Consultas sobre Recursos Energéticos e Minerais.

Há três grupos parlamentares dedicados à Coreia do Sul: (a) Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Coreia do Sul, criado em 1984 e presidido pelo deputado Claudio Cajado (DEM/BA); (b) Frente Parlamentar Mista pelo Fortalecimento das Relações Brasil-Coreia do Sul, criado em 2015 e presidida pelo deputado Raimundo de Matos (PSDB/CE); e (c) Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Coreia do Sul no Senado, criado em 2017.

Entre 27/2 e 1/3/2018, delegação parlamentar chefiada pelo deputado federal Jair Bolsonaro (PSC/RJ) e integrada pelos deputados federais Eduardo Bolsonaro (PSC/SP) e Onyx Lorenzoni (DEM/RS), pelo deputado estadual fluminense Flávio Bolsonaro (PSC/RJ) e pelo vereador carioca Carlos Bolsonaro (PSC/RJ) esteve na Coreia do Sul para manter encontros com instituições governamentais e privadas das áreas de educação, inovação, novas tecnologias, entre outros compromissos.

No plano da cooperação descentralizada, cabe destacar a visita oficial a Seul do prefeito de São Paulo, João Dória, entre 12 e 15/4/2017, no marco do 40º aniversário de acordo de cidades-irmãs firmado entre as duas cidades.

Assuntos Consulares

Estima-se que a comunidade brasileira na Coreia do Sul seja de cerca de 1400 pessoas. O contingente populacional de coreanos e descendentes no Brasil, estabelecidos principalmente na cidade de São Paulo, é estimado em cerca de 50 mil pessoas. O Brasil conta com a 3ª maior população coreana fora da Ásia e a 11ª no mundo. A Coreia do Sul mantém um Consulado-Geral em São Paulo (estabelecido em 1968) e, desde janeiro de 2018, um Consulado Honorário no Rio de Janeiro. O Brasil, por sua vez, mantém setor consular em sua Embaixada em Seul e dois Consulados Honorários na Coreia do Sul, ambos estabelecidos em 2011: em Busan, no Sul do país, e em Incheon, região portuária próxima à capital.

POLÍTICA INTERNA

Executivo:

A Coreia do Sul é uma república presidencialista. O mandato do presidente da República é de cinco anos, sem reeleição. Apesar de o presidente concentrar as chefias de Estado e de Governo, o país conta com um primeiro-ministro, indicado pelo presidente e primeiro na linha sucessória, já que inexistente a figura do vice-presidente.

Após período de sucessivos governos militares (a partir de 1961), a Coreia do Sul democratizou-se em 1987. Os principais partidos políticos são o "Partido Coreia Liberdade" (LKP), de viés conservador, e o "Partido Democrático da Coreia" (DPK), atualmente no poder, de orientação liberal de centro-esquerda. Em fevereiro de 2016, dissidentes do DPK criaram o "Partido do Povo", liberal e centrista, que tem ganhado relevância no cenário político sul-coreano.

A ex-presidente Park Geun-hye, do "Partido Coreia Liberdade" (LKP), foi destituída por meio de processo de *impeachment* em 10/3/2017, faltando apenas um ano para completar seu mandato. Pouco depois, em 10/5/2017, o liberal Moon Jae-in, do DPK, foi eleito presidente, encerrando ciclo de nove anos de governos conservadores. Moon venceu com a maior margem de votos já registrada na história do país: 5,56 milhões de votos a mais que o segundo colocado, Hong Joon-pyo, do partido da ex-presidente. Durante sua campanha, Moon prometeu maior engajamento nas relações com a Coreia do Norte, reforma das leis que regem os conglomerados econômicos, emenda à Constituição para reduzir os poderes do presidente e mudanças no sistema judiciário.

Legislativo:

O Poder Legislativo é constituído pela Assembleia Nacional (parlamento unicameral), com 300 membros (deputados), cujos mandatos são de 4 anos. Desse total, 246 parlamentares são eleitos por voto majoritário, nas eleições principais, e 54 por sistema de representação proporcional em lista fechada, nas eleições parciais. O "Partido Coreia Liberdade" (LKP), partido da então presidente Park, sofreu recuo na 20ª eleição geral para a Assembleia Nacional, em 13/4/2016, obtendo 122 cadeiras, contra as 146 que ocupava à época. O DPK, por sua vez, assegurou 120 representantes. Posteriormente, em decorrência do processo de *impeachment* contra Park, parlamentares dissidentes se desligaram do LKP, de forma que o DPK passou a ter a maior bancada parlamentar.

Judiciário:

A principal instância do poder judiciário sul-coreano é a Suprema Corte, que conta com um presidente e mais 13 juízes, os quais cumprem mandato de 6 anos. O país também dispõe de uma Corte Constitucional, que, junto com a Suprema Corte, julga casos relacionados a revisões constitucionais. O atual governo defende que sejam mudadas as regras vigentes acerca da nomeação de juízes, mas, em linha com o princípio de separação de poderes, afirma que o processo de reforma deve partir do próprio Judiciário.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa sul-coreana é marcada pela aliança político-militar com os Estados Unidos, pelas relações com os vizinhos do Nordeste Asiático (China e Japão) e pela persistência na Península Coreana de um armistício, já que tratado de paz que pusesse fim à Guerra da Coreia (1950-1953) nunca foi assinado.

Após a escalada de tensões na península coreana que marcou os anos de 2016 e 2017, a Coreia do Norte (República Popular Democrática da Coreia - RPDC) passou a dar sinais de abertura, expressados na mensagem de Ano Novo do líder Kim Jong-un. Após dois anos de interrupção, as duas Coreias retomaram ligação telefônica direta de que dispunham e mantiveram encontro em 9/1/2018, em Panmunjon, na Zona Desmilitarizada (DMZ) entre os dois países. Na ocasião, concordaram em manter abertos os canais intercoreanos e acertaram a participação de delegação da RPDC nos Jogos Olímpicos de Inverno de PyeongChang, em fevereiro de 2018. As conversações tiveram como resultado, ainda, as visitas à Coreia do Sul, para participar da cerimônia de abertura das Olimpíadas de PyeongChang, de Kim Yong-nam — Chefe de Estado oficial da RPDC — e de Kim Yo-jong — irmã mais nova de Kim Jong-un. Em breve encontro com o presidente sul-coreano, Kim Yo-jong transmitiu-lhe convite para visitar Pyongyang.

Após essa visita, seguiram-se outros encontros entre altas autoridades de ambos os países. Entre os dias 25 e 2/2/2018, delegação de alto nível da RPDC, liderada pelo general Kim Yong Chol (Vice-Presidente do Comitê Central do Partido do Trabalho), participou da cerimônia de encerramento dos Jogos de PyeongChang e manteve encontro com o presidente Moon. O general Kim teria sinalizado, na ocasião, que a Coreia do Norte estaria aberta a diálogo com os Estados Unidos.

Em 5/3/2018, delegação liderada pelo diretor de segurança nacional da Coreia do Sul, Chung Eui-yong, encontrou-se com o líder Kim Jong-un em Pyongyang. Segundo Chung, a Coreia do Norte teria, nessa oportunidade, reafirmado sua disposição de retomar o diálogo com os EUA a propósito da desnuclearização da Península e a suspender os testes nucleares durante o período das conversações. O enviado especial de Moon informou, ainda, ter sido acordada, para o fim de abril/2018, a realização do encontro entre Moon Jae-in e Kim Jong-un, em Panmunjeon, na Zona Desmilitarizada.

Em 9/3/2018, Chung Eui-yong, anunciou que o presidente americano Donald Trump teria concordado em se encontrar com o líder norte-coreano Kim Jong-un em maio/2018.

Para o governo do presidente Moon Jae-in, a distensão em curso na Península Coreana representa uma grande vitória, já que tradicionalmente

defende o chamado "enfoque em duas vias" para as relações intercoreanas. Para o presidente Moon Jae-in, a continuidade das sanções em resposta às ações belicosas da RPDC deve dar-se paralelamente à retomada do diálogo.

A política externa sul-coreana também se caracteriza por viés econômico voltado ao comércio internacional e à negociação de Acordos de Livre-Comércio (ALC). O país possui, atualmente, acordos com parceiros que correspondem a cerca de 76% do PIB mundial (incluindo China, Estados Unidos e União Europeia) e está em conversações para firmar pactos com Indonésia, Israel, Japão, Malásia, México, Conselho de Cooperação do Golfo, além de acordo trilateral Coreia-China-Japão e da Parceria Econômica Compreensiva Regional (RCEP).

Os países latino-americanos adquirem crescente importância para o país. Desde 2014, são realizados encontros anuais entre os chanceleres da Coreia do Sul e dos países do Quarteto da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), a última delas em setembro/2017, à margem da 72.^a Assembleia-Geral da ONU. Outro sinal do adensamento das relações da Coreia do Sul com os países latino-americanos foi a realização, em 11/4/2016, do Seminário Acadêmico Trilateral Coreia-CELAC-CEPAL, na sede da CEPAL, em Santiago do Chile. Ademais, a Coreia do Sul busca exercer protagonismo no fortalecimento do Foro de Cooperação América Latina – Ásia do Leste (FOCALAL) como agrupamento de diálogo e de aproximação entre a Ásia e a América Latina. Além de hospedar e coordenar os trabalhos do Secretariado Virtual, Seul atua como Coordenador Regional para a Ásia do Leste.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Com PIB nominal de US\$ 1,53 trilhão em 2017 (estimativa do FMI), a Coreia do Sul posicionou-se como a 11.^a maior economia do mundo e a 4.^a maior da Ásia (atrás de China, Japão e Índia).

Tendo em vista a relevância do comércio exterior para seu crescimento, a economia da Coreia do Sul apresenta alto grau de vulnerabilidade em relação a flutuações do mercado global. Apesar da crise de 2008/2009, o país conseguiu manter crescimento, ainda que a taxas menores que no passado: 6,5% (2010); 3,7% (2011); 2,3% (2012); 2,9% (2013); 3,3% (2014); 2,6% (2015); 2,8% (2016). Em 2017, a economia cresceu 3%, superando previsões internacionais (de 2,6%), graças ao bom desempenho do setor externo. Nesse ano, a corrente de comércio entre a Coreia do Sul e o resto do mundo, após hiato de três anos, voltou a alcançar a marca de US\$ 1 trilhão.

De acordo com dados publicados pelo Ministério de Comércio, Indústria e Energia, o valor total exportado aumentou, em 2017, quase 16%

em relação a 2016, alcançando US\$ 574 bilhões, maior cifra da série histórica anual desde 1956, quando os dados começaram a ser compilados. Tal volume equivale a 3,6% das exportações mundiais, o que elevou a Coreia do Sul à condição de 6º maior exportador do mundo. A ampliação das exportações deve-se, sobretudo, a vendas de semicondutores, produtos de petróleo, petroquímicos, embarcações e produtos siderúrgicos. Embora as importações sul-coreanas também tenham tido incremento expressivo (chegando a US\$ 478 bilhões) em 2017, o saldo da balança comercial coreana registrou superávit de US\$ 95,8 bilhões (7,4% a mais que em 2016, quando o saldo positivo atingira US\$ 89,2 bilhões).

Também os investimentos externos foram, em 2017, importante fator para o crescimento da Coreia do Sul. Segundo informado pelo governo, os investimentos estrangeiros diretos destinados ao país alcançaram o maior patamar histórico: US\$ 23 bilhões, um aumento de 7,7% em relação a 2016. Foi o terceiro ano consecutivo em que o ingresso anual de Investimento Externo Direto (IED) superou a marca de US\$ 20 bilhões no país. Os investidores dos Estados Unidos e do Japão foram os principais responsáveis pelo aumento desse fluxo.

Apesar do cenário positivo, o presidente Moon Jae-in tem defendido mudança radical do paradigma econômico do país, ao buscar implementar modelo de crescimento econômico impulsionado pelo aumento da renda e do consumo das famílias, de forma a reduzir o peso do setor externo na economia.

Relações econômicas bilaterais:

A Coreia do Sul é importante parceiro comercial do Brasil na Ásia. Nos últimos anos, o intercâmbio bilateral intensificou-se significativamente, tendo atingido, em 2016 e em 2017, volume de comércio de cerca de US\$ 8,3 bilhões. O país é o terceiro maior parceiro comercial do Brasil na Ásia, atrás apenas da China e do Japão. O Brasil, por sua vez, é o segundo maior parceiro comercial da Coreia do Sul na América Latina, após o México. Apesar do forte intercâmbio bilateral, o Brasil acumula sucessivos déficits com a Coreia do Sul — de US\$ 2,5 bilhões em 2016 e de US\$ 1,4 bilhão em 2017.

O Brasil tem especial interesse na obtenção de maior abertura do mercado sul-coreano para os produtos agrícolas nacionais. O Brasil é o maior fornecedor externo de frango para a Coreia do Sul, com 85% do mercado local, mas deve enfrentar crescente concorrência de terceiros países: o mercado foi reaberto para a Tailândia no fim de 2016, e as tarifas para os Estados Unidos e a União Europeia serão significativamente diminuídas, em decorrência da assinatura de acordos de livre-comércio. Há interesse em exportar carne bovina e suína brasileira, mas o mercado sul-

coreano permanece fechado aos produtos brasileiros em razão de barreiras sanitárias.

Estão em curso tratativas entre a Coreia do Sul e os países do Mercosul para lançamento de negociações de acordo comercial. O Diálogo Exploratório entre o Mercosul e a República da Coreia foi concluído em março de 2017. Definiram-se parâmetros para negociação de futuro acordo comercial por ocasião de visita de delegação sul-coreana a Buenos Aires.

O estoque de investimentos sul-coreanos no Brasil totaliza US\$ 3 bilhões. Em 2017, o fluxo anual de investimentos sul-coreanos no país totalizou US\$ 454 milhões. No Brasil atuam, entre outras, a Hyundai/KIA, no setor automobilístico; a Samsung e a LG Electronics, com foco em aparelhos eletrônicos (ambas possuem fábricas no Polo Industrial de Manaus); a CJ, no ramo de produtos químicos; a Hyosung, que industrializa látex; e a Doosan Infracore, na área de maquinário pesado; a POSCO, na Companhia Siderúrgica do Pecém (CE), em parceria com a Vale; e a Hana Micron, em parceria com a brasileira Altus/Parit Participações, na área de semicondutores.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1948	Proclamação da República da Coreia com soberania sobre o território abaixo do paralelo 38°.
1950-53	Guerra da Coreia.
1961	Golpe militar leva o General Park Chung-hee ao poder.
1979	General Park é assassinado. General Chun Doo-hwan assume o poder.
1986	Emenda constitucional permite eleição direta para presidente.
1987	Deposição do presidente Chun, sucedido por Roh Tae-woo, eleito pelo voto popular.
1988	Jogos Olímpicos de Seul. Primeiras eleições parlamentares livres.
1991	As duas Coreias tornam-se membros das Nações Unidas.
1993	Eleição do primeiro presidente civil, Kim Young-sam.
1996	Acessão da Coreia do Sul à OCDE.
1998	Presidente Kim Dae-jung lança a <i>Sunshine Policy</i> , que advoga maior abertura em relação à RPDC.
2000	I Cúpula Intercoreana entre Kim Jong-il e o presidente Kim Dae-jung. Kim Dae-jung recebe o Prêmio Nobel da Paz.
2002	Incidentes navais entre as duas Coreias. Roh Moo-hyun eleito presidente.
2002	Coreia do Sul sedia a Copa do Mundo, juntamente com o Japão.
2006	Chanceler Ban Ki-moon eleito Secretário-Geral da ONU.

	Testes nucleares conduzidos pela Coreia do Norte.
Fev/2007	Definida para 2012 a transferência dos EUA ao governo sul-coreano do controle operacional das forças armadas em tempos de guerra.
Jun/2007	Assinatura do Acordo de Livre Comércio com os EUA.
Out/2007	II Cúpula Intercoreana entre Kim Jong-il e o presidente Roh Moo-hyun.
Dez/2007	Vitória de Lee Myung-bak nas eleições presidenciais.
2008	Dificuldades no diálogo intercoreano no decorrer do ano.
Jan/2009	A Coreia do Norte declara ser alvo de ameaça militar dos EUA e recua de seus planos de reaproximação com a Coreia do Sul.
Abr/2009	A Coreia do Norte lança foguete, que alega ser veículo lançador de satélites. O Conselho de Segurança da ONU condena o lançamento. A Coreia do Norte se retira das negociações Hexapartites.
Mai/2009	A Coreia do Norte realiza testes nucleares subterrâneos.
Mar/2010	Afundamento da corveta sul-coreana Cheonan eleva as tensões na Península.
Jun/2010	Os EUA acordam em adiar, de abril/2012 para dezembro/2015, a transferência do controle operacional das Forças Armadas sul-coreanas em tempos de guerra.
Nov/2010	Ataque de artilharia norte-coreana à ilha sul-coreana de Yeonpyeong.
Dez/2011	Morte do líder norte-coreano Kim Jong Il.
Fev/2012	Acordo EUA-RPDC pela moratória do programa nuclear e missilístico norte-coreano em troca de ajuda alimentar.
Mar/2012	Entrada em vigor do Acordo de Livre-Comércio com os EUA.
Abr/2012	Tentativa de lançamento do foguete norte-coreano Unha-3, suscitando condenação do CSNU.
Fev/2013	Coreia do Norte realiza seu terceiro teste nuclear subterrâneo.
Abr/2014	Naufrágio do navio Sewol, com mais de 300 mortos.
Ago/2015	“Acordo de 25 de agosto” entre as duas Coreias, pondo fim às hostilidades desencadeadas pela detonação de mina na Zona Desmilitarizada.
Dez/2015	Entrada em vigor do Acordo de Livre Comércio com a China.
Jan/2016	Coreia do Norte realiza seu quarto teste nuclear.
Fev/2016	Coreia do Norte lança foguete, que alega, mais uma vez, ser um veículo lançador de satélites. Em represália, Seul anuncia a suspensão das atividades do complexo industrial conjunto de Kaesong.
Mar/2016	CSNU aprova a Resolução 2270 contra a Coreia do Norte.
Set/2016	Coreia do Norte realiza quinto teste nuclear.

Nov/2016	CSNU aprova a Resolução 2321 contra a Coreia do Norte.
Mar/2017	Park Geun-hye se torna a primeira presidente sul-coreana a ser destituída do cargo em razão de <i>impeachment</i> .
Mai/2017	Moon Jae-in é eleito presidente.
Jul/2017	Coreia do Norte lança primeiro teste de Mísseis Balísticos Intercontinentais (ICBM).
Ago/2017	CSNU aprova a Resolução 2371 contra a Coreia do Norte.
Set/2017	Coreia do Norte conduz seu sexto teste nuclear.
Jul/2017	Coreia do Norte conduz dois testes de Mísseis Balísticos Intercontinentais (ICBM).
Jan/2018	Reunião intercoreana em Panmunjon.
Fev/2018	Olimpíadas de Inverno de Pyongchang. Desfile conjunto das delegações coreanas com bandeira da Coreia Unificada na cerimônia de abertura e contatos intercoreanos.
Mar/2018	Visita de delegação da Coreia do Sul a Pyongyang e encontro com o líder Kim Jong-un. Anúncio de que o presidente Donald Trump teria concordado em se encontrar com o líder norte-coreano.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1959	Estabelecimento de relações diplomáticas.
1962	Abertura da Embaixada da Coreia do Sul no Rio de Janeiro.
1963	Início da imigração coreana ao Brasil.
1963	Acordo de Comércio.
1965	Abertura da Embaixada do Brasil em Seul.
1966	Acordo Cultural.
1970	Visita ao Brasil de Paik Too-chin, Enviado Especial do presidente da República da Coreia, Park Chung-hee.
1970	Abertura do Consulado-Geral da Coreia do Sul em São Paulo.
1973	Visita do chanceler Kim Yong-shik ao Brasil.
1987	Convenção para evitar a dupla tributação.
1989	Estabelecimento da Comissão Mista Brasil-Coreia.
1991	Visita a Seul do chanceler Francisco Rezek, ocasião em que foi assinado o Acordo sobre Cooperação em Ciência e Tecnologia.
1992	Acordo para Serviços Aéreos.
1995	Visita do chanceler Gong Ro-myung ao Brasil, ocasião em que foi assinado o Tratado de Extradicação.
1996	Visita do presidente Kim Young-sam ao Brasil.
1996	Estabelecimento do Mecanismo de Consultas Políticas.
1996	Acordo de Cooperação no Domínio do Turismo.
1997	I Reunião de Consultas Políticas bilaterais, em Seul.

1998	II Reunião de Consultas Políticas bilaterais, em Brasília.
1999	Visita ao Brasil do primeiro-ministro Kim Jong-pil.
2000	III Reunião de Consultas Políticas bilaterais, em Seul.
Set/2001	IV Reunião de Consultas Políticas bilaterais, em Seul.
Jan/2001	Visita do presidente Fernando Henrique Cardoso à Coreia do Sul, ocasião em que foram assinados o Acordo para Cooperação nos Usos Pacíficos da Energia Nuclear e o Acordo sobre Isenção de Vistos.
Dez/2002	Acordo sobre Assistência Judiciária Mútua em Matéria Penal.
Nov/2003	IV Reunião da Comissão Mista Brasil-Coreia (última), em Brasília.
Mar/2004	V Reunião de Consultas Políticas bilaterais, em Seul.
Out/2004	Visita do presidente Roh Moo-hyun ao Brasil.
Nov/2004	Memorando de Entendimento sobre Energia e Recursos Minerais.
Mai/2005	Visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Coreia do Sul.
Mai/2005	Memorando de Entendimento que estabelece Comitê Consultivo Agrícola.
Dez/2005	I Sessão do Fórum Brasil-Coreia, em Brasília.
Dez/2005	Memorando de Entendimento sobre Centro de Tecnologia da Informação no Brasil.
Jan/2006	Visita ao Brasil do vice-chanceler sul-coreano, Lee Kyu-hyung.
Mar/2006	Acordo sobre Cooperação no Domínio da Defesa.
Set/2006	II Sessão do Fórum Brasil-Coreia, em Seul.
Nov/2007	VI Reunião de Consultas Políticas bilaterais, em Brasília.
Dez/2007	III Sessão do Fórum Brasil-Coreia, no Rio de Janeiro.
Abr/2008	Visita à Coreia do Sul da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff.
Jul/2008	Encontro bilateral entre o presidente Lula e o presidente Lee Myung-bak à margem da Cúpula do G-8, em Hokkaido (Japão).
Nov/2008	Visita do presidente Lee Myung-bak ao Brasil.
Mar/2009	IV Sessão do Fórum Brasil-Coreia, em Gyeongju.
Mai/2009	Abertura da Embaixada do Brasil em Pyongyang, Coreia do Norte
Ago/2009	Visita ao Brasil de Lee Sang-deuk, enviado especial do presidente da República da Coreia, Lee Myung-bak.
Fev/2010	VII Reunião de Consultas Políticas bilaterais, em Seul.
Mai/2010	Visita ao Brasil do presidente da Assembleia Nacional, Kim Hyong-O.
Set/2010	V Sessão do Fórum Brasil-Coreia, em Fortaleza-CE.
Nov/2010	Encontro bilateral entre os presidentes Lula e Lee Myung-bak à margem da Cúpula do G20, em Seul.
Jan/2011	Visita ao Brasil do primeiro-ministro Kim Hwang-sik, para participar da cerimônia de posse da presidente Dilma Rousseff.

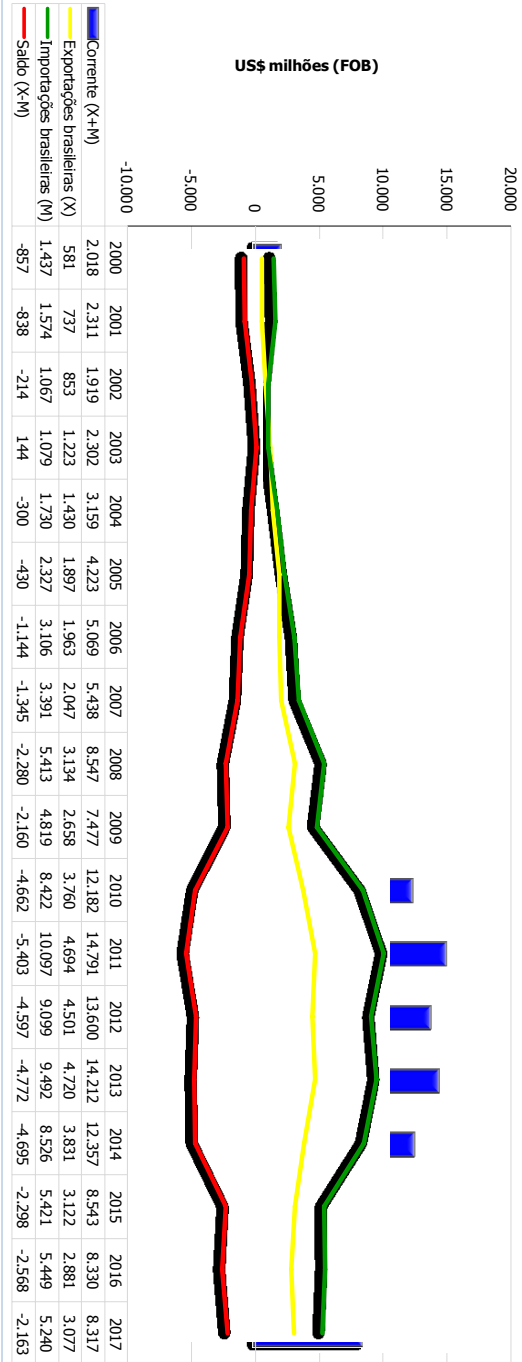
Mai/2011	Visita à Coreia do Sul do ministro das Comunicações, Paulo Bernardo.
Mai/2011	Visita do presidente da Câmara dos Deputados, deputado Marco Maia, para participar da reunião do G20 Parlamentar, em Seul.
Jun/2011	VIII Reunião de Consultas Políticas, em Brasília.
Ago/2011	I Reunião da Comissão Mista de Ciência e Tecnologia, em Seul.
Set/2011	Encontro bilateral entre os chanceleres Antonio Patriota e Kim Sung-hwan à margem da AGNU, em Nova York.
Mar/2012	Visita à Coreia do Sul do vice-presidente da República, Michel Temer, para a II Cúpula de Segurança Nuclear, ocasião em que manteve encontro com o primeiro-ministro Kim Hwang-sik.
Mai/2012	Visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros e Comércio, Kim Sung-hwan, ocasião em que manteve encontro com o chanceler Antonio Patriota.
Mai/2012	III Reunião do Comitê Conjunto de Promoção de Comércio e Investimentos e Cooperação Industrial.
Jun/2012	Visita do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Fernando Pimentel, à Coreia do Sul.
Jun/2012	Participação do presidente Lee Myung-bak na Conferência Rio+20.
Nov/2012	IV Reunião do Comitê de Cooperação Agrícola.
Nov/2012	Assinatura do Acordo de Previdência Social.
Fev/2013	Encontro bilateral entre os chanceleres Antonio Patriota e Kim Sung-hwan à margem do Debate Aberto do CSNU sobre Proteção de Civis em Conflitos Armados, em Nova York.
Out/2013	IV Reunião do Comitê Conjunto de Promoção de Comércio e Investimentos e Cooperação Industrial.
Nov/2013	IX Reunião de Consultas Políticas, em Brasília.
Abr/2014	II Reunião da Comissão Mista de Ciência Tecnologia e Inovação, em Brasília.
Jul/2014	Abertura da Adidância de Defesa brasileira residente em Seul.
Set/2014	V Reunião do Comitê Conjunto de Promoção de Comércio e Investimentos e Cooperação Industrial, em Seul.
Out/2014	Visita à Coreia do Sul do presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Ricardo Lewandowski.
Dez/2014	Visita ao Brasil do vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, Cho Tae-yul.
Abr/2015	Visita ao Brasil da presidente da Coreia do Sul, Park Geun-hye
Dez/2015	VI Reunião do Comitê Conjunto de Promoção de Comércio e Investimentos e Cooperação Industrial, em Brasília.
Dez/2015	III Reunião do Mecanismo de Consulta em Energia e Recursos Minerais, em Brasília.

Dez/2017	Visita do vice-ministro dos Negócios Estrangeiros da Coreia do Sul, Lim Sung-nam ao Brasil.
Mar/2018	Visita do primeiro-ministro Lee Nak-yon ao Brasil por ocasião do 8º Fórum Mundial da Água.

ACORDOS BILATERAIS

Título	Data de celebração	Entrada em Vigor	Publicação no DOU
Acordo de Comércio	21/05/1963	21/05/1963	19/06/1963
Acordo Cultural	07/02/1966	20/10/1967	17/11/1967
Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda	07/03/1989	21/11/1991	03/12/1991
Acordo sobre Cooperação nos Campos da Ciência e Tecnologia	08/08/1991	30/12/1992	23/11/1992
Acordo para Serviços Aéreos entre seus Respectivos Territórios e Além	11/08/1992	31/05/1995	08/02/1994
Tratado de Extradicação	01/09/1995	01/02/2002	08/03/2002
Acordo sobre Concessão de Vistos para Viagens de Negócios, Investimentos de Cobertura Jornalística	11/09/1996	26/12/1997	05/11/1997
Acordo de Cooperação no Domínio do Turismo	11/09/1996	25/11/1997	02/05/2005
Acordo sobre Isenção de Vistos	18/01/2001	20/05/2002	20/05/2002
Acordo para Cooperação nos Usos Pacíficos da Energia Nuclear	18/01/2001	25/07/2005	11/07/2005
Acordo sobre Assistência Judiciária Mútua em Matéria Penal	13/12/2002	14/12/2005	14/03/2006
Acordo sobre Cooperação no Domínio da Defesa	31/03/2006	05/11/2008	11/02/2009
Acordo de Previdência Social entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República da Coreia.	22/11/2012	-	Em promulgação (tramitação no Poder Executivo)
Protocolo Alterando a Convenção entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República da Coreia Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda	24/04/2015	08/01/2018	27/04/2016

DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS



Elaborado pelo MRE/DPY/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Fevereiro de 2018.

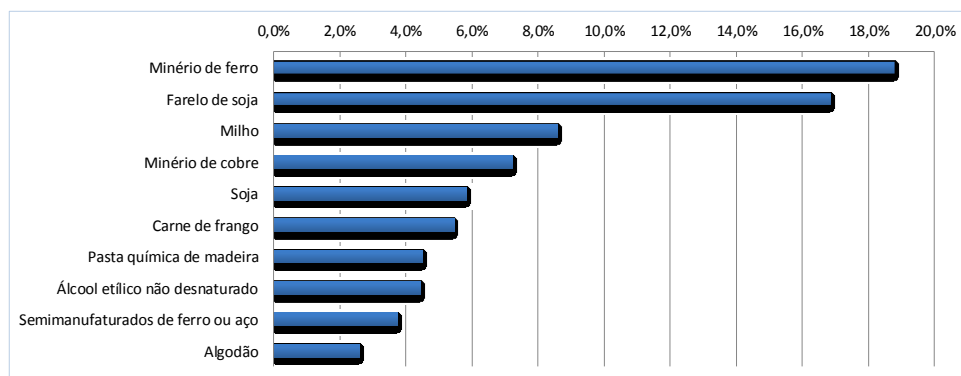
2017 / 2018	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2017 (janeiro)	179	448	627	-269
2018 (janeiro)	210	540	749	-330

Composição das exportações brasileiras para a Coreia do Sul (SH4)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Minério de ferro	501	16,0%	365	12,7%	578	18,8%
Farelo de soja	392	12,6%	488	16,9%	519	16,9%
Milho	505	16,2%	250	8,7%	265	8,6%
Minério de cobre	112	3,6%	155	5,4%	223	7,2%
Soja	278	8,9%	198	6,9%	180	5,8%
Carne de frango	182	5,8%	170	5,9%	168	5,5%
Pasta química de madeira	128	4,1%	123	4,3%	139	4,5%
Álcool etílico não desnaturado	213	6,8%	300	10,4%	137	4,5%
Semimanufaturados de ferro ou aço	71	2,3%	29	1,0%	115	3,7%
Algodão	157	5,0%	173	6,0%	80	2,6%
Subtotal	2.539	81,3%	2.251	78,1%	2.404	78,1%
Outros	583	18,7%	630	21,9%	673	21,9%
Total	3.122	100,0%	2.881	100,0%	3.077	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017

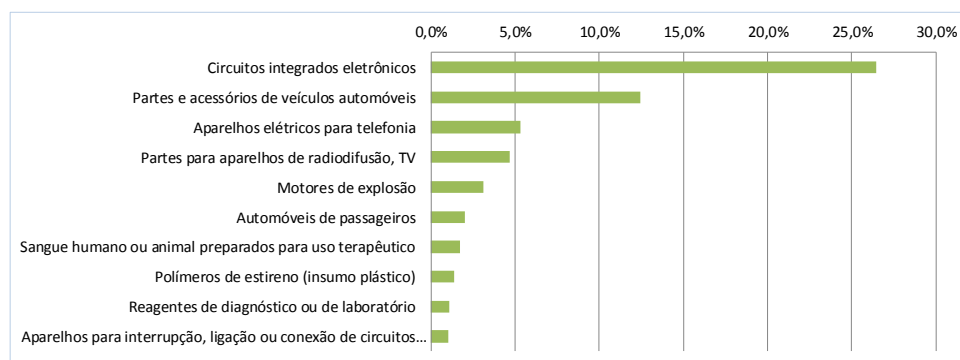


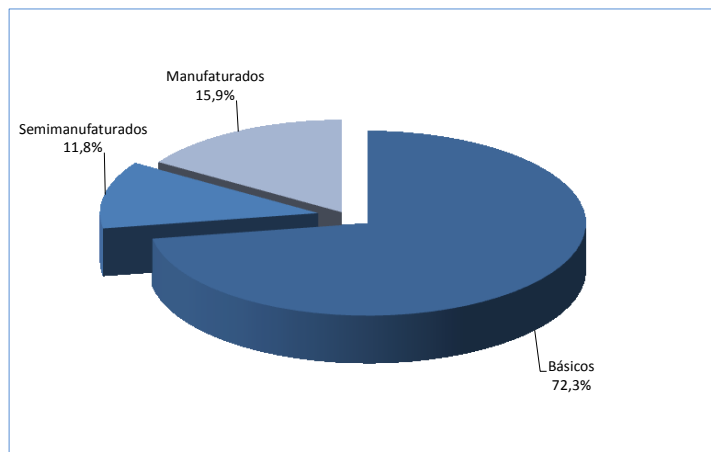
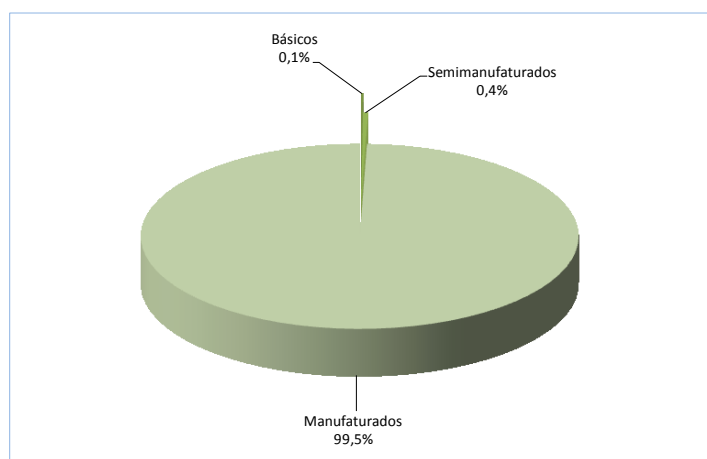
Composição das importações brasileiras originárias da Coreia do Sul (SH4)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Circuitos integrados eletrônicos	769	14,2%	801	14,7%	1.387	26,5%
Partes e acessórios de veículos automóveis	681	12,6%	461	8,5%	653	12,5%
Aparelhos elétricos para telefonia	369	6,8%	232	4,3%	278	5,3%
Partes para aparelhos de radiodifusão, TV	425	7,8%	165	3,0%	244	4,7%
Motores de explosão	165	3,0%	148	2,7%	164	3,1%
Automóveis de passageiros	265	4,9%	119	2,2%	105	2,0%
Sangue humano ou animal preparados para uso terapêutico	44	0,8%	83	1,5%	89	1,7%
Polímeros de estireno (insumo plástico)	74	1,4%	54	1,0%	71	1,4%
Reagentes de diagnóstico ou de laboratório	5	0,1%	8	0,1%	58	1,1%
Aparelhos para interrupção, ligação ou conexão de circuitos elétricos	58	1,1%	53	1,0%	55	1,0%
Subtotal	2.855	52,7%	2.124	39,0%	3.104	59,2%
Outros	2.566	47,3%	3.325	61,0%	2.136	40,8%
Total	5.421	100,0%	5.449	100,0%	5.240	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2018.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017



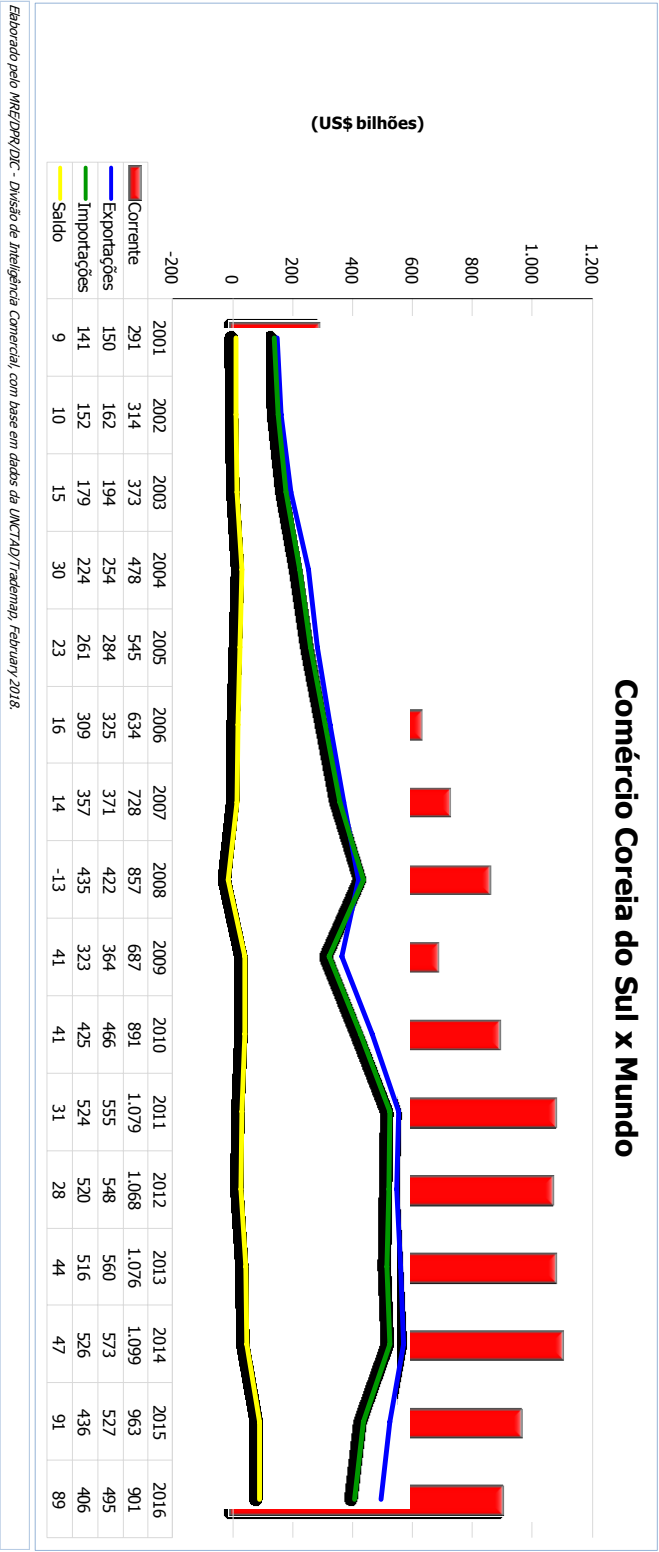
**Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2017****Exportações****Importações**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Fevereiro de 2018.

Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2 0 1 7 (janeiro)	Part. % no total	2 0 1 8 (janeiro)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018
Exportações					
Milho	0	0,0%	28	13,4%	Milho 13,4%
Farelo de soja	49	27,3%	25	11,9%	Farelo de soja 11,9%
Semimanufaturados de ferro ou aço	0	0,0%	24	11,5%	Semimanufaturados de ferro ou aço 11,5%
Álcool etílico não desnaturado	1	0,6%	22	10,5%	Álcool etílico não desnaturado 10,5%
Minério de ferro	39	21,8%	17	8,1%	Minério de ferro 8,1%
Carne de frango	18	10,0%	14	6,7%	Carne de frango 6,7%
Algodão cru	10	5,6%	13	6,2%	Algodão cru 6,2%
Pastas químicas de madeira	9	5,0%	8	3,8%	Pastas químicas de madeira 3,8%
Insumos para fabricação de solventes e têxteis e polímeros	2	1,1%	8	3,8%	Insumos para fabricação de solventes e têxteis e polímeros 3,8%
Sucos de frutas	0	0,0%	7	3,3%	Sucos de frutas 3,3%
Subtotal	128	71,5%	166	79,2%	
Outros	51	28,5%	44	20,8%	
Total	179	100,0%	210	100,0%	
Importações					
Circuitos integrados eletrônicos	113	25,2%	157	29,1%	Circuitos integrados eletrônicos 29,1%
Partes e acessórios de veículos automóveis	45	10,0%	71	13,2%	Partes e acessórios de veículos automóveis 13,2%
Partes para aparelhos de radiodifusão, TV	22	4,9%	24	4,4%	Partes para aparelhos de radiodifusão, TV 4,4%
Automóveis de passageiros	4	0,9%	24	4,4%	Automóveis de passageiros 4,4%
Aparelhos elétricos para telefonia	27	6,0%	14	2,6%	Aparelhos elétricos para telefonia 2,6%
Hidrocarbonetos cíclicos	0	0,0%	9	1,7%	Hidrocarbonetos cíclicos 1,7%
Polímeros de estireno (insumo plástico)	3	0,7%	9	1,7%	Polímeros de estireno (insumo plástico) 1,7%
Motores de explosão	21	4,7%	7	1,3%	Motores de explosão 1,3%
Assentos	5	1,1%	7	1,3%	Assentos 1,3%
Reagentes de diagnóstico ou de laboratório	8	1,8%	6	1,1%	Reagentes de diagnóstico ou de laboratório 1,1%
Subtotal	248	55,4%	328	60,8%	
Outros produtos	200	44,6%	212	39,2%	
Total	448	100,0%	540	100,0%	

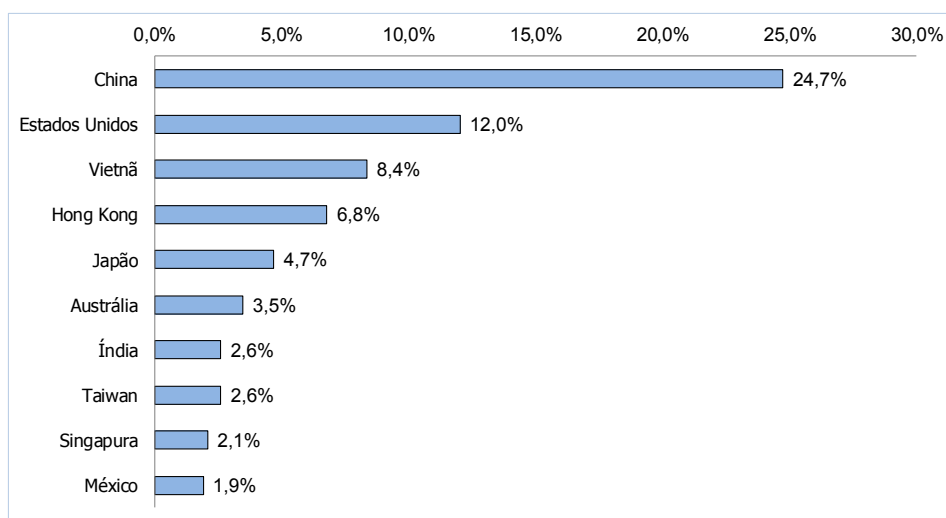
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECDEX/Aliceweb, Fevereiro de 2018.



Principais destinos das exportações da Coreia do Sul
US\$ bilhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
China	142	24,7%
Estados Unidos	69	12,0%
Vietnã	48	8,4%
Hong Kong	39	6,8%
Japão	27	4,7%
Austrália	20	3,5%
Índia	15	2,6%
Taiwan	15	2,6%
Singapura	12	2,1%
México	11	1,9%
...		
Brasil (20º lugar)	6	1,0%
Subtotal	404	70,3%
Outros países	171	29,7%
Total	574	100,0%

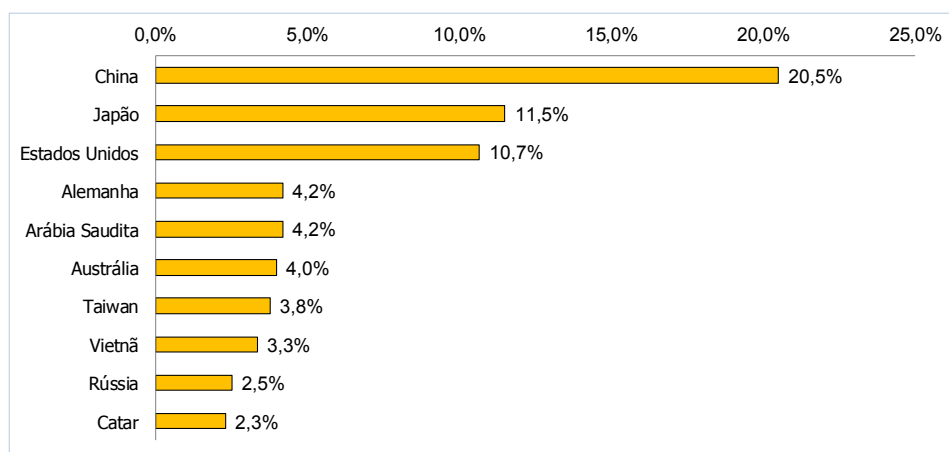
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, February 2018.



Principais origens das importações da Coreia do Sul
US\$ bilhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
China	98	20,5%
Japão	55	11,5%
Estados Unidos	51	10,7%
Alemanha	20	4,2%
Arábia Saudita	20	4,2%
Austrália	19	4,0%
Taiwan	18	3,8%
Vietnã	16	3,3%
Rússia	12	2,5%
Catar	11	2,3%
...		
Brasil (28º lugar)	4	0,8%
Subtotal	324	67,8%
Outros países	154	32,2%
Total	478	100,0%

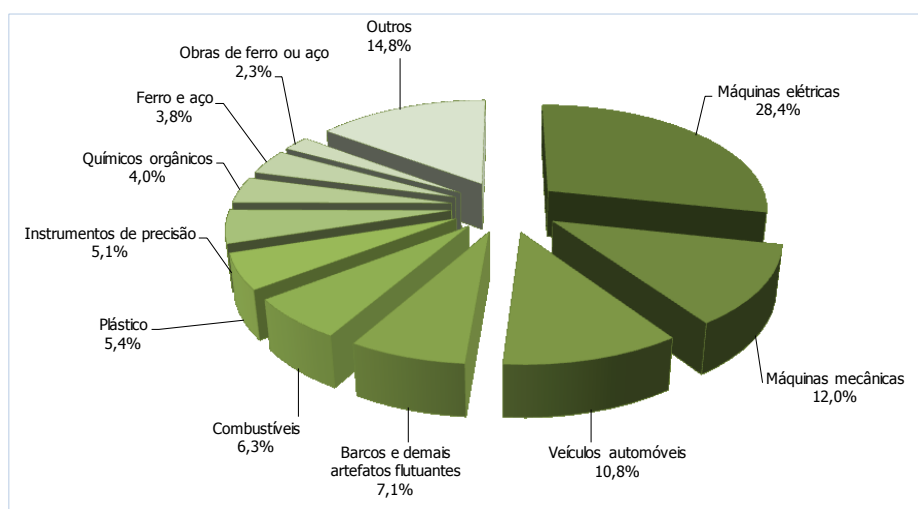
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, February 2018.



Composição das exportações da Coreia do Sul (SH2)
US\$ bilhões

Grupos de Produtos	2 0 1 7	Part.% no total
Máquinas elétricas	163	28,4%
Máquinas mecânicas	69	12,0%
Veículos automóveis	62	10,8%
Barcos e demais artefatos flutuantes	41	7,1%
Combustíveis	36	6,3%
Plástico	31	5,4%
Instrumentos de precisão	29	5,1%
Químicos orgânicos	23	4,0%
Ferro e aço	22	3,8%
Obras de ferro ou aço	13	2,3%
Subtotal	489	85,2%
Outros	85	14,8%
Total	574	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, February 2018.

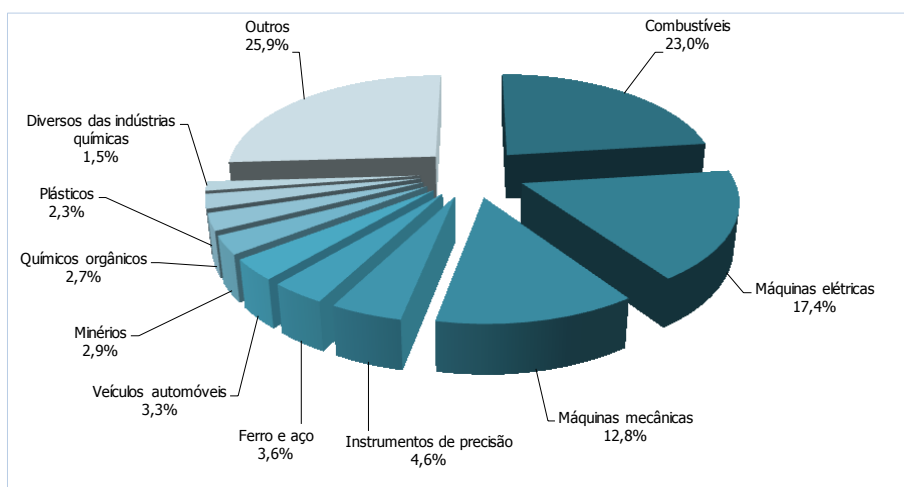


Composição das importações da Coreia do Sul (SH2)
US\$ bilhões

Grupos de produtos	2 0 1 7	Part.% no total
Combustíveis	110	23,0%
Máquinas elétricas	83	17,4%
Máquinas mecânicas	61	12,8%
Instrumentos de precisão	22	4,6%
Ferro e aço	17	3,6%
Veículos automóveis	16	3,3%
Minérios	14	2,9%
Químicos orgânicos	13	2,7%
Plásticos	11	2,3%
Diversos das indústrias químicas	7	1,5%
Subtotal	354	74,1%
Outros	124	25,9%
Total	478	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, February 2018.

10 principais grupos de produtos importados



EMBAIXADA DO BRASIL EM SEUL
RELATÓRIO DE GESTÃO
EMBAIXADOR LUÍS FERNANDO SERRA

Em cumprimento à circel 98005/2015, que muito agradeço, transmito, a seguir, versão simplificada e ostensiva do relatório de minha gestão à frente desta Embaixada nos últimos 23 meses, ocasião em que pude testemunhar que este país, em menos de 60 anos, passou da condição de um dos mais pobres do mundo à 11ª economia global.

RELAÇÕES POLÍTICAS BILATERAIS

2. As visitas de alto nível que aconteceram nos últimos dois anos, conquanto pouco numerosas, reforçaram o caráter de harmonia e cordialidade entre os dois países, bem como a ausência de fricções políticas. Enumero, abaixo, em ordem cronológica, os principais marcos das relações bilaterais no período:

- Visita do Prefeito de São Paulo, João Doria Junior, com os objetivos de celebrar o 40º aniversário do convênio de cidades-irmãs firmado entre São Paulo e Seul, e de buscar parcerias e investimentos para aquela metrópole brasileira (abril de 2017);
- Ida do Vice-Ministro de Assuntos Estrangeiros, Lim Sung-nam, a Brasília, quando foi recebido pelo Excelentíssimo Senhor Secretário-Geral das Relações Exteriores, (dezembro de 2017);
- Missão oficial de delegação parlamentar liderada pelo Deputado Federal Jair Bolsonaro (fevereiro de 2018);
- Visita do Primeiro-Ministro coreano, Lee Nak-yeon, a São Paulo e a Brasília, para participação da oitava edição do Fórum Mundial da Água, em (março de 2018).

POLÍTICA INTERNA

3. No âmbito da política interna, o período de 2016 a 2018 foi marcado pelo processo de impeachment da ex-presidente Park Geun-hye, aprovado pela Assembleia Nacional em 9/12/16 e referendado pela Corte Constitucional da Coreia em 10/3/17. Permito-me recordar que a ex-mandatária foi a primeira mulher a exercer a Chefia do Estado e se manteve no cargo por 4 dos 5 anos de mandato para o qual havia sido eleita em dezembro de 2012. Atualmente, Park aguarda, no cárcere, decisão final, marcada para o dia 6 de abril, do processo judicial que enfrenta sob acusação de corrupção, tráfico de influência e abuso de poder.

4. Em decorrência do impedimento da ex-presidente, o primeiro semestre de 2017 foi marcado pelas eleições presidenciais, inicialmente previstas para 20 de dezembro, mas antecipadas para 9 de maio. Dos inicialmente 15 candidatos ao cargo máximo do Executivo, sagrou-se vencedor o "progressista" Moon Jae-in, que se destaca na cena política local por sua retórica mais conciliatória em relação à Coreia do Norte e por tentar reavivar a "Sunshine Policy", adotada entre 1998 e 2008 pelos presidentes Kim Dae-jung e Roh Moo-hyun, de quem Moon foi secretário de assuntos civis e, posteriormente, chefe de gabinete.

POLÍTICA EXTERNA E DE DEFESA

5. A Coreia do Sul continuou, nesses dois últimos anos, a adotar postura cada vez mais proativa no cenário global, procurando ampliar sua participação em foros multilaterais e deixando de centrar-se, como fazia anteriormente, apenas no impasse com a Coreia do Norte, na aliança com os EUA, e nas relações com Japão e China. A Coreia do Sul tem buscado atuar de maneira propositiva em sua política externa, buscando promover iniciativas inovadoras, a fim de solucionar alguns dos impasses regionais e de aumentar a visibilidade do país na arena internacional. Nesse contexto, a realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Inverno em PyeongChang, em fevereiro e março últimos, mostrou-se extremamente eficaz, uma vez que a cerimônia de abertura, em 9/2,

contou com a presença de 26 Chefes de Estado e outros dignitários de alto nível provenientes de 21 países.

RELAÇÕES INTERCOREANAS

6. Após o fracasso do governo de Park Geun-hye na tentativa de conseguir qualquer avanço rumo à eventual retomada das conversações com a Coreia do Norte com vistas à resolução da questão nuclear, a posse de Moon Jae-in foi vista como ponto de inflexão das relações peninsulares. O mandatário iniciou seu governo apresentando a Pyongyang propostas de diálogo militar e de reunião das famílias separadas pelo armistício que pôs fim à Guerra da Coreia, em 1953. Em pronunciamento em Berlim, em julho de 2017, Moon deixou clara sua política em relação ao vizinho setentrional, a qual privilegia diálogo e intercâmbio com cinco objetivos: (i) busca da paz; (ii) desnuclearização da península coreana com garantia de segurança do regime norte-coreano; (iii) estabelecimento de regime permanente de paz; (iv) formulação do novo mapa econômico da península coreana; e (v) trocas não-políticas e projetos de cooperação de forma a separá-las da situação política e militar. A postura de Moon foi descrita como "abordagem em duas vias", por combinar diálogo com sanções.

7. A resposta inicial norte-coreana às iniciativas de Moon não foi positiva. Em 2017, Pyongyang perpetrou 16 lançamentos missilísticos (23 mísseis no total) e 2 testes nucleares. Em seu discurso de Ano Novo deste ano, contudo, Kim Jong Un mostrou-se aberto às propostas de Moon, no que foi considerado o primeiro sinal de "rapprochement" entre as duas Coreias. Os Jogos Olímpicos de PyeongChang tiveram papel importante na reaproximação entre Seul e Pyongyang, uma vez que os atletas dos dois países desfilaram lado a lado, carregando a "bandeira da Coreia unificada". Além disso, a equipe feminina de hóquei sobre o gelo contou com participantes dos dois lados da fronteira. Nas competições envolvendo esse time, ao invés de hino nacional, foi tocada a música folclórica "Arirang", comum às duas Coreias e considerada pela UNESCO como patrimônio imaterial da humanidade.

8. Após esse prenúncio, as relações entre as duas capitais parecem estar cada vez melhores. Como seguimento da missão de enviados especiais do Presidente Moon Jae-in a Pyongyang, aguarda-se a realização da primeira Cúpula intercoreana em mais de dez anos (as Cimeiras anteriores ocorreram em 2000 e em 2007) a qual, diferentemente das edições anteriores, será na Coreia do Sul, em Panmunjon, no dia 27/04.

RELAÇÕES COM A CHINA

9. Em 2017, as relações entre Seul e Pequim passaram por longo esfriamento, em decorrência da instalação, em território sul-coreano, do sistema antimísseis norte-americano "THAAD" (Terminal High-Altitude Area Defense). A China impôs sanções econômicas a empresas sul-coreanas, além de adotar restrições ao antes volumoso turismo de chineses a este país e barreiras à exibição de conteúdo cultural daqui na RPC. Essas ações, que prejudicaram enormemente a economia coreana - que depende fortemente de seu maior parceiro comercial - foram interrompidas após muita negociação e a anunciada reaproximação dos dois países em novembro último. A normalização das relações culminou com visita do Presidente Moon Jae-in a Pequim, entre 13 e 16 de dezembro de 2017.

RELAÇÕES COM O JAPÃO

10. O relacionamento entre Seul e Tóquio continuou, nesses 21 meses, marcado pela sensibilidade que causam pendências que remontam ao período de domínio da península coreana pelo Império japonês (1910-1945). O principal desses passivos é a espinhosa questão das chamadas "comfort women", jovens deste país - e de outros da Ásia - forçadas a servir como escravas sexuais durante o período colonial. Apesar de os dois países terem firmado acordo para solucionar, de maneira definitiva, o assunto em 28/12/2015, durante a administração Park Geun-hye, esse instrumento não tem legitimidade junto à população sul-coreana, a qual pressiona o atual mandatário a reivindicar a revisão do acordo. Até o

momento, Moon adiantou que não deverá pedir a revisão, mas absteve-se de comentar sobre o que fará a respeito do tema, uma vez que declarou, em diversas ocasiões, que o ajuste era "falho".

11. Também em 2017, os laços bilaterais deterioraram-se em decorrência da inauguração de estátua simbolizando as "comfort women" em frente ao Consulado-Geral do Japão em Busan, que culminou na chamada para consultas, por 84 dias, do Embaixador nipônico nesta capital e do Cônsul do país naquela cidade portuária. Esse tema dominou as relações bilaterais entre o final de 2017 e início de 2018, com o parecer negativo da força-tarefa designada por Moon para apurar as condições em que foi negociado o acordo entre Tóquio e Seul sobre as "comfort women" durante o governo da ex-presidente Park. Apesar dessa questão, parece funcionar a dinâmica de encapsulamento das tensões entre os dois países nos momentos de crescentes provocações e ameaças por parte da RPDC.

RELAÇÕES COM OS ESTADOS UNIDOS

12. A eleição de Donald Trump à presidência norte-americana foi recebida com apreensão pelo governo sul-coreano, em razão de suas reiteradas críticas à divisão dos custos de manutenção das tropas dos Estados Unidos na Coreia e ao Acordo de Livre Comércio vigente entre os dois países desde 2012. Ademais, teme-se que a disparidade entre as visões de Moon e de Trump acerca da forma de lidar com as crises nuclear e missilística norte-coreana acabe por marginalizar Seul dessas discussões, que afetam este país sobremaneira.

POLÍTICA ECONÔMICA E COMERCIAL

13. A Coreia do Sul vivencia, nos últimos anos, período de baixo crescimento. Nos últimos cinco anos, apenas em 2014 o PIB do país observou incremento superior a 3%. Os principais desafios que ameaçam sua expansão incluem o envelhecimento populacional, a reduzida demanda interna, o acentuado

endividamento das famílias, a grande dependência em relação à China e o avanço desta nas fatias de mercado internacionais outrora cativas da Coreia.

14. A aparente perda de competitividade do país e o diminuto consumo doméstico têm gerado temores de que o país venha a enfrentar cenário recessivo que poderia prolongar-se por anos. Para evitar isso, a recuperação do dinamismo econômico da Coreia tem sido declarada a prioridade do governo. Dessa forma, além do tradicional apoio aos exportadores, o governo tem tomado cada vez mais ações para aumentar a demanda interna, com a geração de postos de trabalho e apoio ao setor de serviços.

15. Há, ainda, outro fator determinante para a definição das políticas econômicas de Seul que é a escassez de recursos naturais. Como tentativa de contornar essa questão, uma das prioridades externas é acessar insumos e energia por meio de uma ativa diplomacia comercial e do aprofundamento de laços de cooperação com países da África, Ásia Central, Oriente Médio e América Latina. A assinatura de Acordos de Livre Comércio (ALC's) também segue essa lógica. Nos últimos anos, em especial sob a regência de Park Geun-hye, o objetivo principal do governo era buscar firmar novos pactos ou fazer "upgrade" nos que estavam em vigor. Desde a posse de Donald Trump, em janeiro de 2017, contudo, Seul lida com a renegociação do Tratado firmado com os Estados Unidos em 2012, uma das promessas de campanha do Presidente Donald Trump. A União Europeia também sinalizou, no mesmo ano, que pode requisitar a revisão do ALC que assinou com a Coreia.

16. Atualmente, a Coreia tem pactos liberalizantes com Chile, Cingapura, ASEAN, Índia, União Europeia, Associação Europeia de Livre Comércio, Peru, Estados Unidos, Austrália, Canadá, Nova Zelândia, China, Colômbia, Turquia, Vietnã e países da América Central. Estão em negociação ALC's com México, Conselho de Cooperação do Golfo, Indonésia, Equador, Mercosul, Israel, Malásia, Japão e trilateral Coreia-China-Japão. Essa política permitiu à Coreia ser o primeiro país no mundo a ter ALC's com os 3 maiores atores econômicos mundiais (Estados Unidos, União Europeia e China), bem como garantiu acesso

preferencial ao mercado de seus mais importantes parceiros comerciais, cerca de 75% do PIB mundial.

17. Em relação, de forma específica, à negociação de Acordo de Livre Comércio com o Mercosul, os últimos meses foram marcados pelo anúncio do fim do diálogo exploratório, em 02/03/2017, e o consequente aumento da pressão sul-coreana para que fosse declarado rapidamente o início das negociações formais, o que talvez seja feito em maio próximo. Esse assunto é visto com essencial pela Coreia, ávida por diversificar os mercados para seus produtos manufaturados, reduzindo a dependência da China ainda que mantendo as barreiras não-tarifárias impostas aos itens agropecuários provenientes do bloco sul-americano.

PROMOÇÃO COMERCIAL E DE INVESTIMENTOS

18. Apesar das dificuldades impostas pelo cenário econômico global, as relações econômico-comerciais entre Brasil e Coreia do Sul continuaram a se expandir de forma extremamente dinâmica nos últimos anos. A Coreia, em 2016, pela primeira vez na história, assumiu a posição de segundo parceiro comercial do Brasil na Ásia do Leste (atrás da China, mas à frente do Japão) e o 5º em nível global. O comércio bilateral se intensifica, porém com sucessivos déficits para o Brasil e disparidade de valor agregado na pauta comercial, com concentração de nossa pauta exportadora em produtos básicos e a quase totalidade das importações em produtos manufaturados.

19. As exportações brasileiras têm-se concentrado em segmentos de menor valor agregado (principalmente minério de ferro; soja, milho e café; ferro e aço; carne de frango), enquanto as importações são monopolizadas por produtos do mais alto valor agregado (máquinas elétricas; eletrodomésticos; memórias digitais; automóveis; motores; autopeças; máquinas mecânicas; combustíveis). O tema da necessidade de diversificação da pauta exportadora brasileira para a Coreia, na direção de produtos de maior valor agregado, tem sido reiteradamente apontado ao lado coreano em encontros e reuniões bilaterais. O mercado sul-coreano permanece fechado às exportações brasileiras de carne bovina. Em

razão de barreiras sanitárias alegadamente referentes à febre aftosa. Após 12 anos de negociações, aguarda-se para o dia 23 do corrente a emissão do primeiro certificado sanitário que marcará o início das importações sul-coreanas de carne suína do estado de Santa Catarina.

20. A Coreia é um dos principais investidores no Brasil. De acordo com estimativas da KOTRA (Korean Trade-Investment Promotion Agency), a Coreia mantém no Brasil, com a presença de mais de 400 empresas instaladas, estoque de cerca de US\$ 6 bilhões em investimentos diretos, direcionados, sobretudo, para os setores de semicondutores, eletroeletrônico, automobilístico, siderúrgico, ferroviário, de construção civil e de construção naval para o setor petrolífero. A Coreia detém uma das tecnologias mais avançadas do mundo na área de prospecção de petróleo em águas profundas e, nessa condição, ocupa papel importante na exploração do pré-sal. De maneira geral, a Coreia do Sul encontra-se em posição privilegiada, devido a seu *know-how* em diversas áreas, para participar de oportunidades de investimentos em projetos de infraestrutura no Brasil.

21. Atuam no Brasil, dentre outras, as empresas Hyundai/KIA (setor automobilístico); Samsung e LG Electronics (eletrônicos); CJ (químicos); Hyosung (látex); Mirae e Samsung Fire & Marine (seguros); KDB, KEB e Woori (setor bancário); Doosan Infracore e Samsung Heavy Industries (máquinas pesadas); e SK Energy (petroleira). A POSCO, maior siderúrgica da Coreia do Sul, formou em 2011 uma joint venture com a Vale e a sul-coreana Dongkuk (3ª empresa do setor na Coreia) para a construção da Companhia Siderúrgica do Pecém, localizada no Complexo industrial e Portuário do Pecém, na região metropolitana de Fortaleza-CE.

22. Não há propriamente ainda, neste país, uma câmara de comércio binacional com o Brasil, a exemplo daquelas que a Coreia há muito tempo mantém com parceiros comerciais tradicionais como Estados Unidos, Japão, China e Rússia. No entanto, os empresários coreanos interessados no mercado brasileiro rapidamente começam a se organizar no âmbito de diferentes associações. Atualmente, a Sociedade Coreia-Brasil (KOBRA) presidida pelo Cônsul-

Honorário do Brasil em Incheon, Senhor Choi Shin-won, desempenha o papel que mais se assemelha ao de uma câmara de comércio. A KOBAS tem sido parceira inestimável da Embaixada em diversas atividades de promoção comercial, cultural e acadêmica.

23. Nas atuais circunstâncias, em que o empresariado brasileiro permanece de forma geral tímido e acomodado diante dos desafios do mercado da Coreia do Sul, boa parte dos esforços do Setor de Promoção Comercial da Embaixada tem sido dedicada ao atendimento de demandas de pequenas e médias empresas coreanas interessadas em investir no mercado brasileiro, muitas vezes na esteira dos investimentos dos grandes conglomerados coreanos (Hyundai, Samsung, LG etc.), uma vez que aquelas são fornecedoras diretas destes últimos. Esse fenômeno já se observa claramente na formação de "clusters" de investimento de médias empresas, por exemplo em torno das plantas da Hyundai em Piracicaba-SP e da Doosan Infracore em Americana-SP.

24. Ademais, este país atrai cada vez mais missões empresariais vindas do Brasil. Foram dignas de nota a visita do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, (setembro de 2016), do Prefeito de São Paulo, João Doria Junior, (abril de 2017), do Vice-Governador de Rondônia, Daniel Pereira (agosto de 2017), do Vice-Governador de Pernambuco, Raul Henry (setembro de 2017) e do Vice- Governador do Maranhão, Carlos Brandão (outubro de 2017).

COOPERAÇÃO PARA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

25. A cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) constitui ponto fundamental da agenda bilateral, com grande potencial em setores de alta tecnologia. O interesse brasileiro vem aumentando de maneira expressiva. Em 2017, a título ilustrativo, houve significativo aumento do interesse em estabelecer novas parcerias na área de CT&I com a Coreia. Entre os acordos de cooperação viabilizados por este Posto em 2017 estão os memorandos de entendimento entre: i) a FAPEMA e a UST ("University of Science and Technology"), ii) a FAPESP e o KISTEP ("Korea Institute of Science and Technology Evaluation and

Planning"), iii) a Fiocruz e a Samsung Biologics e iv) a Fiocruz e a KOICID ("Korea International Cooperation for Infectious Diseases").

26. Um dos avanços verificados neste ano de 2017 foi a parceria formada entre o governo de Rondônia e diversas empresas coreanas que têm interesse em investir na fabricação de seus produtos naquele estado. Entre elas, estão a ALG, do setor de gestão de iluminação pública, a ASN, do ramo de sensores inteligentes, a MECEN IPC, fabricante de espumas XLPE, a BIT Computer, detentora de tecnologias no setor de saúde, e a BLH, do ramo de tratamento de água para aproveitamento agrícola. O vice-governador de Rondônia celebrou memorando de entendimento com as cinco empresas citadas acima durante a missão coreana ao Brasil, em outubro, e a visita de representantes rondonienses à Coreia em novembro e, de novo, em abril último, estes, porém, mais ligados ao setor cafeeiro.

27. O Posto engajou-se em ativa divulgação de oportunidades acadêmicas no Brasil. O evento "Study in Brazil" reuniu grande número de interessados em estudar em nosso país, além do lançamento da versão coreana do guia de intercâmbio "Let's Go! Brazil". Foi atualizada e expandida a seção de intercâmbio acadêmico da versão coreana da página eletrônica deste Posto, incluindo informações sobre o sistema educacional brasileiro, o guia "Let's Go! Brazil", o sistema de admissão a universidades e programas de pós-graduação, a lista das principais instituições brasileiras de fomento à pesquisa, tanto federais quanto estaduais, e informações sobre a inscrição e aplicação do exame CELPE/BRAS neste país. O guia de intercâmbio "Let's Go! Brazil" foi também disponibilizado no sistema de buscas Naver, o mais utilizado na Coreia do Sul, ademais de ter sido enviado ao setor de cooperação internacional das maiores universidades sul-coreanas.

28. Quanto à promoção de oportunidades de estudo para brasileiros, manteve-se a inclusão periódica de informações a respeito de bolsas de estudo oferecidas por instituições sul-coreanas na versão em língua portuguesa da página eletrônica deste Posto, além de divulgação nas redes sociais. Estima-se ter havido aumento no número de estudantes brasileiros frequentando programas

de pós-graduação, o que será confirmado tão logo sejam publicados pelas autoridades locais os dados de emissão de vistos.

29. Ao fim de 2017, oficializou-se a criação da nova associação de estudantes brasileiros na Coreia do Sul, sob o guarda-chuva da BRASA, grupo originalmente formado nos Estados Unidos, também com presença na China. O Setor de Cooperação Educacional vem acompanhando os membros da BRASA Coreia e oferecendo aconselhamento ao grupo para organizar calendário de atividades para o presente ano.

DIFUSÃO CULTURAL

30. A crescente importância do Brasil no cenário internacional, a realização dos Jogos Olímpicos do Rio em 2016 e a celebração do 40º aniversário do convênio de irmandade entre as cidades de São Paulo e Seul, fizeram com que o interesse dos coreanos pelo Brasil aumentasse nos últimos anos.

31. Durante minha gestão de menos de dois anos, a Embaixada realizou diversos eventos culturais e formou importantes parcerias que possibilitaram maior divulgação da cultura brasileira entre o público coreano. Concertos de música; festivais de cinema; exposições de arte e de fotografia; participação em feiras e festivais de nações; concursos de língua portuguesa; publicações sobre o Brasil em coreano; participação em bazares beneficentes dentre outras iniciativas, foram constantes nesse período.

32. A abertura do Brazil Hall, salão multimodal situado nas dependências da Chancelaria da Embaixada, prevista para daqui a três dias, fornece ao Posto a plataforma necessária para a difusão ainda mais acentuada do patrimônio artístico e cultural da civilização brasileira.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONSULARES

33. Sob minha gestão, o Setor Consular desta Embaixada verificou expressivo crescimento da demanda por serviços consulares, em virtude não só do incremento da comunidade brasileira, mas também, e principalmente, dos substanciais investimentos de empresas coreanas no Brasil. Adicionalmente, o setor consular realizou amplo cadastramento dos brasileiros nesta jurisdição. Foram atualizados os formulários e as ferramentas de contato com a comunidade, permitindo conhecimento mais detalhado do perfil da comunidade aqui radicada. Ao final de 2017, havia cerca de 1600 brasileiros cadastrados neste setor.

34. Os trabalhos de assistência consular também foram foco de especial atenção. Em particular, foi realizada aproximação com as autoridades policiais e assistenciais locais, em particular para melhor orientação em casos de assédio e violência contra a mulher. Com apoio logístico do Consulado Honorário em Incheon, foi possível prestar melhor assistência a brasileiros em situação de detenção migratória ou de inadmissão no aeroporto internacional localizado naquela cidade. Foram retomados, ainda, os contatos com a Hankuk University of Foreign Studies (HUFS) para reativação da cooperação no contexto do memorando de entendimento sobre a disponibilização de serviços de assistência jurídica à comunidade brasileira.

35. A partir de minha chegada a esta Embaixada, o prazo médio de entrega de todos os serviços, inclusive vistos e passaportes, foi reduzido de cinco para dois dias úteis, tendo a medida agradado sobremaneira à comunidade brasileira aqui residente, bem como aos estrangeiros que buscam vistos para o nosso país.

36. Desde a minha assunção neste Posto em 22 de abril de 2016, fiz, dentro dos recursos orçamentários que tive à disposição, tudo o que me foi possível para colocar as relações Brasil-Coreia no patamar que se espera de dois países que ocupam, respectivamente, a 8ª e a 11ª posição entre as maiores economias do mundo.

PARECER Nº , DE 2018

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Mensagem (SF) nº 16, de 2018 (Mensagem nº 168/2018, na Casa de origem), da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor LUÍS HENRIQUE SOBREIRA LOPES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Coreia.*



Relator: Senador **FLEXA RIBEIRO**

I – RELATÓRIO

É submetido ao exame desta Casa a indicação que o Exmo. Sr. Presidente da República faz do Senhor LUÍS HENRIQUE SOBREIRA LOPES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Coreia.

Conforme o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Em atendimento ao previsto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou currículo do diplomata.

O Senhor LUÍS HENRIQUE SOBREIRA LOPES, nascido em 28 de setembro de 1958 na cidade do Rio de Janeiro-RJ, é filho de Jair Baptista Lopes e Rita Vilela Sobreira Lopes.

Concluiu o Curso de Preparação para a Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco em 1979 e ingressou na carreira, no posto de Terceiro-Secretário no ano seguinte. Ainda no âmbito do Instituto Rio Branco atendeu os cursos de Aperfeiçoamento Diplomático (CAD) e de Altos Estudos (CAE), tendo defendido, neste último, a tese intitulada “O Brasil e a febre aftosa na América do Sul: um chamado concreto à liderança”.

O diplomata indicado tornou-se Primeiro-Secretário em 1989; Conselheiro, em 1996; Ministro de Segunda Classe, em 2005; e Ministro de Primeira Classe, em 2014. Todas as promoções por merecimento.

Ao longo de sua carreira, desempenhou diversas funções. Merecem destaque as de Segundo e Primeiro Secretário na Embaixada em Ottawa (1989-1993); Conselheiro na Embaixada em Washington (1997-2001); Conselheiro e Encarregado de Negócios na Embaixada em Montevideu (2001-2003); Conselheiro na Embaixada em La Paz (2003-2005); Coordenador-Geral de Ensino e Diretor-Geral Adjunto do Instituto Rio Branco (2005-2007); Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios na Missão junto à CEE, em Bruxelas (2007-2010); Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios na Missão junto à UE, em Bruxelas (2010-2013); Chefe de delegação na III Reunião do Conselho de Governadores da Fundação EU-LAC, em Bruxelas (2012); Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios na Embaixada em Roma (2013-2014); Assessor Especial da Secretaria-Geral das Relações Exteriores (2014-2016); Coordenador-Geral do Grupo de Trabalho de Organização de Eventos (2015-2016); e Diretor do Departamento da África, de 2016 até o presente.

Foi chefe de delegação ainda de diversas e importantes missões brasileiras ao longo de sua profícua carreira.

O Senhor Luís Henrique Sobreira Lopes fez jus a importantes condecorações, a saber: Ordem Alauíta, do Marrocos, grau de Cavaleiro; Ordem de Isabel, a Católica, da Espanha, grau de Cavaleiro; Insígnia da Ordem da Águia Azteca, do México; Ordem do Infante Dom Henrique, de Portugal, grau de Oficial; Ordem Nacional do Mérito, da França, grau de Cavaleiro; Ordem de Rio Branco, do Brasil, grau de Cavaleiro; Ordem ao Mérito da República, da Itália, grau de Oficial; Ordem Militar de Cristo, de Portugal, grau de Cavaleiro; Ordem do Mérito Federal, da Alemanha, grau



SF/18908.27830-85

de Oficial; Ordem do Mérito Aeronáutico, do Brasil, grau de Oficial; Ordem da Rosa Branca, da Finlândia, grau de Comendador; e Medalha Mérito Tamandaré, do Brasil.

Ainda em observância às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República da Coreia, o qual informa acerca das relações bilaterais com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados, dados básicos do país, suas políticas interna e externa, e economia.

A República da Coreia tem superfície de 99.678 km² e população de 50,3 milhões de habitantes. Seu produto interno bruto calculado em poder de compra em 2016 ficou em US\$ 1,87 trilhão. O que lhe confere renda per capita em poder de compra de US\$ 36,53 mil. Seu índice de desenvolvimento humano está em 0,901, o que a coloca em 18º lugar entre 188 países. Ainda nessa síntese sócio-econômica, registre-se que a expectativa de vida naquele país é de 82,1 anos e que o índice de desemprego, em 2016, foi de 3,7%.

A Coreia do Sul é, hoje, um dos mais prósperos países do mundo, ocupando a 11ª posição entre as economias mundiais e 4ª na Ásia. Desempenha, ademais, papel de destaque na geopolítica regional, tendo em vista sua proximidade da China, da Rússia e do Japão, além de sua fronteira terrestre com a Coreia do Norte. As constantes tensões na região, decorrentes da Guerra da Coreia (1950-1953), que dividiu a Península Coreana após o fim do domínio colonial japonês, marcam as políticas interna e externa do país.

As relações diplomáticas entre o Brasil e a Coreia do Sul (República da Coreia) foram estabelecidas em 1959. O Brasil foi o 8º país do mundo e o 1º latino-americano a reconhecer oficialmente o país. Por sua vez, a República da Coreia abriu, em 1962, no Rio de Janeiro, sua primeira embaixada na América Latina. Em 1965, o Brasil abriu sua embaixada em Seul.

As relações Brasil-Coreia do Sul foram progressivamente ganhando densidade com a celebração de diferentes instrumentos bilaterais: Acordo de Comércio, em 1963; Acordo Cultural, em 1966; Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda, em 1989 (alterada por Protocolo de 2015); Acordo sobre Cooperação nos Campos da Ciência e Tecnologia, em 1991;



SF/18908.27830-85

Acordo para Serviços Aéreos entre seus Respectivos Territórios e Além, em 1992; Tratado de Extradicação, em 1995; Acordo de Cooperação no Domínio do Turismo, em 1996; Acordo sobre Isenção de Vistos e Acordo para Cooperação nos Usos Pacíficos da Energia Nuclear, ambos em 2011; Acordo sobre Assistência Judiciária Mútua em Matéria Penal, em 2002; Acordo sobre Cooperação no Domínio da Defesa, em 2006; e Acordo de Previdência Social, em 2012.

O Brasil e a Coreia do Sul mantêm diversas instâncias de diálogo bilateral: Mecanismo de Consultas Políticas; Fórum Brasil-Coreia; Comitê Consultivo Agrícola; Comissão Mista de Ciência Tecnologia e Inovação; Comitê Conjunto de Promoção de Comércio e Investimentos e Cooperação Industrial; e Mecanismo de Consultas sobre Recursos Energéticos e Minerais.

Há três grupos parlamentares dedicados à Coreia do Sul: (a) Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Coreia do Sul, criado em 1984 e presidido pelo deputado Claudio Cajado (DEM/BA); (b) Frente Parlamentar Mista pelo Fortalecimento das Relações Brasil-Coreia do Sul, criado em 2015 e presidida pelo deputado Raimundo de Matos (PSDB/CE); e (c) Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Coreia do Sul no Senado, criado em 2017.

Estima-se que a comunidade brasileira na Coreia do Sul seja de cerca de 1.400 pessoas. O contingente populacional de coreanos e descendentes no Brasil, estabelecidos principalmente na cidade de São Paulo, é estimado em cerca de 50 mil pessoas. O Brasil conta com a 3ª maior população coreana fora da Ásia e a 11ª no mundo. A Coreia do Sul mantém um Consulado-Geral em São Paulo (estabelecido em 1968) e, desde janeiro de 2018, um Consulado Honorário no Rio de Janeiro. O Brasil, por sua vez, mantém setor consular em sua Embaixada em Seul e dois Consulados Honorários na Coreia do Sul, ambos estabelecidos em 2011: em Busan, no Sul do país, e em Incheon, região portuária próxima à capital.

A política externa sul-coreana é marcada pela aliança político-militar com os Estados Unidos, pelas relações com os vizinhos do Nordeste Asiático (China e Japão) e pela persistência na Península Coreana de um armistício, já que tratado de paz que pusesse fim à Guerra da Coreia (1950-1953) nunca foi assinado.

Para o governo do atual presidente, Moon Jae-in, a distensão em curso na Península Coreana representa uma grande vitória, já que tradicionalmente defende o chamado "enfoque em duas vias" para as



SF/18908.27830-85

relações intercoreanas. Para o presidente Moon Jae-in, a continuidade das sanções em resposta às ações belicosas da República Popular Democrática da Coreia (Coreia do Norte) deve dar-se paralelamente à retomada do diálogo.

A política externa sul-coreana também se caracteriza por viés econômico voltado ao comércio internacional e à negociação de Acordos de Livre-Comércio (ALC). O país possui, atualmente, acordos com parceiros que correspondem a cerca de 76% do PIB mundial (incluindo China, Estados Unidos e União Europeia) e está em conversações para firmar pactos com Indonésia, Israel, Japão, Malásia, México, Conselho de Cooperação do Golfo, além de acordo trilateral Coreia-China-Japão e da Parceria Econômica Compreensiva Regional (RCEP).

A Coreia do Sul é importante parceiro comercial do Brasil na Ásia. Nos últimos anos, o intercâmbio bilateral intensificou-se significativamente, tendo atingido, em 2016 e em 2017, volume de comércio de cerca de US\$ 8,3 bilhões. O país é o terceiro maior parceiro comercial do Brasil na Ásia, atrás apenas da China e do Japão. O Brasil, por sua vez, é o segundo maior parceiro comercial da Coreia do Sul na América Latina, após o México. Apesar do forte intercâmbio bilateral, o Brasil acumula sucessivos déficits com a Coreia do Sul — de US\$ 2,5 bilhões em 2016 e de US\$ 1,4 bilhão em 2017.

O Brasil tem especial interesse na obtenção de maior abertura do mercado sul-coreano para os produtos agrícolas nacionais. O Brasil é o maior fornecedor externo de frango para a Coreia do Sul, com 85% do mercado local, mas deve enfrentar crescente concorrência de terceiros países: o mercado foi reaberto para a Tailândia no fim de 2016, e as tarifas para os Estados Unidos e a União Europeia serão significativamente diminuídas, em decorrência da assinatura de acordos de livre-comércio. Há interesse em exportar carne bovina e suína brasileira, mas o mercado sul-coreano permanece fechado aos produtos brasileiros em razão de barreiras sanitárias.

Estão em curso tratativas entre a Coreia do Sul e os países do Mercosul para lançamento de negociações de acordo comercial. O Diálogo Exploratório entre o Mercosul e a República da Coreia foi concluído em março de 2017. Definiram-se parâmetros para negociação de futuro acordo comercial por ocasião de visita de delegação sul-coreana a Buenos Aires.



O estoque de investimentos sul-coreanos no Brasil totaliza US\$ 3 bilhões. Em 2017, o fluxo anual de investimentos sul-coreanos no país totalizou US\$ 454 milhões.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/18908.27830-85

2ª PARTE - DELIBERATIVA

1

RELATÓRIO DE GESTÃO

Demétrio Bueno Carvalho
Embaixador

Desde a assunção da chefia do posto em setembro de 2013, procurei dar continuidade ao trabalho de estruturação e ampliação da presença brasileira no Cazaquistão, país ainda jovem, que obteve sua independência em dezembro de 1991. Aberta em 2006 e com jurisdição sobre o Cazaquistão, República Quirguiz e Turcomenistão, a Embaixada em Astana é a única representação diplomática brasileira residente na Ásia Central, região que, desde o fim da URSS, busca integrar-se ativamente ao sistema internacional e à economia mundial, após séculos de ostracismo.

Rica em hidrocarbonetos e metais e com altas taxas de crescimento ao longo das últimas duas décadas, a Ásia Central, que tem no Cazaquistão seu mercado mais dinâmico, situa-se estrategicamente na interseção de grandes pólos da economia global e conta com um mercado, inclusive no seu entorno imediato, de cerca de 100 milhões de consumidores. Por sua posição geográfica favorável, está sendo palco de movimentos geo-econômicos e políticos de grande envergadura, como a construção em curso da Nova Rota da Seda, promovida pela China e que a interligará por via terrestre com a Europa e o Oriente Médio.

CAZAQUISTÃO

AÇÕES REALIZADAS

Sempre percebi o papel da embaixada como pioneiro e estratégico para a construção de laços entre o Brasil e o Cazaquistão, para reduzir o grande desconhecimento mútuo, para servir de canal privilegiado à interlocução oficial e com vistas a promover contatos entre ambas as sociedades e agentes econômicos, nas mais variadas esferas.

Uma das ações que busquei implementar foi a ampliação de um diálogo político com a chancelaria local e outras instâncias do Governo cazaque. Ao assim proceder, procurei construir canais de comunicação com as autoridades locais como modo de ampliar o conhecimento sobre a realidade política local, mas também de promover interesses e iniciativas concretas do Governo brasileiro

2

no plano internacional, bem como de demonstrar as oportunidades reais e potenciais para uma maior acercamento com o Brasil. Assim, manteve rotineiramente atividades de representação e contatos, em diversos níveis, com diferentes instâncias governamentais.

As bases para uma ampliação do diálogo entre os dois governos fortaleceram-se com a visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros Erlan Idrissov ao Brasil em outubro de 2013. Na ocasião, foi celebrado memorando de entendimento para a realização do "Diálogo Bilateral Político, Econômico, Comercial e de Investimentos".

De forma estruturada, a realização de duas reuniões de consultas entre as chancelarias também contribuiriam para a ampliação do diálogo bilateral. A primeira ocorreu quando da visita a Brasília do Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros Yerzhan Ashikbayev em 2017; a segunda, por ocasião da visita a Astana, também em 2017, do Embaixador Ary Quintella, Diretor-Geral do Departamento da Ásia Central, Meridional e Oceania do MRE. Nas duas ocasiões, passou-se em revista ampla gama de temas nas áreas bilateral e multilateral.

Essa interlocução ainda tomou forma, a título de exemplo, por meio das ativas gestões realizadas para a obtenção do apoio cazaque a candidaturas brasileiras em organismos internacionais. Como resultado dessas ações, o Cazaquistão apoiou, por exemplo, candidaturas como as do Professor Cançado Trindade à Corte Internacional de Justiça, do delegado Rogério Galloro/Interpol, do senhor Guilherme Costa à Presidência da Comissão do Codex Alimentarius, à Organização Marítima Internacional, ao Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima, à Direção Geral da FAO, à Comissão de Direito Internacional das Nações Unidas, para citar alguns dos pleitos em que o apoio foi conferido, as mais das vezes, de forma unilateral.

Ainda na área política, cabe destaque ao acompanhamento dos desenvolvimentos na área externa, os quais, com frequência, resultaram em informações preparadas pelo posto à Secretaria de Estado. Esse esforço, a meu ver, fez-se necessário na medida em que temas nacionais cazaques são raramente objeto de atenção da imprensa internacional e brasileira. A embaixada acompanhou, por exemplo, o relacionamento externo do Cazaquistão com destaque a visitas de Chefes de Estado e Governo ao país e do Presidente Nursultan Nazarbayev ao exterior, bem como à participação cazaque em mecanismos regionais como a Cúpula de Países Turcofonos, Organização de Cooperação de Xangai e União Econômica Eurasiática. A embaixada reportou ainda os resultados das reuniões do Processo de Astana para a Síria, realizadas na capital cazaque. Os temas

3

de política interna, como eleições presidenciais e legislativas também foram objeto de relatos específicos.

Outra área que mereceu atenção da embaixada foi a participação do Cazaquistão em organismos internacionais, especialmente na área de desarmamento nuclear em que o país, que já foi detentor de grande arsenal atômico e sede do maior campo de testes da URSS, desenvolve papel protagônico. Foram, por exemplo, realizadas gestões para angariar o apoio a iniciativas de interesse do Brasil naquele terreno, como no caso a negociação do Tratado para Proibição de Armas Nucleares, que acabou por receber o endosso cazaque.

O posto acompanhou ainda o processo de conformação da União Econômica Eurasiática (UEE), da qual o Cazaquistão é parte juntamente com outros países da região como a Rússia. Ao assim proceder, atentou-se para a circunstância de que UEE é conformada como uma união aduaneira, com implicações para inserção internacional do Cazaquistão e para o comércio com o Brasil e Mercosul. Prepararam-se informações sobre seu tratado constitutivo, cujos contornos foram objeto de análise à Secretaria de Estado, bem como acerca das cimeiras realizadas sob sua égide e das negociações comerciais mantidas com terceiras partes, como Irã, Vietnã e países da América Latina como Chile e Peru. De outra parte, em meus contatos com interlocutores locais, sempre busquei salientar a importância de um acordo comercial entre o Mercosul e a UEE como forma de se conferir maior substância à relação bilateral. O posto, por outro lado, tem rotineiramente processado demandas do Ministério da Agricultura do Brasil junto às autoridades sanitárias locais relativamente à observância da normativa da UEE.

Além disso, as negociações para a acessão do Cazaquistão à Organização Mundial do Comércio, concluídas, como se sabe, com êxito, levaram o posto a efetuar gestões com vistas a isentar de tarifas as importações de aviões brasileiros. Note-se que a principal empresa área do país, a Air Astana, detém nove jatos novos da Embraer e já indicou a intenção de adquirir cinco novas aeronaves. O acordo celebrado para a OMC acabaria por excluir a possibilidade de tarifas ao Brasil para esses produtos, afastando temores de que parceiros do Cazaquistão na UEE, também produtores de aeronaves, pudessem "fechar" o mercado cazaque para competidores externos.

Por seu alcance estratégico para a economia mundial e inserção internacional do país, a área de conectividade também mereceu atenção da embaixada. Foram acompanhados, nesse contexto, a

4

implementação da iniciativa chinesa da Nova Rota da Seda, que tem, no Cazaquistão e Ásia Central, parte importante de seu componente de infra-estrutura terrestre. Os planos do Governo cazaque para participar da iniciativa, inclusive a participação do Presidente Nazarbyaev na cúpula "Belt and Road Initiative", na China, em maio de 2017, resultaram em informações para a Secretaria de Estado. Do mesmo modo, chamei a atenção para as novas vias de acesso à região, como a construção da ferrovia Cazaquistão-Turcomenistão-Irã, que abre a Ásia Central ao Golfo Pérsico, criando novas possibilidades para o comércio exterior brasileiro.

A área de promoção comercial também foi objeto de ações específicas de maior envergadura, em que pese a insuficiência de recursos à disposição do posto, que não dispõe de Secom. O posto buscou ir além de atividades de rotina em apoio a empresas brasileiras, tendo promovido e organizado a vinda de missão comercial brasileira ao país em novembro de 2016. A iniciativa, pioneira, buscou familiarizar empresas brasileiras num mercado ainda pouco explorado e em que as estatísticas de comércio não raro carecem de precisão. Com efeito, o Cazaquistão, que, conforme fontes cazaques, compra do Brasil, por exemplo, metade de seu açúcar importado, recebe produtos brasileiros que têm como destino outros mercados, como o russo, mas que acabam sendo dirigidos ao país centro-asiático.

Ressalte-se que, no contexto da referida missão empresarial, a embaixada organizou na cidade de Almaty, ex-capital do país e seu principal centro de negócios, foro empresarial, por mim aberto, com a realização de rodada de negócios. Essa iniciativa, que contou com o apoio do escritório da Apex-Brasil em Moscou, integrou outras de parceria com a Agência. Em particular, o posto desenvolveu atividades de inteligência comercial que incluíram a identificação de empresas cazaques para visitarem, no âmbito do Projeto Comprador da Apex-Brasil, feiras no Brasil como a FIMEC e a APAS.

Na área comercial, outra atividade pioneira realizada pela embaixada foi a elaboração do guia "Como Exportar-Cazaquistão", para utilização por empresas brasileiras. Preparado com subsídios da Câmara Nacional de Empreendedores desse país, o guia constitui o primeiro documento dessa natureza dedicado ao Cazaquistão, apresentando, em idioma português, ampla gama de informações sobre diferentes aspectos de seu sistema econômico, infra-estrutura para o comércio, quadro legal cazaque dedicado ao comércio exterior e aos investimentos externos, inclusive no que diz respeito a suas inter-relações com a normativa da União Econômica Euroasiática. Inclui também, inter alia, informações práticas para potenciais exportadores e investidores brasileiros.

5

A constituição de um quadro legal para o desenvolvimento das incipientes relações bilaterais foi objeto de ações específicas do posto. Ressalte-se, nesse sentido, a assinatura e entrada em vigor em 2016 do acordo para dispensa de vistos de turismo e negócios, o qual constitui um marco para o relacionamento bilateral. De outra parte, por iniciativa da embaixada, foi formalmente proposta à parte cazaque a celebração de Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos. Foi também submetida ao lado cazaque proposta brasileira de Acordo sobre Serviços Aéreos. O Memorando de Entendimento entre o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) e o National Metrology Institute of Kazakhstan (KAZINMETR) foi assinado entre os Presidentes das duas entidades. Por fim, encontra-se em fase final de negociação os tratados de auxílio jurídico mútuo em matéria penal, de extradição e de transferência de pessoas condenadas.

De outra parte, a embaixada propôs formalmente a criação de aditância militar não-residente no Cazaquistão. A iniciativa visa a contribuir para intensificar o acompanhamento dos temas de defesa neste país e na Eurásia, fomentar a cooperação militar bilateral e explorar oportunidades para exportações brasileiras. Observe-se que a aditância militar não implicaria custos significativos, uma vez que seria exercida pelo adido militar baseado na embaixada em Moscou.

A área de energia mereceu igualmente atenção em vista de sua importância no Cazaquistão. O posto preparou informações sobre o campo petrolífero gigante de Kashagan, no Mar Cáspio, o quadro regulatório local para a exploração de urânio (produto do qual o país é o principal exportador mundial) e acerca do lançamento, no Cazaquistão, do Banco de Urânio de Baixo Enriquecimento da AIEA. Por outro lado, promoveu ativamente junto a formadores de opinião, entidades governamentais e academia as iniciativas brasileira da Plataforma para o Biofuturo, na área de biocombustíveis, e de realização do Fórum Mundial da Água.

Do mesmo modo, tive a oportunidade também de participar, como palestrante em universidade local, por três anos seguidos, de seminários dedicados às cúpulas dos BRICS, juntamente com os embaixadores dos demais países do grupo. Os eventos, do qual participaram comunidade acadêmica, imprensa, representantes do governo, entre outros, atenderam ao interesse despertado pelas atividades dos BRICS e constituíram oportunidades para enunciar a público seletivo a perspectiva brasileira sobre o grupo e temas da agenda internacional. Por outro lado, a embaixada organizou, juntamente com as representações de África do Sul, Índia e

6

Indonésia, apresentação, por mim realizada, na VII edição do Foro Econômico de Astana, sob o título "Países Emergentes e o Cazaquistão: Desafios e Oportunidades".

Neste ano letivo de 2018, um diplomata cazaque participa, pela primeira vez, como bolsista, do curso de formação de diplomatas do Instituto Rio Branco. A participação, por mim apoiada ativamente, constitui um passo inicial, mas relevante para uma aproximação dos serviços diplomáticos dos dois países. Veio na esteira da visita à capital cazaque, em 2017, do Diretor do Instituto Rio Branco para participar do Fórum Econômico de Astana, principal evento econômico do país, e manter contatos com autoridades locais.

Na área parlamentar, merece registro a visita oficial a Astana dos deputados Antônio Imbassahy e Cláudio Cajado. A visita representou oportunidade para a ampliação do relacionamento inter-parlamentar, que se encontra ainda em estágio incipiente. Na ocasião, os parlamentares mantiveram entrevistas na Comissão de Assuntos Internacionais, Defesa e Segurança da Câmara de Deputados e com deputados do partido governista, "Nur-Otan".

Na área consular, a entrada em vigor em 2016 do referido acordo para isenção de vistos de turismo e negócios logrou diminuir o volume de solicitações de vistos em 2017. Não obstante, o Setor Consular continuou a atender demandas, que não se limitaram a emissão de vistos, de cidadãos de outros países de sua jurisdição, mas também de países de fora dela, em particular os da região (Afeganistão, Uzbequistão, Tajiquistão, Rússia, entre outros). Esses, por uma questão de proximidade geográfica, continuam a acorrer ao posto, o que evidencia a importância de uma presença consular brasileira na Ásia Central. De outra parte, procedi à instalação do consulado honorário do Brasil em Almaty, cidade onde reside a maior parte dos brasileiros no país. Trata-se da única dependência dessa natureza no Cazaquistão.

A embaixada também dedicou-se a ações na área de imprensa e divulgação. Destaco, em particular, as entrevistas por mim dadas aos canais de tv Kazakh TV (programa Persona Grata), "Asyl Arna" (programa Embaixador e País), Atameken Business Channel (programa "Business Lunch"), Kazakh TV (programa "Diálogo Global). Menciono também entrevistas minhas e artigos dos Presidentes da República ou de autoridades brasileiras no IA KazTag, IA Bnews.kz, Astana Times, National Business magazine, Kapital, Novosti Astani, Kazakhstanskaya Pravda, Kursiv e "Aikyn".

REPÚBLICA QUIRGUIZ

AÇÕES REALIZADAS

Procurei construir laços com o pequeno país centro-asiático, conhecido por sua política comercial liberal, democracia parlamentar e por sua posição geográfica estratégica na interseção da Ásia Central, China e Ásia Meridional. As relações bilaterais, em estágio incipiente, demandaram-me esforço de estabelecimento de uma moldura legal inicial para o relacionamento, assim como de melhor compreensão do quadro político do país e dos desafios para sua inserção no sistema internacional.

Intentei ainda entabular diálogo político com autoridades locais e promover a imagem do Brasil e de seu comércio exterior. Levei em conta a circunstância de a República Quirguiz não dispor de embaixada cumulativa no Brasil, o que coloca em evidência a importância da embaixada brasileira em Astana como elo para o processamento do relacionamento oficial e, amiúde, não-oficial.

Um passo inicial para a conformação de moldura jurídica para as relações bilaterais foi a iniciativa de celebrar acordo para dispensa de vistos em passaportes diplomáticos e de serviço. O acordo, assinado em 2017, entrou em vigor nesse mesmo ano. Ademais, Foram submetidas à consideração da parte quirguiz as propostas brasileiras de acordos de Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal, de Extradução e Tratado de Transferência de Pessoas Condenadas.

A Embaixada promoveu ainda a realização em 2016 de missão empresarial a Bishkek, capital do país, ocasião em que foi realizado foro empresarial no hotel Hyatt Regency, por mim aberto, seguido de rodada de negócios. A missão empresarial, cujo foro contou com apoio financeiro da Apex-Brasil, constituiu iniciativa inédita, permitindo, pela primeira vez, oportunidade de familiarização para empresas brasileiras com o país e seu potencial para fazer comércio na região.

Minhas visitas à República Quirguiz foram oportunidades para a realização de entrevistas na chancelaria local. Esses encontros, serviram para familiarizar-me com questões relativas à inserção internacional do país, mas também para promover interesses e iniciativas específicas do Brasil. Promovi junto ao Governo quirguiz, que já apoiou as candidaturas brasileiras às direções gerais da OMC e da FAO, pleitos do Brasil junto a organismos internacionais. Essas gestões obtiveram êxito recorrente, tendo Bishkek apoiado inúmeras candidaturas brasileiras, com frequência sem a exigência de contrapartidas.

8

Temas políticos e econômicos foram objeto de cobertura pela embaixada. Destaco, por exemplo, o acompanhamento das eleições presidenciais, ponto alto do calendário político da região em 2017, os resultados da cúpula da União Econômica Euroasiática, realizada em Bishkek, sob a presidência "pro-tempore" quirguiz, e a participação do país na Nova Rota da Seda.

O posto promoveu em 2016 a "semana cultural do Brasil em Bishkek" em iniciativa que incluiu a apresentação de mostra de cinema brasileiro, a qual contou com o apoio do Cônsul Honorário do Brasil naquela capital. Inclui ainda apresentações de dança, capoeira, musica e degustação de café brasileiro.

No âmbito da divulgação e imprensa, registro as entrevistas por mim dadas aos canais locais de tv "ELTR Quirguistão" (ao ensejo do primeiro foro empresarial Brasil-República Quirguiz) e "Kyrgyz Public Radio and Television Corporation" (participação no programa matinal "Zaman"). Foram também publicados artigos de Presidentes da República em jornais locais.

TURCOMENISTÃO

AÇÕES REALIZADAS

A embaixada buscou construir laços com o país em diferentes áreas em vista da pouca densidade nas recentes relações bilaterais. Três áreas mereceram maior destaque, a saber, promoção comercial, diálogo político e energia.

Relativamente à promoção comercial, o posto organizou duas missões empresariais ao país em 2015 e 2017. As empresas brasileiras tomaram parte de mesas redondas empresariais, eventos por mim abertos, e de rodadas de negócios. Ao organizar as missões, a embaixada logrou mobilizar representantes de empresas brasileiras na região e de fora dela para o deslocamento a Ashgabat, a capital turcomena.

A economia do Turcomenistão, vale ressaltar, tem apresentado vigoroso crescimento (média de 10%) ao longo dos últimos dez anos. O país, que detém a quarta maior reserva de gás natural do mundo, já vende metade do gás importado pela China e tem planos de tornar-se exportador importante ao mercado europeu. A demanda interna por bens de capital e de consumo é, na maior parte, atendida por importações. A liderança da embaixada na organização das iniciativas se fez necessária, entre outras razões, pelas dificuldades de representantes empresariais estrangeiros obterem

isoladamente vistos de entrada no país. Com o apoio oficial, foi possível também a organização de agenda de contatos com representantes dos setores público e privado locais, o que, de outra forma, dificilmente seria viabilizado.

A embaixada buscou, por outro lado, estabelecer interlocução política com a chancelaria local. Um dos objetivos desse esforço foi a criação de um diálogo com autoridades locais que permitisse a consecução do apoio turcomeno a iniciativas diplomáticas brasileiras, inclusive candidaturas em organismos internacionais. Como resultado, o Turcomenistão apoiou, de forma unilateral, grande número de pleitos brasileiros no âmbito de organizações internacionais. A par dos contatos de rotina mantidos com o ministério do exterior, tive oportunidade de entrevistar-me com o Ministro de Negócios Estrangeiros e com o Vice-Ministro, ocasião em que passamos em revista temas de interesse para a relação bilateral e relativos à região, entre os quais, destaque-se a situação no Afeganistão. Os encontros foram objeto de comunicações à Secretaria de Estado. O posto fez também a cobertura das eleições presidenciais no Turcomenistão.

Também nessas entrevistas, assim como nas que mantive, entre outros, com os Ministros da Energia e do Comércio Exterior e com o da Presidente da associação empresarial do país, pude abordar questões relativas à abertura da economia local, em grande medida insulada e estatizada, oportunidades para exportações brasileiras e os desenvolvimentos no setor energético, em particular quanto às vendas de gás para outros mercados, além do chinês. Mencionem-se, nesse sentido, as informações preparadas pelo posto acerca dos planos do país para exportação de gás para a Europa e para o Paquistão e Índia, com a construção de grandes gasodutos e implicações geo-econômicas significativas.

PRINCIPAIS DIFICULDADES ENCONTRADAS/SUGESTÕES PARA O PRÓXIMO CHEFE DE MISSÃO

A área econômico-comercial permanece como um desafio para as relações bilaterais e a ampliação da presença do Brasil nos países sob sua jurisdição e da região. Predomina ainda situação de desconhecimento, de ambos os lados, sobre o potencial para expansão bilateral do comércio e investimentos. A esse desconhecimento, acresce a distância geográfica como fator a inibir os negócios. De sua parte, a embaixada, por si só, com seus recursos escassos, enfrenta o desafio de atrair a atenção de empresas brasileiras para explorar o mercado cazaque e regional. Ao reconhecer as dificuldades para a realização de ação comercial exclusiva para o mercado cazaque, permito-me sugerir que órgãos competentes da

Administração federal e do setor privado busquem organizar missões comerciais de cunho regional, de modo a levar empresas em iniciativa que incluiria vários países na região e de seu entorno.

A área cultural mereceria igualmente atenção mais detida. Se, de um lado, existe nos países interesse e curiosidade pela cultura brasileira, de outro, são poucos os produtos com que conta a embaixada para fazer difusão cultural. Trata-se de área em que os recursos financeiros para a realização de atividades são particularmente escassos, razão pela qual sugiro que autoridades no Brasil busquem organizar operações culturais, que poderiam incluir, por exemplo, exposições, mostras cinematográficas, novelas (com tradução para o idioma russo), com patrocínio de empresas com interesse nos mercados dos três países e da região como um todo. Poder-se-ia, nesse sentido, explorar a possibilidade de conferir às empresas incentivos previstos na legislação brasileira. Operações dessa natureza teriam cunho regional, orientadas para países da região e seu entorno, com produtos a serem preparados tendo em conta suas similaridades e características culturais comuns.

Sugiro que se propicie ainda a realização de visitas de autoridades brasileiras, ministeriais e de outros níveis. A realização de visitas de autoridades (prática recorrente de outros países), permitiria criar sinergia favorável à expansão das relações bilaterais.

Mensagem nº 136

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, da Senhora MÁRCIA DONNER ABREU, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República do Cazaquistão, e, cumulativamente, junto à República do Turcomenistão e à República Quirguiz.

Os méritos da Senhora Márcia Donner Abreu que me induziram a escolhê-la para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 20 de março de 2018.

EM nº 00038/2018 MRE

Brasília, 8 de Março de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **MÁRCIA DONNER ABREU**, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República do Cazaquistão, e, cumulativamente, junto à República do Turcomenistão e à República Quirguiz.

2. Encaminho, anexos, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **MÁRCIA DONNER ABREU** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Aloysio Nunes Ferreira Filho

Aviso nº 120 - C. Civil.

Em 20 de março de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora MÁRCIA DONNER ABREU, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República do Cazaquistão, e, cumulativamente, junto à República do Turcomenistão e à República Quirguiz.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRA DE SEGUNDA CLASSE MÁRCIA DONNER ABREU**

CPF.: 416.618.429-68

1961 Filha de Alcides Abreu e Sara Donner Abreu. Nascida em Florianópolis, em 19 de maio.

Dados Acadêmicos:

1981 Bacharel em Direito pela Faculdade Cândido Mendes-Ipanema, Rio de Janeiro
1987 CPCD IRBr
1996 CAD IRBr
Curso de Altos Estudos (com louvor; tese "Rompendo o Duopólio Estados Unidos-União Europeia na Organização Mundial do Comércio: O G-20 e as Negociações Multilaterais Agrícolas")
2005

Cargos:

1987 Terceiro-Secretário
1993 Segundo-Secretário
2000 Primeiro-Secretário
2004 Conselheiro
2008 Ministro de Segunda Classe

Funções:

1988 Assistente na Divisão das Nações Unidas, 1988;
1989 Assistente no Departamento de Organismos Internacionais
1989-1991 Assessora na Divisão Especial de Meio Ambiente
1991-1995 Embaixada em Washington, Terceira e Segunda-Secretária
1995-1997 Embaixada em Montevideú, Segunda-Secretária
1997-1999 Assessora na Assessoria de Relações Federativas
1999-2001 Assessora e Subchefe da Divisão de Serviços e Temas Financeiros
2000-2001 Coordenadora Nacional de Comércio de Serviços
2001-2005 Embaixada em Washington, Primeira-Secretária e Conselheira
2005-2007 Pequim, Conselheira na Embaixada
2007-2009 Chefe da Divisão de Negociações Extra-regionais do MERCOSUL-II
Paris, Ministra-Conselheira e Delegada Permanente Adjunta na Delegação Permanente do Brasil junto à UNESCO
2009-2011
2012 Genebra, Ministra-Conselheira e Representante Permanente Adjunta na Delegação Permanente do Brasil junto à OMC e outras Organizações Econômicas Internacionais
2012 Genebra, Encarregada de Negócios na Delegação Permanente do Brasil junto à OMC e outras Organizações Econômicas Internacionais na ausência dos titulares

ALEXANDRE JOSÉ VIDAL PORTO

Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA DO CAZAQUISTÃO



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Fevereiro de 2018

DADOS BÁSICOS SOBRE A REPÚBLICA DO CAZAQUISTÃO	
NOME OFICIAL:	República do Cazaquistão
GENTÍLICO:	cazaque
CAPITAL:	Astana
ÁREA:	2.724.000 km ²
POPULAÇÃO:	18.190.000 (2017)
LÍNGUA OFICIAL:	Cazaque (língua de Estado) e russo (língua interétnica)
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Islamismo (69%); Cristianismo ortodoxo (26,2%)
SISTEMA DE GOVERNO:	República presidencialista
PODER LEGISLATIVO:	Parlamento bicameral composto por Senado e Assembleia Legislativa (<i>Majilis</i>)
CHEFE DE ESTADO:	Nursultan Nazarbayev (desde 1º de dezembro de 1991)
CHEFE DE GOVERNO:	Bakytzhan Sagintayevy (desde 9 de setembro de 2016)
CHANCELER:	Kairat Abdrakhmanov (desde 28 de dezembro de 2016)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2017):	US\$ 156,1 bilhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2017):	US\$ 474,3 bilhões
PIB PER CAPITA (2017):	US\$ 8.585 (2017)
PIB PPP PER CAPITA (2017):	US\$ 26.072 (2017)
VARIAÇÃO DO PIB:	3,3% (2017); 0,9% (2016); 1,2% (2015); 4,3% (2014); 6% (2013); 4,6% (2012); 7,2% (2011)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO - IDH (2016):	0,79 (56ª posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2016):	69,6 anos
ALFABETIZAÇÃO (2015):	99,8%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2018):	4,9% (Fonte: Trading Economics)
UNIDADE MONETÁRIA:	tenge
EMBAIXADOR EM ASTANA:	Emb. Demétrio Bueno Carvalho (desde outubro de 2013)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Emb. Kairat Sarzhanov (desde março de 2016)
BRASILEIROS NO PAÍS:	Há registro de 63 brasileiros residentes no Cazaquistão (2017)

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-CAZAQUISTÃO (Fonte: MDIC – US\$ milhão)										
Brasil → Cazaquistão	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2016	2017
Intercâmbio	4,61	10,57	40,44	52,64	37,32	190,42	171,03	147,24	48,32	58,12
Exportações	1,83	7,45	31,85	41,24	25,48	112,76	109,63	8,10	2,18	4,93
Importações	2,77	3,12	8,58	11,40	11,84	77,65	61,39	139,13	46,14	53,19
Saldo	-0,942	4,32	23,27	29,84	13,63	35,11	48,24	-131,02	-43,95	-48,26

APRESENTAÇÃO

O Cazaquistão, dada sua posição geográfica e geopolítica, desempenhou papel vital na ocupação e no desenvolvimento da Ásia Central. Localizado no centro da Eurásia, esteve na encruzilhada das mais antigas civilizações e de suas respectivas rotas de comércio, de modo a constituir um espaço de intercâmbio social, econômico e cultural entre os inúmeros povos dessa região transcontinental.

É o maior país da região e o nono mais extenso do planeta. É o maior território mediterrâneo do mundo. A norte e a oeste, faz fronteira com a Rússia, a qual constitui o maior perímetro fronteiro terrestre contínuo do mundo, com 6.846 km. A leste, estabelece fronteira com a China e, ao sul, com Quirguistão, Uzbequistão e Turcomenistão.

O território cazaque estende-se do Mar Cáspio, a oeste, às montanhas Altai, a leste, e das planícies da Sibéria Ocidental, ao norte, aos oásis e desertos da Ásia Central, ao sul, além do Mar de Aral, a sudoeste. A estepe cazaque ocupa um terço do país e é a maior região de estepe seca do mundo, caracterizada por grandes prados e regiões arenosas. O país tem diversos rios e lagos importantes. A distância do oceano conforma clima continental, com médias invernais de -19° C, no norte, e de -2° C, no sul, e médias estivais de 19° C e 28° C, respectivamente.

Possui 18,5 milhões de habitantes, dos quais, etnicamente, 63% são cazaques e 23% são russos, seguidos por minorias de uzbeques, ucranianos, uigures, tártaros e mais 131 etnias. A religião predominante é o islã (69%), seguido pelo cristianismo ortodoxo (23%).

O Cazaquistão tem abundantes reservas de recursos minerais e de combustíveis fósseis. As estimativas são eloquentes: maior reserva mundial de zinco, tungstênio e barita; segunda maior de urânio, cromo, chumbo e prata; terceira maior de manganês e cobre; sexta maior de ouro; oitava maior de carvão; décima segunda maior de petróleo. Também é exportador de diamantes. O desenvolvimento da extração de petróleo e de gás natural, especialmente, tem atraído a maior parte dos vultosos investimentos estrangeiros feitos no país desde sua independência.

O país tem adotado uma política externa multivetorial, baseada na abertura do país para o Ocidente e no fortalecimento de laços com seus vizinhos, sobretudo Rússia e China. Tem procurado intensificar sua participação em órgãos multilaterais e ora ocupa o assento rotativo do

Conselho de Segurança das Nações Unidas destinado à região Ásia-Pacífico, para o período que vai de janeiro de 2017 a dezembro de 2018. É o primeiro país da Ásia Central a assumir essa função. O país também tem se notabilizado no âmbito da ampla iniciativa chinesa *One Belt, One Road*, a Nova Rota da Seda.

O Cazaquistão considera o Brasil importante e promissor parceiro estratégico na América Latina e tem interesse na experiência brasileira nos setores de alta tecnologia, agricultura, bens de capital e indústria leve. Procura estabelecer cooperação com a parte brasileira na área de exploração geológica, extração e refino de hidrocarbonetos e energias renováveis. Os dois países têm diversas características em comum, pois são grandes nações em desenvolvimento, com vastos territórios e recursos minerais e energéticos abundantes.

PERFIS BIOGRÁFICOS

NURSULTAN NAZARBAYEV

Presidente



Nasceu em 1940, na vila de Chemolgan, próxima a Almaty, no Cazaquistão. Graduou-se na escola técnica do complexo industrial metalúrgico de Karaganda e é doutor em Ciências Econômicas.

Nazarbayev era o líder mais próximo de Mikhail Gorbachev, o então presidente da União Soviética, dentre todas as lideranças das repúblicas. Devido a essa estima, teve seu nome cotado ao cargo de vice-presidente da URSS, na fase final da União Soviética. Em 1984, tornou-se presidente do Conselho de Ministros da República Socialista Soviética do Cazaquistão. Em 1989, foi indicado primeiro-secretário do Partido Comunista da República Soviética do Cazaquistão.

Em 1990, assumiu a presidência do Soviete Supremo do Cazaquistão e em 1991, após a independência, foi eleito presidente do Cazaquistão. Em 1995, teve o mandato presidencial estendido até 2000, por meio de referendo popular. Foi reeleito presidente em 1999, 2005, 2011 e 2015.

Em 2007, foi aprovada, pelas duas casas legislativas do Cazaquistão, emenda constitucional que limita o mandato presidencial a dois períodos de sete anos, mas, ao mesmo tempo, isenta o primeiro presidente da república dessa restrição. Nazarbayev, desse modo, pode reeleger-se sucessivamente. Em 2010, outra emenda constitucional o proclamou "líder da nação", e foi-lhe concedido o direito vitalício de aprovar ou vetar a política interna e externa.

BAKYTZHAN SAGINTAYEV

Primeiro-Ministro



Nasceu em 13 de outubro de 1963 em Talas, na região de Zhambyl. É graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Estatal Cazaque, e foi professor do departamento de economia do Instituto Nacional de Economia de Almaty.

Em 1998, foi nomeado vice-governador da região de Zhambyl. De 2002 a 2004, foi primeiro vice-presidente da Agência para Regulação dos Monopólios Naturais e Proteção da Competição, e, de 2004 a 2007, presidiu a Agência de Regulação de Monopólios Naturais. De 2007 a 2008, foi chefe de gabinete do primeiro-ministro do Cazaquistão.

Em 2008 foi nomeado governador da região de Pavlodar e, em janeiro de 2012, foi designado ministro do Desenvolvimento Econômico e Comércio. Em setembro de 2012, tornou-se vice-líder do Partido *Nur Otan*, e, em janeiro de 2013, foi nomeado vice primeiro-ministro e, simultaneamente, ministro do Desenvolvimento Regional.

Em setembro de 2016, foi nomeado primeiro-ministro.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Cazaquistão estabeleceram relações diplomáticas em 1993. O diálogo bilateral foi relançado pela inauguração, em 2006, da embaixada do Brasil em Astana, a primeira representação diplomática residente de um país latino-americano na Ásia Central. A escolha por Astana deveu-se à trajetória bem-sucedida do Cazaquistão desde a sua independência, à sua liderança no plano regional e à crescente inserção na economia internacional a partir de seus recursos minerais e energéticos abundantes. A partir de então, sucederam-se contatos de alto nível, como a visita do presidente Nursultan Nazarbayev ao Brasil em 2007, a realização da I reunião de consultas Brasil-Cazaquistão, em 2008, seguida pela visita do então presidente Lula ao Cazaquistão, em 2009, primeira viagem de um presidente latino-americano ao país.

No ano de 2012, foi realizada a II reunião de consultas Brasil-Cazaquistão, em Brasília. A relação bilateral recebeu novo impulso em 2013, quando, por ocasião da celebração dos 20 anos do estabelecimento de relações diplomáticas, o ministro dos Negócios Estrangeiros do Cazaquistão, embaixador Erlan Idrissov, inaugurou a embaixada em Brasília. A III Reunião de consultas políticas aconteceu em Astana, em 2017.

Brasil e Cazaquistão coordenam posições em fóruns multilaterais, especialmente em temas como reforma da ONU – o Brasil recebeu o apoio cazaque ao seu pleito de obtenção de assento permanente no Conselho de Segurança –, desenvolvimento sustentável e preservação do meio ambiente. Os países têm interesse em aprofundar essa coordenação e estão negociando acordos para avançar iniciativas bilaterais de cooperação e para aprofundar as relações de comércio e de investimentos. Estão sendo implementadas parcerias na área esportiva, que incluem a formação de futebolistas cazaques no Brasil.

Quanto ao desarmamento nuclear, a posição cazaque é, em linhas gerais, coerente com os preceitos da política externa brasileira. Em alguns pontos específicos, os países adotam posições divergentes, como algumas apresentadas no manifesto "The World. The 21st century", firmado pelo presidente Nazarbayev em março de 2016. O Cazaquistão afirma que é

preciso esperar "condições adequadas" para o desarmamento das potências nucleares, o que certamente faz para não melindrar a Rússia.

O Cazaquistão tem interesse em cooperar com o Brasil na área agrícola. Os cazaques buscam ampliar a exportação de trigo e, para isso, buscam a obtenção de habilitação do produto junto às autoridades brasileiras. Na área econômico-financeira, foi assinado, em 2013, um acordo entre a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex) e a *Kazakh Export*, a *Kazakh Invest* e a *Chamber of Commerce* (que abrangem, no Cazaquistão, as competências da Apex). Em 2016, a embaixada em Astana organizou uma missão empresarial a Almaty, maior cidade do Cazaquistão, com apoio da Apex-Brasil.

Em 2015, por resolução do Senado Federal, foi criado o "Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Cazaquistão". Tem, atualmente, como presidente de honra o senador Eunício Oliveira (PMDB/CE), como presidente da comissão executiva o Senador Cristovam Buarque (PPS/DF), e como presidente do Conselho Consultivo o senador Waldemir Moka (PMDB/MS). No total, 41 senadores compõem o grupo.

Memorando de entendimento sobre serviços aéreos foi firmado entre a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e sua contraparte cazaque, em dezembro de 2016. Na ocasião, foi iniciada negociação de acordo de serviços aéreos, cuja minuta está em análise, em Astana.

Em maio de 2017, o vice-ministro para Américas e Organismos Internacionais do Cazaquistão, Yerzhan Ashikbayev, visitou o Brasil, ocasião em que manifestou a intenção do governo cazaque de fortalecer os laços bilaterais e buscar, conjuntamente com o Brasil, formas de promover a cooperação mútua. Afirmou que o relacionamento entre o Brasil e o Cazaquistão integra o eixo central da política externa cazaque.

Por ocasião da III Reunião de Consultas Políticas, em Astana, o Brasil entregou proposta formal de início de negociação de um Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI).

Encontram-se em fase final de preparação para assinatura as minutas dos acordos de extradição; de transferência de pessoas condenadas; e de assistência jurídica em matéria penal.

Assuntos consulares

Na seção consular da Embaixada do Brasil em Astana, há 63 cidadãos brasileiros registrados. A comunidade é formada principalmente por funcionários de organismos internacionais, missionários religiosos e jogadores de futebol.

POLÍTICA INTERNA

Nursultan Nazarbayev foi o último líder soviético do país e tem sido eleito presidente, desde então, por meio de eleições diretas. Em abril de 2015, Nazarbayev foi reeleito pela quarta vez, com 97,7% dos votos. Observadores da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) qualificaram as eleições como "bem realizadas". O povo cazaque vê em Nazarbayev a garantia de estabilidade e de segurança.

Há sinais de algumas mudanças no cenário político. As novas gerações têm demonstrado alinhamento aos ideais meritocráticos e rejeição ao nepotismo, em virtude do aprofundamento das relações com o Ocidente.

O governo do Cazaquistão, em fevereiro de 2017, anunciou uma reforma política, a fim de promover redistribuição de poderes na administração federal para melhorar a eficiência do sistema executivo. O presidente Nazarbayev afirmou que o objetivo da reforma é garantir a estabilidade do sistema político nos próximos anos e construir um sistema de governança mais eficiente, sustentável e moderno.

O poder legislativo, no Cazaquistão, é composto pelo Senado (47 assentos, com mandato de 6 anos, eleitos de forma indireta) e pela Assembleia, o *Majilis* (107 assentos, mandato de 5 anos), cujos membros são eleitos pela população. Em março de 2016, foram realizadas eleições para o *Majilis*, cujo resultado preservou o *status quo*. A OSCE, uma vez mais, reconheceu a boa organização das eleições.

O judiciário está constitucionalmente sob o controle do presidente, quem nomeia, direta e indiretamente, os juízes.

POLÍTICA EXTERNA

O Cazaquistão tem adotado discurso de defesa do pacifismo e do desarmamento nuclear. Em 2016, por ocasião da celebração do 25º aniversário do fechamento do sítio de testes nucleares de Semipalatinsk, o Cazaquistão sediou a conferência "*Building a Nuclear Weapon Free World*", com o intuito de defender a adoção de uma convenção abrangente sobre armas nucleares. No entanto, não assinou ainda o Tratado de Proibição de Armas Nucleares, adotado nas Nações Unidas em setembro de 2017.

O Cazaquistão é membro da Comunidade dos Estados Independentes (CEI), da Organização do Tratado de Segurança Coletiva (OSTC), da Organização para Cooperação de Xangai (OSX), da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) e da Organização para a Cooperação Islâmica (OCI), entre outros organismos multilaterais. Em 2015, o país foi admitido na Organização Mundial do Comércio (OMC). A política de projeção internacional do Cazaquistão tem ensejado participação ativa nesses fóruns. O país assumiu a presidência da OSCE em 2011 e, no início de 2017, assumiu assento não permanente no Conselho de Segurança da ONU (CSNU), sendo o primeiro mandato de país da Ásia Central.

Com a eleição do Cazaquistão para o CSNU, o país colocou como sua prioridade a eliminação de armas nucleares e a segurança nuclear. Outras prioridades são o combate ao terrorismo internacional e regional e a promoção de paz e segurança abrangentes na África.

A segurança é objetivo prioritário da agenda de política externa cazaque. A posição geográfica do país e a população, de maioria islâmica, podem favorecer a importação de ideologias extremistas. Nesse contexto, o Cazaquistão tem aprofundando a cooperação em matéria de segurança no âmbito da OSTC, da OSCE e da OCX.

A Rússia tem interesse em aprofundar sua influência na região, cujos territórios, outrora, estiveram sob o jugo soviético. O idioma russo permanece a língua franca da Ásia Central e os vínculos políticos com os dirigentes remontam aos tempos do soviete supremo.

A China tem grande interesse na região, em suas reservas energéticas, seus mercados consumidores e suas conectividades. O país tem

investido pesadamente no Cazaquistão, no contexto do projeto *One belt, One road*, a conhecida Nova Rota da Seda. No fórum internacional "*Belt and Road Initiative*" realizado em Pequim em 2017, o Presidente Nazarbayev acentuou que a Nova Rota da Seda "está funcionando", pois já está dando acesso aos mercados do Irã, Oriente Médio e Ásia Meridional, aumentando o comércio na região significativamente. Destacou o papel da China como um novo promotor da cooperação internacional e do progresso econômico dos países participantes.

O Cazaquistão destaca-se ao oferecer plataforma para as negociações em torno da crise da Síria. A *troika* Rússia-Irã-Turquia aceitou a oferta cazaque de reunir, em sua capital, sob auspícios da *troika*, representantes do governo de Bashar al-Assad e dos grupos de rebeldes sírios, conformando o denominado "Processo de Astana", que tem avançado no tratamento da questão. Iniciado em janeiro de 2017, o processo já contou com oito reuniões.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

O PIB per capita do Cazaquistão, em 1991, era de US\$ 1.647,00 e, em 2016, alcançou o patamar de US\$ 7.456,00, de modo a colocar o país à frente de várias nações de renda média. O Banco Mundial, em 2016, considerou o Cazaquistão o 35º melhor país do mundo para fazer negócios, e no ranking de competitividade do *International Institute for Management Development* (IMD) de 2017 o país ocupa a 32ª posição. Seu crescimento, nos últimos 25 anos, deveu-se principalmente às exportações de gás e de petróleo.

O Cazaquistão é um dos grandes propugnadores da integração econômica regional. Em 2014, junto com a Rússia e Belarus, firmou o tratado de criação da União Econômica Eurasiática (UEE), ao qual se juntaram, sucessivamente, a Armênia e o Quirguistão. A UEE entrou em vigor em 1º de janeiro de 2015, estabelecendo uma união aduaneira e um mercado comum que abrange mais de 170 milhões de consumidores. Há intenção de expandir a união às demais ex-repúblicas soviéticas. A UEE, no médio prazo, visa a adotar uma estrutura política e econômica com a adoção de moeda comum. A expectativa de crescimento econômico da região, em função da UEE, é de 25% nas próximas duas décadas, por meio da redução dos preços de *commodities* e da integração de infraestrutura.

Em novembro de 2014, Nazarbayev lançou o *Nurly Zhol* (Caminho Brilhante), um arrojado programa econômico de desenvolvimento do Cazaquistão, cuja meta é colocar o país entre as 30 nações mais desenvolvidas do mundo até 2050. US\$ 9 bilhões serão investidos a fim de modernizar sete infraestruturas: transporte e logística, industrial, energética, serviços públicos, moradia, assistência social, pequenas e médias empresas.

O *Nurly Zhol* combina-se com a Nova Rota da Seda. A Ásia Central é de extrema importância, como comprova o oleoduto que liga a China ao Cazaquistão, cujo volume majoritário ainda passa pelo ponto de estrangulamento do estreito de Malaca. O principal eixo da Rota no país é a ligação ferroviária do porto seco de Khorgos, na fronteira entre Cazaquistão e China, ao porto de Aktau, na costa do Mar Cáspio. Khorgos é considerado o principal *hub* na ligação entre a China e a Ásia Central, e já está operacional desde agosto de 2015. Outro ramal é direcionado para o

sul, chegando ao Irã. Em fevereiro de 2016, o primeiro comboio partindo de Zhejiang, no Mar da China, chegou a Teerã, após ter passado por Cazaquistão, Uzbequistão e Turcomenistão. A fim de facilitar a viabilização das obras, o Cazaquistão tem participado ativamente tanto da Organização de Cooperação de Xangai quanto do Banco de Investimento em Infraestrutura da Ásia, sendo membro fundador de ambos.

O Cazaquistão tem a 12^o reserva mundial de petróleo, com grande excedente para a exportação, sendo os principais destinos a Rússia, a União Europeia e a China. O país encontra-se entre os 20 países com as maiores reservas de gás natural do mundo. Sua posição geográfica e extensão territorial são estratégicas no que tange ao trânsito internacional de gás, sendo rota necessária para o gás originário do Turcomenistão e do Uzbequistão. O principal destino desse insumo tem sido a China.

Com o desmantelamento da URSS, o mercado regional de eletricidade foi abandonado e países da Ásia Central priorizaram nova geração de capacidade. Nesse contexto, o governo do Cazaquistão fez pesados investimentos na infraestrutura de energia termoeletrica, com o intuito de aumentar a demanda e promover segurança energética.

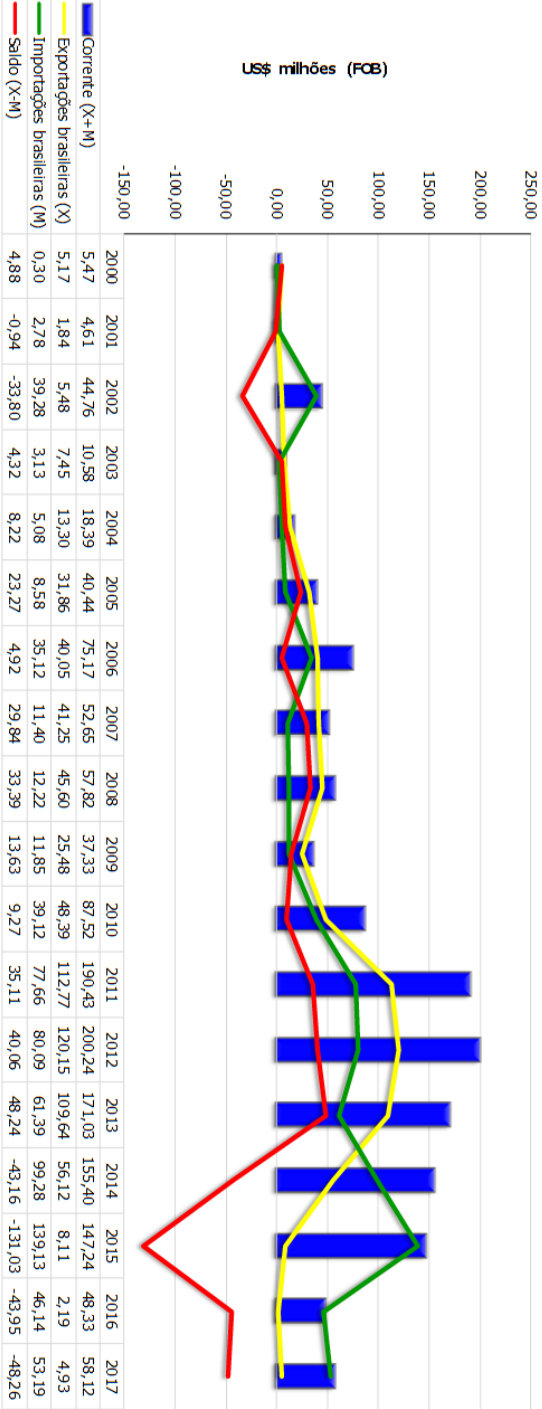
O Cazaquistão é um expoente de energia renovável na Ásia Central. O primeiro passo nesse sentido foi tomado em 2009, quando o governo cazaque adotou a lei de suporte ao desenvolvimento de projetos de energias renováveis. Competitivos subsídios tarifários foram introduzidos em 2013 e posteriormente potencializados, e a "Lei da Economia Verde" foi decretada em 2015. A topografia cazaque é adequada para o desenvolvimento de fontes de energia renováveis, e o desenvolvimento desse setor reduziria perdas de eficiência energética e a necessidade de importação de eletricidade de outros países da região.

O governo vem-se empenhando para estabelecer em Astana o "Centro Financeiro do Cazaquistão" (CFC), com regime jurídico próprio, baseado na "common law", não operando, assim, sob a lei cazaque. O objetivo é atrair empresas financeiras mediante um regime tributário favorável e subsídios diversos como aluguel gratuito de escritórios. O foco principal do Centro orienta-se para instituições financeiras internacionais, como bancos comerciais, de investimento e de gestão de fortunas. O objetivo do CFC é tornar-se um centro financeiro para a Ásia Central, União Econômica Euroasiática, Cáucaso, Oeste Asiático, Mongólia e Leste Europeu. A iniciativa para atrair investimentos para infraestrutura tem a

participação do Banco de Investimentos na Infraestrutura Asiática (cujo capital total oscila em torno de US\$ 100 bilhões) e do Fundo da Rota da Seda (que conta com recursos da ordem de US\$ 40 bilhões), além de outros bancos e instituições.

O fluxo de comércio entre Brasil e Cazaquistão cresceu significativamente entre 2002 e 2014. O ano de 2017 registrou o segundo menor saldo comercial da série histórica, com déficit de US\$ 48 milhões para o Brasil. Os principais produtos importados foram enxofre, chumbo e elementos químicos. As exportações para o país centro-asiático concentraram-se em manufaturados, como aparelhos mecânicos e tubos de ferro fundido, e produtos básicos, como fumo.

Comércio Brasil-Cazaquistão

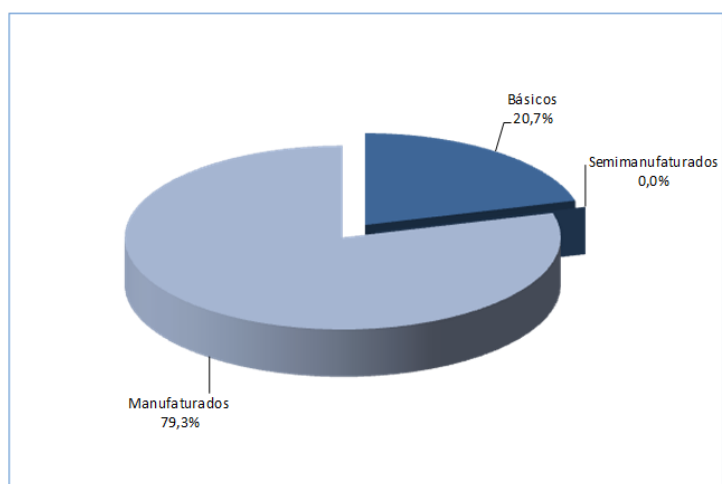


Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Fevereiro de 2018.

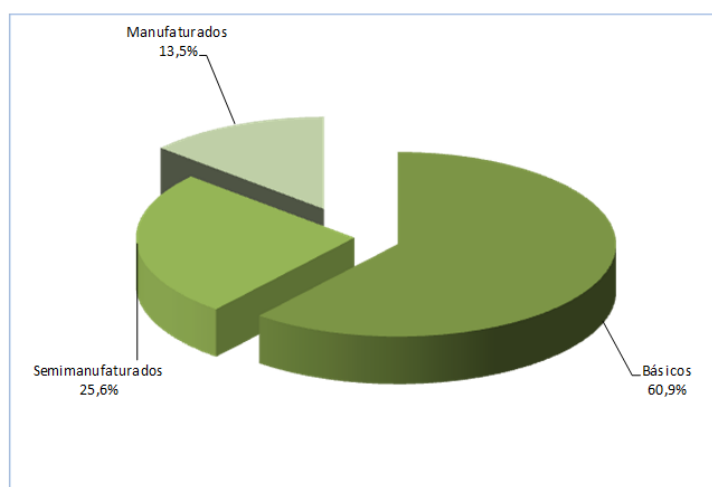
2017 / 2018	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2017 (janeiro)	1,44	3,78	5,22	-2,34
2018 (janeiro)	0,03	0,76	0,79	-0,74

**Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2017**

Exportações



Importações



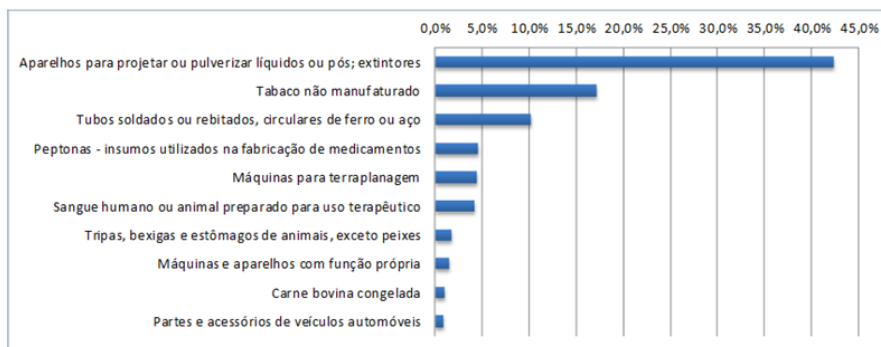
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Fevereiro de 2018.

Composição das exportações brasileiras para o Cazaquistão (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Aparelhos para projetar ou pulverizar líquidos ou pós; extintores	19	0,2%	100	4,6%	2.085	42,3%
Tabaco não manufaturado	1.569	19,4%	460	21,0%	846	17,2%
Tubos soldados ou rebitados, circulares de ferro ou aço	661	8,1%	0	0,0%	502	10,2%
Peptonas - insumos utilizados na fabricação de medicamentos	549	6,8%	0	0,0%	226	4,6%
Máquinas para terraplanagem	235	2,9%	0	0,0%	217	4,4%
Sangue humano ou animal preparado para uso terapêutico	41	0,5%	0	0,0%	206	4,2%
Tripas, bexigas e estômagos de animais, exceto peixes	0	0,0%	0	0,0%	90	1,8%
Máquinas e aparelhos com função própria	497	6,1%	9	0,4%	77	1,6%
Carne bovina congelada	862	10,6%	216	9,9%	51	1,0%
Partes e acessórios de veículos automóveis	31	0,4%	3	0,1%	43	0,9%
Subtotal	4.465	55,1%	788	36,0%	4.342	88,0%
Outros	3.643	44,9%	1.399	64,0%	590	12,0%
Total	8.107	100,0%	2.187	100,0%	4.932	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb, Fevereiro de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017

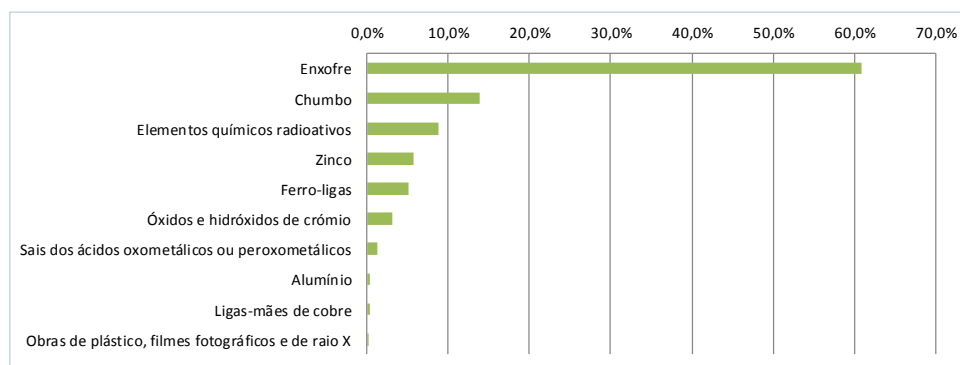


Composição das importações brasileiras originárias do Cazaquistão (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Enxofre	66.884	48,1%	29.435	63,8%	32.393	60,9%
Chumbo	9.891	7,1%	6.700	14,5%	7.394	13,9%
Elementos químicos radioativos	0	0,0%	0	0,0%	4.653	8,7%
Zinco	0	0,0%	297	0,6%	3.071	5,8%
Ferro-ligas	3.118	2,2%	1.384	3,0%	2.756	5,2%
Óxidos e hidróxidos de crômio	3.980	2,9%	2.096	4,5%	1.654	3,1%
Sais dos ácidos oxometálicos ou peroxometálicos	249	0,2%	1.947	4,2%	693	1,3%
Alumínio	10.835	7,8%	156	0,3%	207	0,4%
Ligas-mães de cobre	0	0,0%	65	0,1%	189	0,4%
Obras de plástico, filmes fotográficos e de raio X	0	0,0%	2	0,0%	73	0,1%
Subtotal	94.956	68,2%	42.081	91,2%	53.084	99,8%
Outros	44.177	31,8%	4.059	8,8%	106	0,2%
Total	139.134	100,0%	46.140	100,0%	53.190	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2018.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017



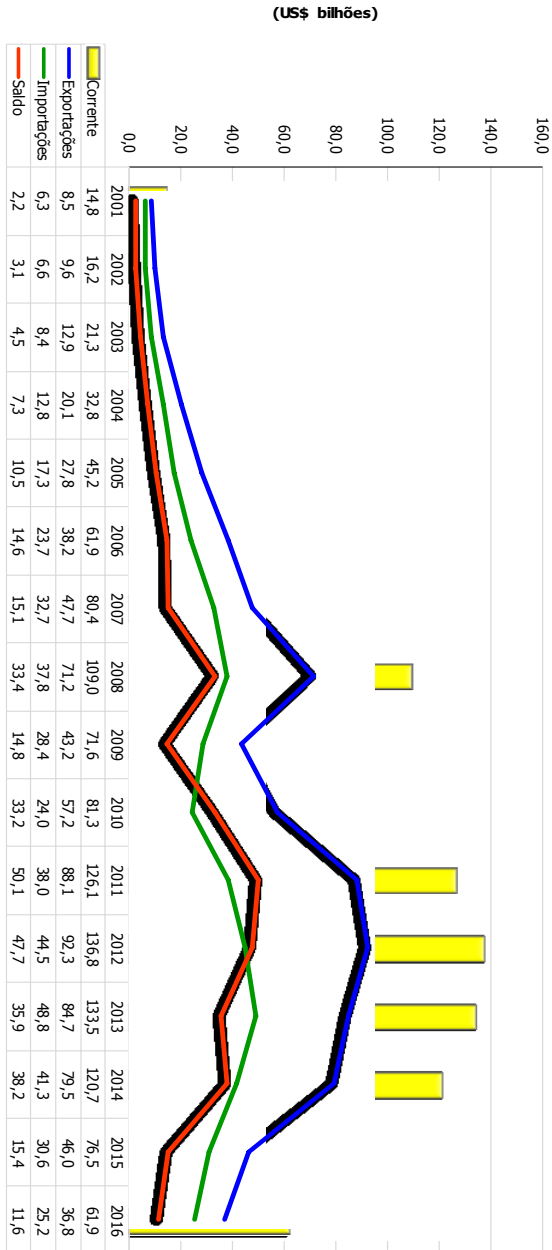
Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ mil

Grupos de produtos	2 0 1 7 (janeiro)	Part. % no total	2 0 1 8 (janeiro)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018
Exportações					
Preparações e artigos farmacêuticos	0	0,0%	9	34,0%	Preparações e artigos farmacêuticos 34,0%
Obras de ferro ou aço	0	0,0%	6	22,2%	Obras de ferro ou aço 22,2%
Camisas e blusas, femininas	0	0,0%	4	14,7%	Camisas e blusas, femininas 14,7%
Calçados com sola exterior de borracha, plásticos, couro e parte superior de couro	3	0,2%	3	10,5%	Calçados com sola exterior de borracha, plásticos, couro e parte superior de couro 10,5%
Abrigos para esporte, esqui, moda praia, de malha	0	0,0%	3	10,5%	Abrigos para esporte, esqui, moda praia, de malha 10,5%
Insumos para fabricação de antissépticos e desinfetantes	0	0,0%	1	2,9%	Insumos para fabricação de antissépticos e desinfetantes 2,9%
Aparelhos para projetar ou pulverizar líquidos ou pós; extintores	1.426	99,1%	0	0,0%	Aparelhos para projetar ou pulverizar líquidos ou pós; extintores 0,0%
Subtotal	1.429	99,3%	25	94,9%	
Outros	10	0,7%	1	5,1%	
Total	1.439	100,0%	26	100,0%	

Grupos de produtos	2 0 1 7 (janeiro)	Part. % no total	2 0 1 8 (janeiro)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2018
Importações					
Zinco	0	0,0%	249	32,6%	Zinco 32,6%
Óxidos e hidróxidos de cromo	144	3,8%	221	28,9%	Óxidos e hidróxidos de cromo 28,9%
Chumbo	59	1,6%	145	19,0%	Chumbo 19,0%
Sulfatos	0	0,0%	102	13,4%	Sulfatos 13,4%
Alumínio	18	0,5%	20	2,6%	Alumínio 2,6%
Enxofre	2.840	75,1%	0	0,0%	
Ferro-ligas	677	17,9%	0	0,0%	
Subtotal	3.738	98,9%	738	96,5%	
Outros produtos	43	1,1%	26	3,5%	
Total	3.781	100,0%	764	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2018.

Comércio Cazaquistão x Mundo



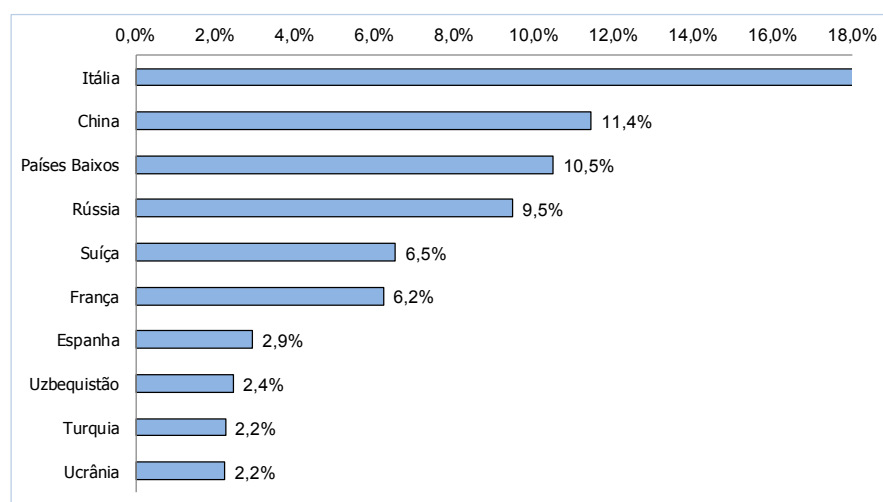
Elaborado pelo MRE/DPY/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/TradeMap, February 2018.

2016 / 2017	Exportações	Importações	Corrente de comércio	Saldo
2016 (jan-set)	26,3	17,8	44,1	8,5
2017 (jan-set)	34,5	20,9	55,4	13,6

Principais destinos das exportações do Cazaquistão
US\$ bilhões

Países	2 0 1 7 (jan-set)	Part.% no total
Itália	6,43	18,6%
China	3,95	11,4%
Países Baixos	3,62	10,5%
Rússia	3,26	9,5%
Suíça	2,25	6,5%
França	2,15	6,2%
Espanha	1,01	2,9%
Uzbequistão	0,84	2,4%
Turquia	0,77	2,2%
Ucrânia	0,77	2,2%
...		
Brasil (50º lugar)	0,02	0,1%
Subtotal	25,07	72,7%
Outros países	9,42	27,3%
Total	34,50	100,0%

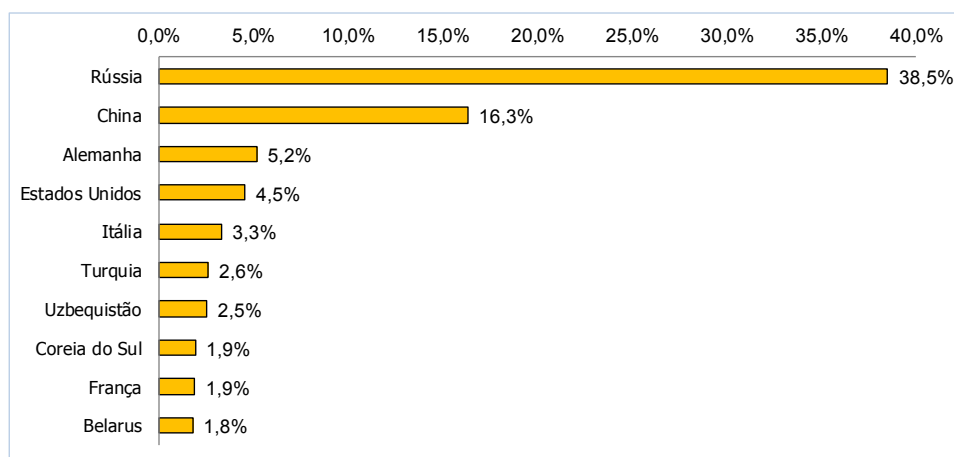
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/TradeMap, February 2018.



Principais origens das importações do Cazaquistão
US\$ bilhões

Países	2 0 1 7 (jan-set)	Part.% no total
Rússia	8,04	38,5%
China	3,41	16,3%
Alemanha	1,08	5,2%
Estados Unidos	0,95	4,5%
Itália	0,69	3,3%
Turquia	0,54	2,6%
Uzbequistão	0,53	2,5%
Coreia do Sul	0,40	1,9%
França	0,40	1,9%
Belarus	0,37	1,8%
...		
Brasil (30º lugar)	0,08	0,4%
Subtotal	16,48	78,9%
Outros países	4,41	21,1%
Total	20,89	100,0%

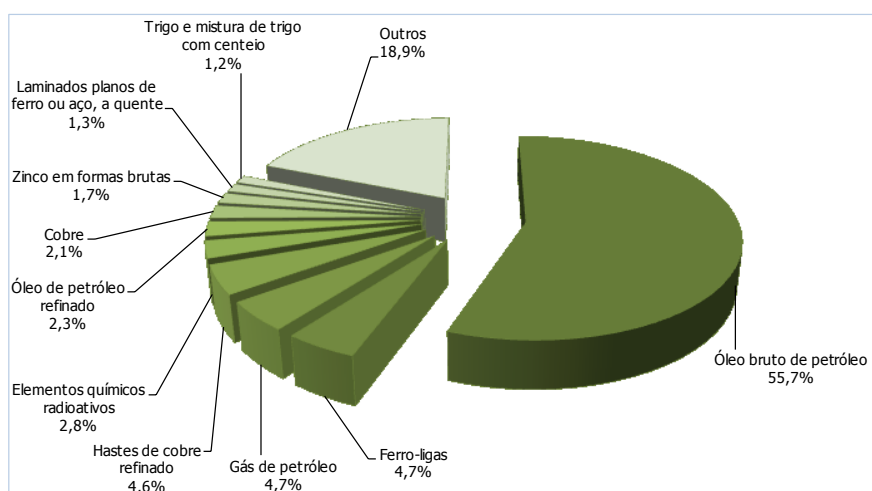
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, February 2018.



Composição das exportações do Cazaquistão (SH4)
US\$ bilhões

Grupos de Produtos	2 0 1 7 (jan-set)	Part.% no total
Óleo bruto de petróleo	19,22	55,7%
Ferro-ligas	1,62	4,7%
Gás de petróleo	1,61	4,7%
Hastes de cobre refinado	1,59	4,6%
Elementos químicos radioativos	0,96	2,8%
Óleo de petróleo refinado	0,81	2,3%
Cobre	0,72	2,1%
Zinco em formas brutas	0,58	1,7%
Laminados planos de ferro ou aço, a quente	0,45	1,3%
Trigo e mistura de trigo com centeio	0,42	1,2%
Subtotal	27,98	81,1%
Outros	6,52	18,9%
Total	34,50	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, February 2018.

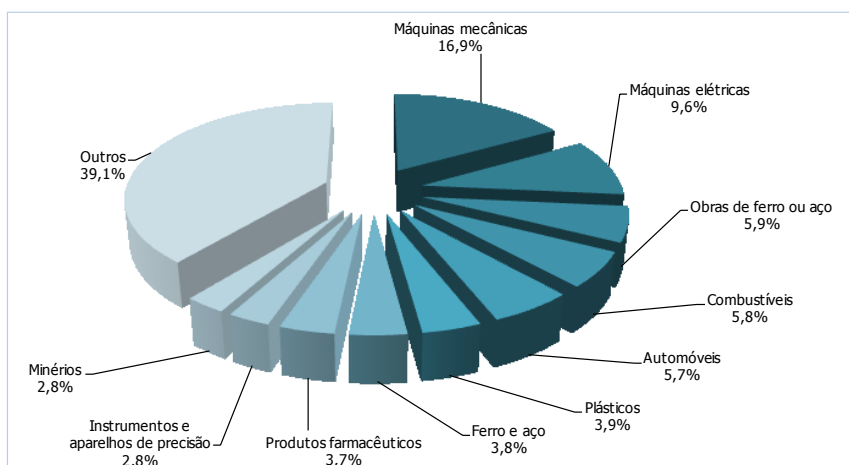


Composição das importações do Cazaquistão (SH4)
US\$ bilhões

Grupos de produtos	2 0 1 7 (jan-set)	Part.% no total
Máquinas mecânicas	3,52	16,9%
Máquinas elétricas	2,01	9,6%
Obras de ferro ou aço	1,23	5,9%
Combustíveis	1,22	5,8%
Automóveis	1,19	5,7%
Plásticos	0,83	3,9%
Ferro e aço	0,79	3,8%
Produtos farmacêuticos	0,77	3,7%
Instrumentos e aparelhos de precisão	0,60	2,8%
Minérios	0,59	2,8%
Subtotal	12,73	60,9%
Outros	8,16	39,1%
Total	20,89	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/TradeMap, February 2018.

10 principais grupos de produtos importados



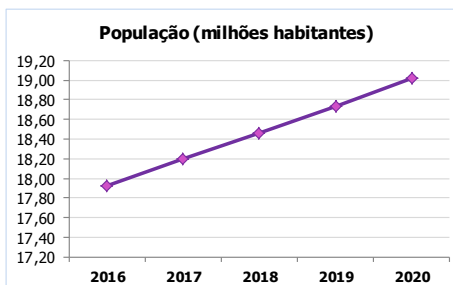
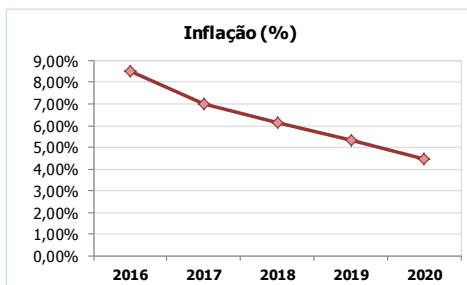
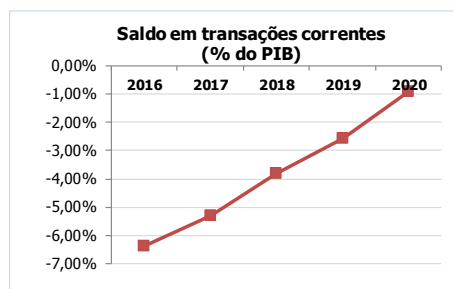
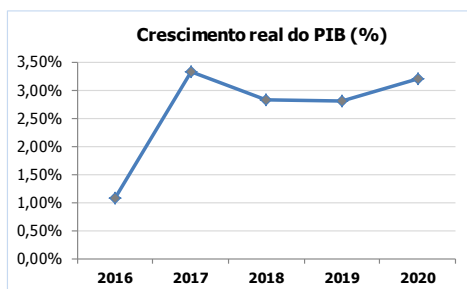
Principais indicadores socioeconômicos do Cazaquistão

Indicador	2016	2017	2018 ⁽¹⁾	2019 ⁽¹⁾	2020 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	1,08%	3,33%	2,83%	2,81%	3,20%
PIB nominal (US\$ bilhões)	133,67	156,19	170,31	184,72	200,16
PIB nominal "per capita" (US\$)	7.456	8.585	9.224	9.859	10.527
PIB PPP (US\$ bilhões)	451,16	474,31	497,18	522,04	550,08
PIB PPP "per capita" (US\$)	25.167	26.072	26.929	27.862	28.929
População (milhões habitantes)	17,93	18,19	18,46	18,74	19,02
Desemprego (%)	4,95%	4,95%	4,95%	4,95%	4,95%
Inflação (%) ⁽²⁾	8,50%	7,00%	6,16%	5,32%	4,48%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-6,37%	-5,31%	-3,79%	-2,58%	-0,91%
Dívida externa (US\$ bilhões)	163,76	169,15	169,16	169,22	172,50
Câmbio (Tenge / US\$) ⁽²⁾	333,28	331,31	329,47	328,22	330,00
Origem do PIB (2017 Estimativa)					
Agricultura	4,8%				
Indústria	34,4%				
Serviços	60,8%				

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2017 e da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report January 2018.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média de fim de período.



CRONOLOGIA HISTÓRICA

500 a.C.	Os Sakas ocupam a região sul do atual Cazaquistão.
200 a.C.	Os ancestrais dos Hunos ocupam o leste do Cazaquistão.
700	Os árabes invadem a região a fim de introduzir o Islã.
1219	Genghis Khan invade a Ásia Central.
Século XV	Os cazaques constituem um forte grupo étnico.
Século XVI	Formação do Canato Cazaque.
Século XVII	O Canato Cazaque fragmenta-se em três hordas, que têm dificuldade em enfrentar tribos invasoras.
1742	Os cazaques pedem proteção ao Império Russo.
1835	Akmolinsk, a atual Astana, é fundada.
1916	Os cazaques revoltam-se contra o Czar e são brutalmente reprimidos.
1919	Os bolcheviques derrotam os cazaques.
1920	O Cazaquistão torna-se uma república autônoma da URSS.
1926-1939	Parte da população sucumbe à fome extrema.
1936	O Cazaquistão ingressa totalmente na União Soviética.
1940-1953	O país recebe centenas de milhares de deportados por ordem de Stalin.
1949	É realizado o primeiro teste nuclear em Semipalatinsk, principal área de testes da URSS.
1953	Nikita Khrushchev lança o programa "terras virgens".
1961	Primeiro lançamento tripulado realizado em Baikonur.
1968	Engenheiros soviéticos desviam cursos d'água que alimentavam o Mar de Aral, iniciando seu processo de desertificação.
1986	Kazakh Dinmukhamed Kunaev, líder do Partido Comunista do Cazaquistão, é substituído por Gennady Kolbin, um russo, suscitando protestos na capital, Almaty.
1989	Nursultan Nazarbayev assume o lugar de Kolbin na liderança do partido.
1989	O Parlamento proclama o cazaque como língua de estado e o russo como língua interétnica.
1990	O Soviete Supremo elege Nursultan Nazarbayev presidente do

	Cazaquistão.
1991	O Partido Comunista do Cazaquistão retira-se da Internacional Comunista.
1991	O Cazaquistão declara independência da União Soviética e ingressa na Comunidade de Estados Independentes (CEI).
1991	Nursultan Nazarbayev é reeleito com apoio massivo da população.
1991	O Cazaquistão encerra as atividades da área de testes de Semipalatinsk.
1992	O país ingressa na ONU e na OSCE.
1993	O Cazaquistão adota nova constituição, que aumenta os poderes do presidente.
1995	Pacto econômico e militar é firmado com a Rússia, de modo a reconhecer ao Cazaquistão o status de país não nuclear.
1995	Nazarbayev estende seu mandato até dezembro de 2000.
1995	É adotada nova constituição.
1997	A capital é transferida de Almaty para Admola, antiga Akmolinsk, que é renomeada como Astana.
1997	Emendas à constituição estendem o mandato presidencial de 5 para 7 anos e eliminam o limite de idade para exercício do mandato.
1998	Rússia e Cazaquistão firmam tratado dividindo a parte norte do Mar Cáspio.
1999	Nursultan Nazarbayev é reeleito.
2000	Grandes reservas de petróleo são descobertas na costa norte do Mar Cáspio.
2000	A última instalação nuclear é destruída.
2001	O primeiro oleoduto ligando o Cazaquistão ao Porto de Novorossiysk, no Mar Negro, é inaugurado.
2001	O Cazaquistão oferece bases para apoiar o ataque dos EUA ao Afeganistão.
2001	Cazaquistão, China, Rússia, República Quirguiz, Uzbequistão e Tadjiquistão lançam a Organização para Cooperação de Xangai.
2003	É criada a marinha do Cazaquistão, para proteger os interesses petrolíferos no Mar Cáspio.
2004	Cazaquistão e China acordam a construção de oleoduto.
2005	Nursultan Nazarbayev é reeleito pela segunda vez.
2006	Cazaquistão, República Quirguiz, Uzbequistão, Turcomenistão e Tadjiquistão criam uma zona livre de armas nucleares.
2007	O parlamento aprova a possibilidade de reeleições ilimitadas somente para Nursultan Nazarbayev.

2007	Cazaquistão, Rússia e Turcomenistão acordam a construção de um gasoduto a fim de incrementar o volume de gás transportado da Ásia Central para a Europa por meio da Rússia.
2007	O partido de Nazarbayev vence as eleições e ocupa todas as cadeiras do <i>Majilis</i> .
2009	O governo publica leis que estabelecem controle de internet e da imprensa.
2010	Nazarbayev é nomeado "líder da nação", recebe maiores poderes, imunidade jurídica e o poder de vetar a política interna e externa após o fim do exercício de seu mandato.
2011	Nazarbayev é reeleito pela terceira vez.
2012	Cazaquistão, República Quirguiz e Uzbequistão permitem que a OTAN utilize seu território para retirar material militar do Afeganistão a fim de evitar o trânsito pelo Paquistão.
2012	O Cazaquistão conecta-se à Nova Rota da Seda: o sistema ferroviário cazaque vincula-se ao sistema chinês, tornando operacional o porto seco de Khorgos.
2014	Rússia, Cazaquistão e Belarus firmam acordo de criação de uma união econômica.
2015	Nazarbayev é reeleito pela quarta vez.
2015	O Cazaquistão é aceito como membro da OMC.
2016	O primeiro trem saído da costa do Mar da China chega a Teerã, passando pelo Cazaquistão.
2017	Cazaquistão ocupa assento não permanente no Conselho de Segurança da ONU para o mandato 2017-2018.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1991	O Brasil reconhece a independência da República do Cazaquistão.
1993	Estabelecimento de relações diplomáticas entre Brasil e Cazaquistão.
2006	Abertura da Embaixada do Brasil em Astana, a primeira de um país latino-americano na Ásia Central.
2007	Visita ao Brasil do Presidente Nursultan Nazarbayev, primeira de um presidente cazaque à América Latina.
2008	Primeira Reunião de Consultas Políticas Brasil-Cazaquistão, em Astana.
2009	Visita do Presidente Lula ao Cazaquistão, primeira de um presidente brasileiro à Ásia Central.

2012	Segunda Reunião de Consultas Políticas Brasil-Cazaquistão, em Brasília.
2013	Abertura da Embaixada do Cazaquistão em Brasília, por ocasião da visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros Erlan Idrissoyev.
2013	Brasil participa do VI Fórum Econômico de Astana.
2014	Visita do Secretário de Estado da República do Cazaquistão ao Brasil.
2015	Visita de comitiva de deputados federais brasileiros a Astana.
2017	Visita do Vice-Ministro para Américas e Organismos Internacionais, Yerzhan Ashikbayev, ao Brasil. Terceira Reunião de Consultas Políticas Brasil-Cazaquistão, em Astana.

ACORDOS BILATERAIS

Título	Data	Situação
Entendimento Recíproco, por Troca de Notas, entre a República Federativa do Brasil e a República do Cazaquistão, para a Isenção de Vistos de Curta Duração para Portadores de Passaportes Comuns.	25/07/2016	Em Vigor
Memorando de Entendimento entre o Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e a Academia de Administração Pública sob o Presidente da República do Cazaquistão sobre Cooperação Mútua em Treinamento de Diplomatas.	02/10/2013	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Cazaquistão sobre Isenção de Vistos de Curta Duração Para Nacionais da República Federativa do Brasil e da República do Cazaquistão.	02/10/2013	Em tramitação no poder Executivo
Memorando de Entendimento sobre o Estabelecimento de Diálogo Político, Econômico, Comercial e de Investimentos Bilaterais entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República do Cazaquistão.	02/10/2013	Em Vigor

Declaração de Princípios das Relações entre a República Federativa do Brasil e a República do Cazaquistão.	27/09/2007	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Cazaquistão sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos e Oficiais.	27/09/2007	Em Vigor
Acordo de Cooperação Econômica e de Comércio entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Cazaquistão.	27/09/2007	Em Vigor
Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Cazaquistão sobre Cooperação Técnica em Agricultura e Pecuária.	27/09/2007	Em Vigor
Estabelecimento de Relações Diplomáticas entre a República Federativa do Brasil e a República do Cazaquistão.	27/09/1993	Em Vigor

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA DO TURCOMENISTÃO



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Fevereiro de 2018

DADOS BÁSICOS SOBRE O TURCOMENISTÃO

NOME OFICIAL:	República do Turcomenistão
GENTÍLICO:	turcomeno
CAPITAL:	Ashgabat
ÁREA:	488 100 km²
POPULAÇÃO:	5,75 milhões (2017)
LÍNGUA OFICIAL:	Turcomeno
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	islamismo (89%); cristianismo ortodoxo (9%)
SISTEMA DE GOVERNO:	Presidencialismo
PODER LEGISLATIVO:	Parlamento Unicameral, composto pela Assembleia Nacional (<i>Majilis</i>);
CHEFE DE ESTADO:	Gurbanguly Berdimuhamedov (desde 14 de fevereiro de 2007)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2016):	US\$ 36,18 bilhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2016):	US\$ 95,56 bilhões
PIB PER CAPITA (2016)	US\$ 6.389
PIB PPP PER CAPITA (2016)	US\$ 16.876
VARIAÇÃO DO PIB	10,29% (2014); 6,45% (2015); 6,22% (2016)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO - IDH (2016):	0,691 (111ª posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2016):	65,7 anos
ALFABETIZAÇÃO (2016):	99,7%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2017):	8,6% (Fonte: The Global Economy).
UNIDADE MONETÁRIA:	manat turcomeno
EMBAIXADOR EM ASHGABAT:	embaixador Demétrio Bueno Carvalho (não residente)
EMBAIXADOR NO BRASIL:	embaixadora Aksoltan Atayeva (não residente)
BRASILEIROS NO PAÍS:	Não há dados referentes a brasileiros residentes no Turcomenistão

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-TURCOMENISTÃO (Fonte: MDIC – US\$ mil)										
Brasil → Turcomenistão	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2018
Intercâmbio	821	15.093	6.898	13.227	5.614	7.505	1.834	2.763	7.693	418
Exportações	35	7.393	3.527	12.563	5.080	7.165	1.769	2.747	1.783	418
Importações	786	7.700	3.371	665	534	339	65	0,015	5.910	0
Saldo	-751	-306	156	11.898	4.546	6.826	1.704	2,731	-4.128	418

APRESENTAÇÃO

A palavra Turcomenistão é o resultado da junção de "*turkmeni*", que faz referência aos turcomenos (povo de origem turca), com o sufixo persa "*-stan*", que significa "terra de", formando o topônimo "terra dos turcomenos". O país encontra-se na Ásia Central e faz fronteira com Afeganistão, Cazaquistão, Irã e Uzbequistão. Não possui costa litorânea com nenhum mar aberto, mas é banhado pelo Mar Cáspio.

O Mar Cáspio, antigamente conhecido como Oceano Hircaniano, é um lago de água salgada que banha Azerbaijão, Irã, Turcomenistão, Uzbequistão e Rússia. Recebeu esse nome porque os habitantes locais acreditavam ser um mar, devido à salinidade da água e de sua extensão, a qual aparentava infinidade.

Com 488 100 km², o Turcomenistão tem aproximadamente 3,86% de seu território coberto por água. Seu clima é árido subtropical, com desertos, dunas e montanhas, ao sul, e montanhas de pequeno porte, perto da fronteira com o Irã. 72% de suas terras são destinadas à agricultura.

Em termos de recursos naturais, o Turcomenistão possui uma das maiores reservas de gás do mundo, além de reservas de petróleo, enxofre e sal.

Sua população é de 5,2 milhões de habitantes, de acordo com o censo de 2016. Quanto à composição étnica, 85% da população é turcomena e os 15% restantes estão divididos entre uzbeques, russos e outros. A língua oficial, turcomeno, é falada por 72% da população, sendo o russo o segundo idioma mais falado. Cerca de 90% da população é muçulmana.

SÍNTESE HISTÓRICA

A história do Turcomenistão inicia-se com a chegada de tribos indo-europeias à região, em 2300 a.C. Os primeiros registros escritos remontam ao domínio do território pelo imperador Ciro, o Grande, no século VII a.C., quando a história do país se uniu à da Pérsia. No século IV a.C., Alexandre, o Grande, invadiu a região, e, poucos anos após a sua morte, surgiu o Império Parta, composto pelos territórios dos atuais Irã e Turcomenistão.

O surgimento da Rota da Seda, no século III a.C., ensejou florescimento cultural e comercial, que se manifestou pela transformação dos oásis de Merv e de Nisa em importantes cidades da rota.

Os partas fundaram a cidade de Nisa, atual Ashgabat — capital do país —, de onde dominavam o território. Em 224, o Império Sassânida prevaleceu sobre os partas e manteve o domínio sobre o território até a chegada dos hunos, no séc. V.

A Ásia Central foi dominada pelos árabes, no séc. VIII, e incorporada ao Califado Islâmico, com sede inicialmente em Damasco (Omíada) e posteriormente em Bagdá (Abássida). Nesse período, tribos de turcos oguzes estavam envolvidas com o processo de formação de uma sólida confederação, que se expandiu por todo o continente, da Anatólia aos Urais. No séc. X, os turcos se uniram aos persas, formando o Império Seljúcida, de inspiração sunita. Foi nesse período que o grupo oguz, que se havia se estabelecido entre o sul do Mar de Aral e a Pérsia, começou a ser chamado de "turcomeno".

Em 1157, Genghis Khan invadiu a Ásia Central e a anexou ao Império Mongol. Nos séculos seguintes, partes do Turcomenistão foram dominadas por diferentes grupos, desde os canatos uzbeques até o Império Safávida.

Em 1869, os russos, que haviam estabelecido o primeiro contato com os turcomenos por volta do século XVIII, construíram um porto no Mar Cáspio, em território turcomeno, que originou a atual cidade de Turkmenbashi. Após resistências tribais e batalhas sangrentas, o Império Russo anexou a quase totalidade do território turcomeno. Foi introduzido um sistema de administração, sediado em Tashkent, no atual Uzbequistão,

e construiu-se uma série de fortes e de acampamentos militares, no esforço de consolidar a presença russa na Ásia Central, no contexto do "Grande Jogo", que opôs Rússia e Reino Unido.

Após o colapso do império dos czares, Ashgabat tornou-se a base do movimento antibolchevique, mas terminou sendo subjugada pelos comunistas, em 1918. Em 1925, o Turcomenistão tornou-se uma república soviética, com as fronteiras que mantém até hoje. O país, durante o início do período soviético, experimentou processo de crescimento, mediante, inclusive, a instalação de algumas indústrias.

Na década de 1950, o Canal de Karakum foi construído, o que ensejou a drenagem sistemática do rio Amu-Darya. Essa iniciativa ocasionou o desastre ambiental do encolhimento do Mar de Aral, com consequências até a atualidade.

O Turcomenistão tem-se caracterizado pela manutenção de sua base agrícola, apesar da elevada exploração de gás e de petróleo em seu território; 48% da força de trabalho ocupa-se da produção agrícola, 37% da prestação de serviços e 15% está empregada no setor industrial.

Em 27 de outubro de 1991, o país proclamou independência, em meio ao processo de dissolução da URSS. O antigo líder do Partido Comunista do Turcomenistão, Saparmurad Niyazov, foi eleito presidente pela esmagadora maioria da população. Ele adotou o título de "Turkmenbashi", "pai de todos os turcomenos", e implementou um regime autoritário, baseado no culto à personalidade.

Niyazov implementou política de neutralidade total, impedindo o país de ingressar em qualquer aliança militar ou de contribuir com contingentes de missões de paz da ONU. Em 2005, anunciou que iria reduzir seus vínculos com a Comunidade dos Estados Independentes (CEI), aliança dos ex-países soviéticos.

Em 2006, Niyazov faleceu sem deixar um sucessor político. Gurbanguly Berdimuhamedov assumiu a liderança nacional. Em fevereiro de 2007, foi eleito presidente. Berdimuhamedov empenhou-se publicamente em procurar reverter a tradição local de culto à personalidade presidencial. Entretanto, foi reeleito em 2012, e, em 2016, o mandato presencial foi estendido para 7 anos. Em fevereiro de 2017, foi eleito pela terceira vez.

PERFIS BIOGRÁFICOS

GURBANGULY BERDIMUHAMEDOV

presidente



Nasceu em 29 de junho de 1957, em Babarab, província de Ahal. Licenciou-se pelo Instituto Médico Estatal do Turcomenistão e iniciou carreira de dentista. Em 1992, passou a fazer parte do corpo docente da faculdade de odontologia onde se formou.

Em 1995, tornou-se responsável pelo centro de medicina dentária do Ministério da Saúde e da Indústria Médica. Em 1997, foi nomeado ministro da saúde, e, em 2001, vice-primeiro-ministro.

Foi eleito presidente em 2007 e reeleito em 2012. Em 2017, Berdimuhamedov venceu pela terceira vez consecutiva as eleições presidenciais.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas do Brasil com o Turcomenistão foram estabelecidas em abril de 1996, mediante protocolo assinado em Moscou. Atualmente, a embaixada do Brasil em Ashgabat é cumulativa com a embaixada em Astana, no Cazaquistão. A representante permanente do Turcomenistão junto à ONU atua como embaixadora não-residente no Brasil.

A visita do Presidente Gurbanguly Berdimuhamedov ao Brasil, para chefiar a delegação de seu país na Conferência Rio+20, em 2012, representou a primeira visita de autoridade turcomena de alto nível ao Brasil.

Em outubro de 2015, o embaixador do Brasil visitou Ashgabat para encontro com o ministro dos negócios estrangeiros do Turcomenistão, Raşit Meredov. O chanceler turcomeno salientou o interesse em elevar de forma estruturada o relacionamento com o Brasil e em formas concretas de interação, salientando a conveniência de se realizar, com mais frequência, visitas bilaterais. Na ocasião, houve mesa redonda empresarial realizada no contexto de missão comercial de empresas brasileiras, que permitiu a identificação de oportunidades concretas de negócios no Turcomenistão, país de rápido crescimento e detentor da quarta maior reserva de gás natural do planeta. A chancelaria turcomena considerou a missão brasileira um êxito em termos de participação e de resultados.

Em novembro de 2015, por ocasião da entrega de cartas credenciais, a embaixadora não-residente do Turcomenistão, Aksoltan Atayeva, aproveitou sua passagem por Brasília para manter diversos encontros bilaterais, com foco em temas energéticos, tanto no Itamaraty quanto no Ministério da Indústria e Comércio. Em janeiro de 2016, a chancelaria turcomena enviou ao Brasil proposta de estabelecimento de mecanismo bilateral de consultas e cooperação.

O intercâmbio comercial com o Turcomenistão tem apresentado oscilações, com tendência à queda. Nos últimos dois anos, as exportações brasileiras têm-se concentrado em preparações alimentícias de bovinos, escavadeiras, carne suína congelada, carne bovina desossada, preparados de confeitaria e aparelhos de cozinha. As importações se concentraram em vestimentas e carbono.

Em 2017, o embaixador do Brasil visitou Ashgabat, ocasião em que avistou-se com o primeiro vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, Vepa Hajiyeu. A autoridade elogiou a iniciativa brasileira de realizar, na ocasião, missão comercial ao país. Manifestou o interesse do governo turcomeno em enviar jovens para "treinar" em escolas de futebol no Brasil.

Destacou também a atuação da Representante Permanente do Turcomenistão junto às Nações Unidas, que exerce cumulatividade com Brasília, em favor de uma maior aproximação bilateral e cooperação na área multilateral, como em candidaturas, nas quais Ashgabat tem frequentemente apoiado pleitos brasileiros.

Assuntos consulares

Não há registro de cidadãos brasileiros no Turcomenistão.

POLÍTICA INTERNA

A constituição turcomena, adotada em 1992, estabeleceu o regime presidencialista no Turcomenistão. O presidente é o chefe de estado, eleito pelo voto popular a cada cinco anos, podendo, teoricamente, ser reeleito apenas por mais duas vezes. O chefe de governo seria o primeiro-ministro, mas nunca houve nomeação para o cargo.

O primeiro presidente do Turcomenistão, Saparmurat Niyazov, foi eleito em 1992, sendo que, em janeiro de 1994, por meio de referendo, seu mandato foi prolongado até junho de 2002. Em 1999, Niyazov foi nomeado presidente vitalício pelo órgão representativo de todos os poderes, o *Khalk Maslahaty* (Conselho do Povo). Em 1999, passou a acumular os cargos de primeiro-ministro e de comandante supremo das forças armadas.

Em fevereiro de 2000, Niyazov anunciou que iria se afastar do poder em 2010, quando tivesse completado 70 anos, mas veio a falecer em dezembro de 2006.

Em fevereiro de 2007, o então vice-primeiro-ministro Gurbanguly Berdimukhamedov, após exercício interino da presidência, foi eleito presidente, iniciando um processo de reformas. Foi reeleito em fevereiro de 2012.

O país vive transição lenta para a economia de mercado e para um regime de caráter mais democrático. Enfrenta quadro de incertezas, que contrasta com os anos de prosperidade propiciada pelas vendas de gás natural ao exterior.

Em fevereiro de 2017, Berdimukhamedov foi reeleito para seu terceiro mandato consecutivo, com 97% dos votos. O presidente tem enfrentando dificuldades econômicas não experimentadas nos mandatos anteriores.

O poder legislativo é unicameral, formado pelo *Majilis*, a assembleia nacional, com 125 assentos.

O poder judiciário é constituído pela corte suprema, cujos juízes são nomeados pelo presidente, para mandatos de 5 anos, e por cortes temáticas, distritais e municipais.

POLÍTICA EXTERNA

O pilar central da política externa do Turcomenistão é o princípio da “neutralidade permanente”, reconhecido pela ONU em 1995. Dessa maneira, o país não faz parte de diversos mecanismos regionais de segurança coletiva, como a Organização do Tratado de Segurança Coletiva (OTSC) e a Organização para a Cooperação de Xangai (OCX).

O país tornou-se membro das Nações Unidas em 1992. Faz parte também do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial, da Organização de Cooperação Econômica (OCE), da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), do Banco Islâmico de Desenvolvimento e da Comunidade de Estados Independentes (CEI).

Após a morte de Saparmurad Niyazov, a principal preocupação do presidente Berdimukhamedov passou a ser o fim do isolamento internacional do Turcomenistão, imposto pelo regime anterior. O país está aprofundando suas relações com a China, pretende também estreitar laços com a Europa e dá prosseguimento ao projeto de construção de gasoduto ligando o país ao Afeganistão, ao Paquistão e à Índia. O Turcomenistão tem relevante papel no projeto chinês *One Belt, One Road*, a Nova Rota da Seda.

Em 2010, foi assinado o acordo do gasoduto "Turcomenistão-Afeganistão-Paquistão-Índia" (TAPI), que fornecerá gás turcomeno ao Afeganistão, Paquistão e Índia. Em 2014 foi criada uma empresa multinacional para administrar os 1.800 km do gasoduto. O projeto inicial teve orçamento de US\$ 10 bilhões, a serem financiados pelo Banco de Desenvolvimento da Ásia (ABD). A expectativa quanto ao volume de exportação é de, aproximadamente, 33 bilhões de m³ de gás natural, que será dividido entre Paquistão (14 bilhões m³), Índia (14 bilhões de m³) e Afeganistão (5 bilhões de m³).

Em 2007, Berdimukhammedov compareceu pela primeira vez à Assembleia Geral das Nações Unidas, buscando demonstrar que seu país desejava romper com o isolamento e, desse modo, avaliar as oportunidades para o diálogo político e para a prospecção de negócios. Naquele mesmo ano, por iniciativa do Turcomenistão, foi aberto, em Ashgabat, o Centro Regional de Diplomacia Preventiva para a Ásia Central, da ONU, com o apoio de todas as repúblicas centro-asiáticas.

As relações entre o Turcomenistão e a Rússia caracterizaram-se, nos anos posteriores à proclamação da independência do estado turcomeno, pela cautela do novo país em relação à antiga metrópole. O país exporta a maior parte de seu gás por meio dos gasodutos que atravessam a Rússia. É oportuno elencar os grandes gasodutos que constituem as linhas de exportação do país: Centro-Ásia Central (CAC), que chega à Rússia passando pelo Cazaquistão; o *Korpezhe-Kurt Kui* e o *Dauletabad-Saraks-Kargan*, que ligam o país ao Irã; e o projeto China-Ásia Central, que abastece 40% da demanda chinesa por gás.

O país também deseja aumentar suas exportações de gás para a União Europeia. Há projeto de estabelecer conexão entre o país e o gasoduto transanatoliano, o que ligaria a Ásia Central à Europa.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

O Turcomenistão apresentou crescimento vigoroso a partir de 2000. O PIB chegou a crescer 10% em 2013, mas desacelerou-se a partir de 2015, com a queda dos preços internacionais do petróleo e do gás. Nesse contexto, o país enfrenta grande pressão econômica, considerando reduzir os subsídios na área de energia concedidos à população.

Detentor da quarta maior reserva de gás do mundo, o país tem aumentado significativamente as vendas do produto, como resultado dos esforços que vem empreendendo para a diversificação de mercados.

A venda de gás para a China, por meio de gasoduto que conecta os dois países, passando pelo Cazaquistão, contribuiu para alimentar a forte expansão econômica. A associação com os chineses torna possível a Ashgabat assegurar a necessária demanda para ampliar a exploração de novas e grandes reservas.

Baseado em três pilares — gasodutos, extração de hidrocarbonetos e geração de eletricidade —, o Turcomenistão tem buscado introduzir reformas seletivas, na esteira dos processos a que se sujeitaram seus vizinhos anos atrás.

O ambiente de negócios no país é ainda considerado difícil e a economia continua dominada por monopólios estatais. O governo turcomeno tem tomado algumas medidas para modernizar a legislação e beneficiar a transparência, tendo adotado procedimentos a fim de dar conta do crescente aumento do comércio exterior. Está empenhado em efetuar transição gradual para economia de mercado, conforme preceito constitucional. Iniciou processo de privatização de pequenas e médias empresas e passou a dar importância à atração de investimentos estrangeiros.

Em junho de 2017, foi realizada missão comercial brasileira a Ashgabat, promovida pela embaixada em Astana, com apoio da Apex-Brasil. Participaram as empresas brasileiras WEG, BRF, Oderich, Embraer, Embraer Segurança e Defesa e Novaprom. Pelo lado, turcomeno participaram, entre outras, as empresas Turkmenistan Airlines, Turkmengas (companhia estatal líder na exploração e produção de gás natural, representada por seu vice-presidente) e o chefe do departamento de

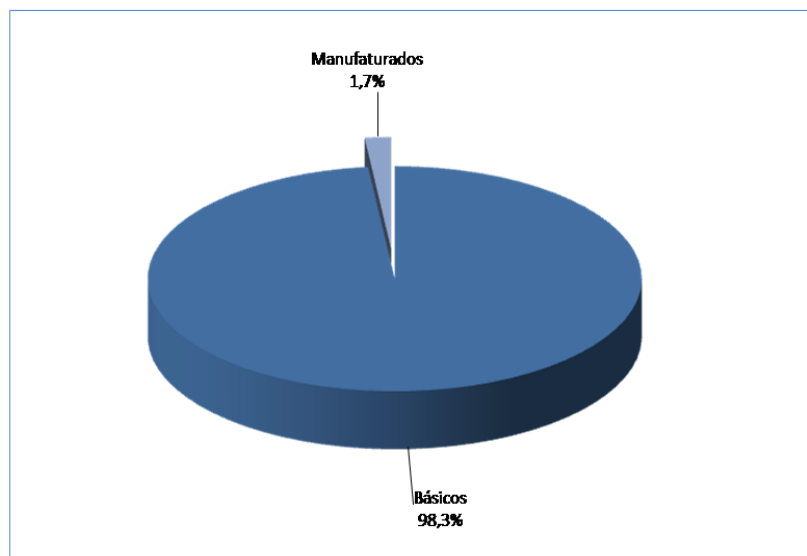
agricultura e agro-indústria da União dos Industriais e Empresários, a principal entidade empresarial do país.

A missão empresarial proporcionou às empresas brasileiras raro contato direto com o mercado turcomeno, reconhecidamente fechado e caracterizado pelas dificuldades de seu ambiente de negócios, inclusive em tópicos como a obtenção de visto de entrada no país. As empresas brasileiras têm-se sentido atraídas por oportunidades inexploradas, em uma economia com altas taxas de crescimentos, graças à grande riqueza energética, que vem sendo progressivamente explorada.

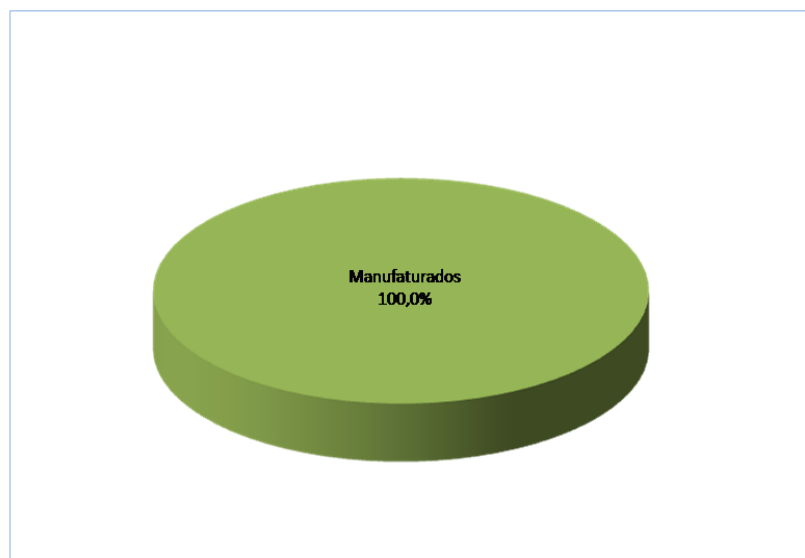
Permitiu, ademais, familiarização com um país que ganha importância estratégica, com a abertura da ferrovia Cazaquistão-Turcomenistão-Irã, que permitirá, pelo porto iraniano de Bandar Abbas, acesso da Ásia Central aos mercados mundiais.

Exportações e importações brasileiras por fator agregado 2017

Exportações



Importações



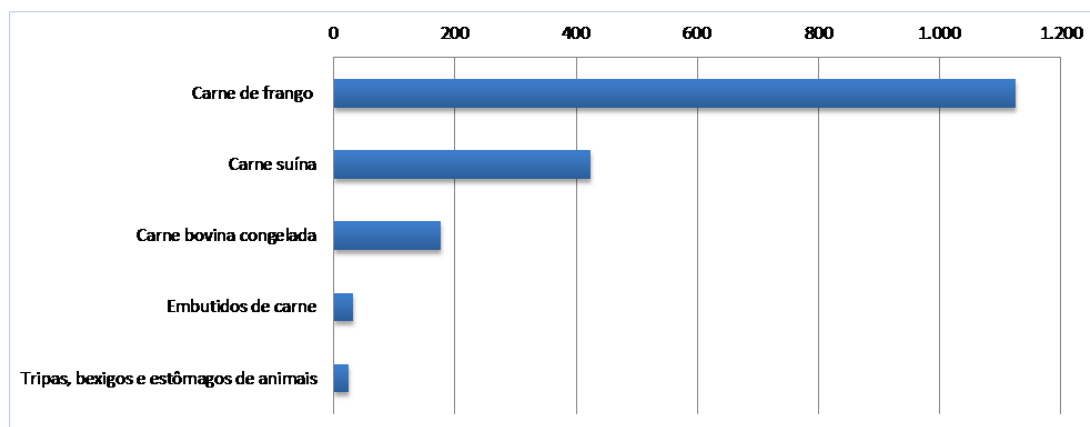
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Fevereiro de 2018.

Composição das exportações brasileiras para o Turcomenistão (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Carne de frango	0	0,0%	0	0,0%	1.126	63,2%
Carne suína	271	9,9%	165	31,8%	424	23,8%
Carne bovina congelada	87	3,2%	258	49,7%	177	9,9%
Embutidos de carne	27	1,0%	0	0,0%	31	1,7%
Tripas, bexigos e estômagos de animais	0	0,0%	0	0,0%	25	1,4%
Outras preparações de carne	1.530	55,7%	0	0,0%	0	0,0%
Máquinas para terraplanagem	737	26,8%	0	0,0%	0	0,0%
Subtotal	2.652	96,5%	423	81,4%	1.783	100,0%
Outros	95	3,5%	96	18,6%	0	0,0%
Total	2.747	100,0%	519	100,0%	1.783	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017

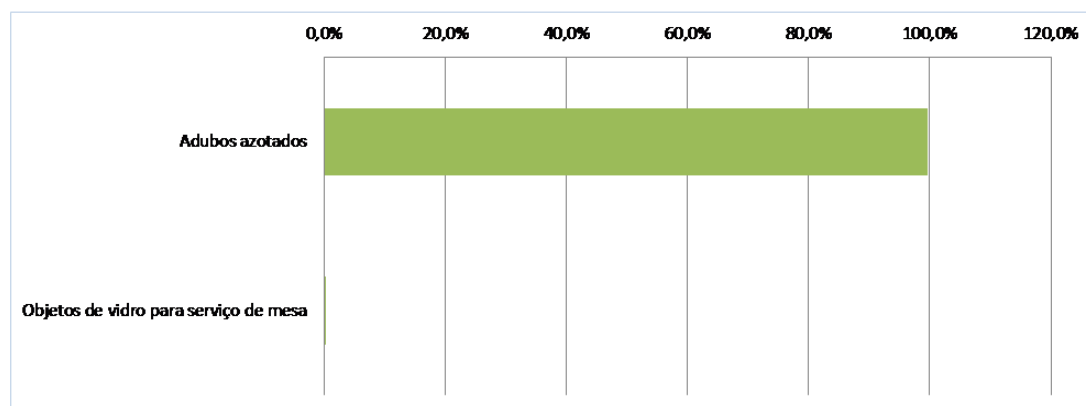


Composição das importações brasileiras originárias do Turcomenistão (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Adubos azotados	0	0,0%	0	0,0%	5.887	99,6%
Objetos de vidro para serviço de mesa	0	0,0%	0	0,0%	21	0,4%
Carbono	5	32,1%	6	96,2%	2	0,0%
Camisas e blusas femininas	10	64,2%	0	0,0%	0	0,0%
Subtotal	15	96,3%	6	96,2%	5.910	100,0%
Outros	1	3,7%	0	3,8%	0	0,0%
Total	16	100,0%	6	100,0%	5.910	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb, Fevereiro de 2018.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)

US\$ mil

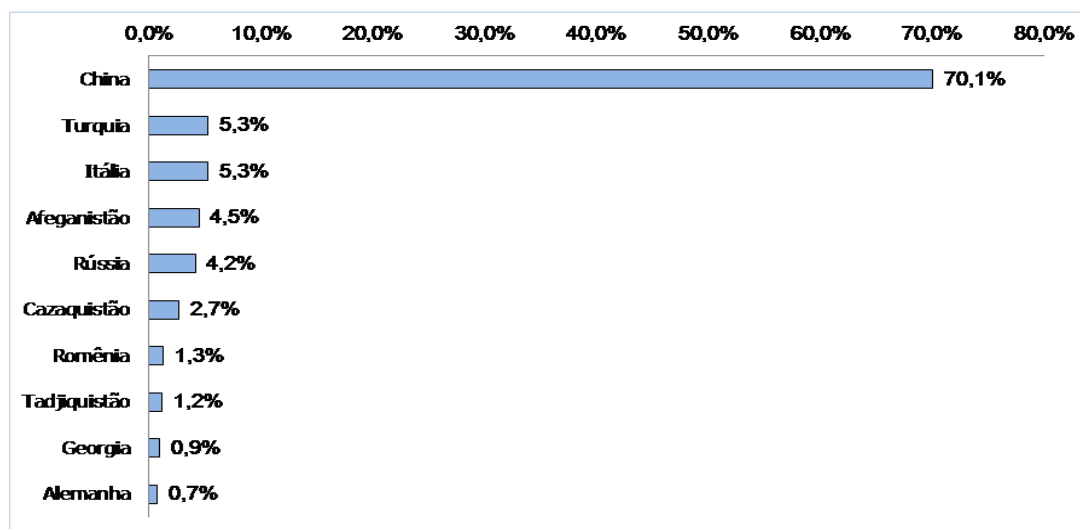
Grupos de produtos	2 0 1 7 (janeiro)	Part. % no total	2 0 1 8 (janeiro)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018
Exportações					
Carnes de frango	0	0,0%	418	100,0%	 A horizontal bar chart with a yellow bar representing 100.0% of the total exports. The label 'Carnes de frango' is on the left, and '100,0%' is on the right.
Subtotal	0	0,0%	418	100,0%	
Outros	0	0,0%	0	0,0%	
Total	0	0,0%	418	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2018.

Principais destinos das exportações do Turcomenistão
US\$ milhões

Países	2 0 1 6	Part.% no total
China	5.563	70,1%
Turquia	422	5,3%
Itália	420	5,3%
Afeganistão	355	4,5%
Rússia	331	4,2%
Cazaquistão	214	2,7%
Romênia	104	1,3%
Tadjiquistão	92	1,2%
Georgia	75	0,9%
Alemanha	57	0,7%
...		
<i>Brasil (79º lugar)</i>	<i>0,006</i>	<i>0,0001%</i>
Subtotal	7.633	96,2%
Outros países	304	3,8%
Total	7.937	100,0%

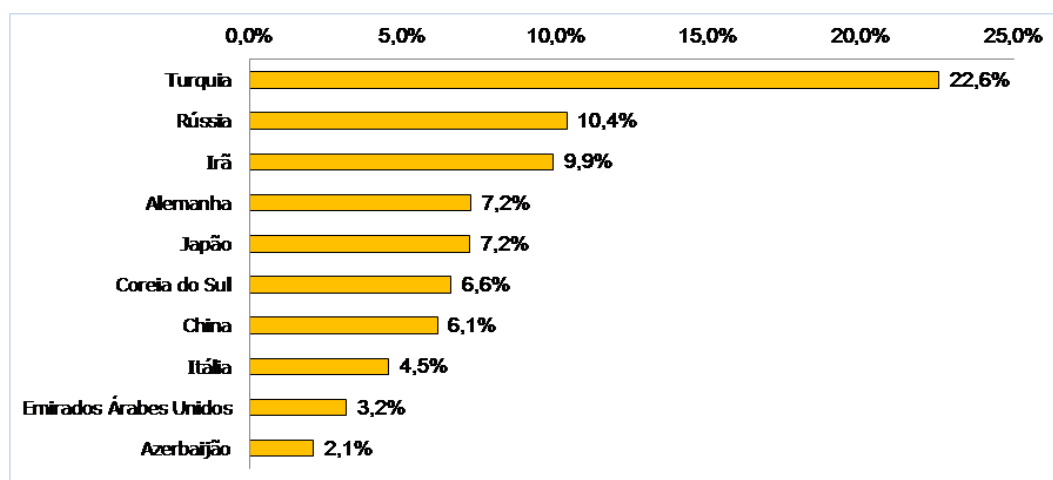
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, February 2018.



Principais origens das importações do Turcomenistão
US\$ milhões

Países	2 0 1 6	Part.% no total
Turquia	1.241	22,6%
Rússia	571	10,4%
Irã	547	9,9%
Alemanha	398	7,2%
Japão	397	7,2%
Coreia do Sul	362	6,6%
China	338	6,1%
Itália	250	4,5%
Emirados Árabes Unidos	174	3,2%
Azerbaijão	114	2,1%
...		
<i>Brasil (65º lugar)</i>	<i>1</i>	<i>0,01%</i>
Subtotal	4.393	79,9%
Outros países	1.107	20,1%
Total	5.500	100,0%

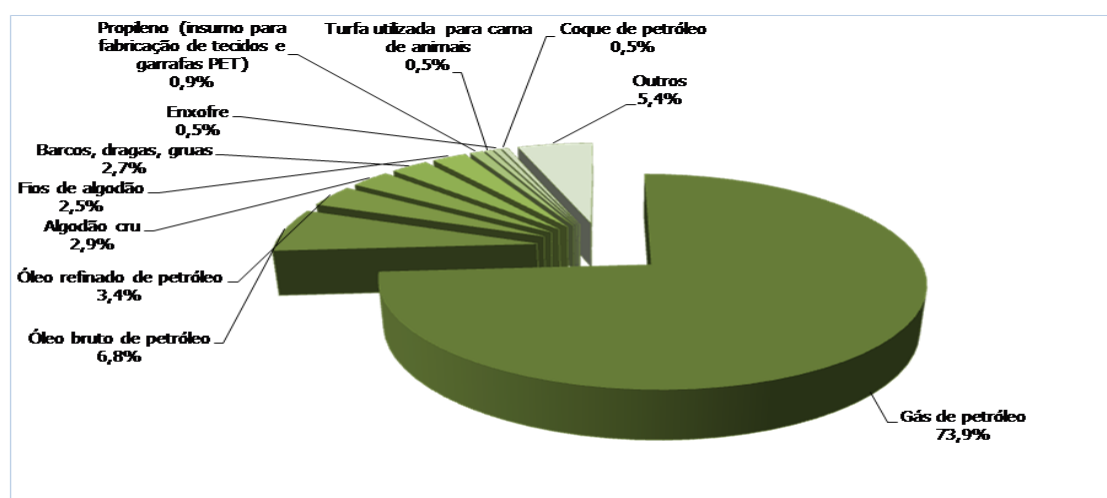
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, February 2018.



Composição das exportações do Turcomenistão (SH4)
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2 0 1 6	Part.% no total
Gás de petróleo	5.867	73,9%
Óleo bruto de petróleo	537	6,8%
Óleo refinado de petróleo	272	3,4%
Algodão cru	228	2,9%
Barcos, dragas, guias	215	2,7%
Fios de algodão	196	2,5%
Propileno (insumo para fabricação de tecidos e garrafas PET)	74	0,9%
Turfa utilizada para cama de animais	41	0,5%
Enxofre	40	0,5%
Coque de petróleo	36	0,5%
Subtotal	7.506	94,6%
Outros	431	5,4%
Total	7.937	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, February 2018.

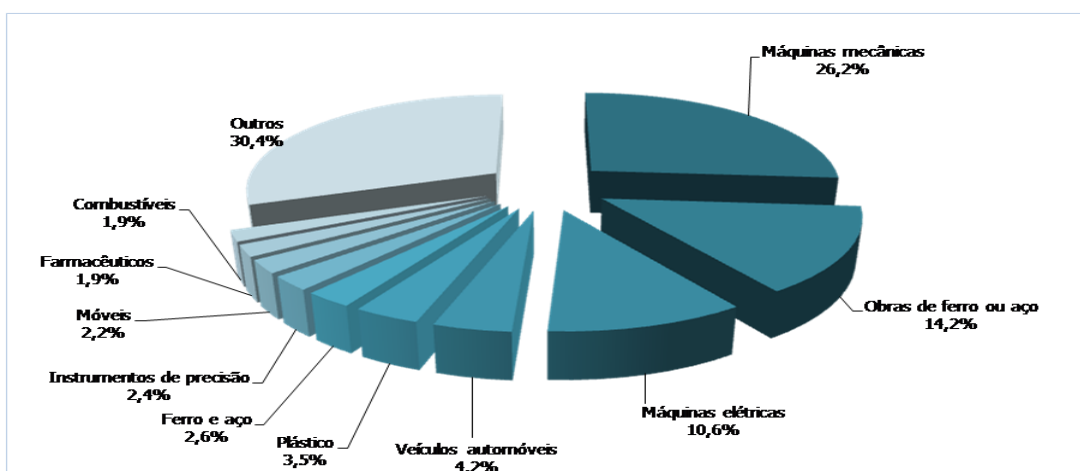


Composição das importações do Turcomenistão (SH2)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2 0 1 6	Part.% no total
Máquinas mecânicas	1.441	26,2%
Obras de ferro ou aço	781	14,2%
Máquinas elétricas	583	10,6%
Veículos automóveis	229	4,2%
Plástico	194	3,5%
Ferro e aço	143	2,6%
Instrumentos de precisão	130	2,4%
Móveis	119	2,2%
Farmacêuticos	106	1,9%
Combustíveis	102	1,9%
Subtotal	3.828	69,6%
Outros	1.672	30,4%
Total	5.500	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, February 2018.

10 principais grupos de produtos importados



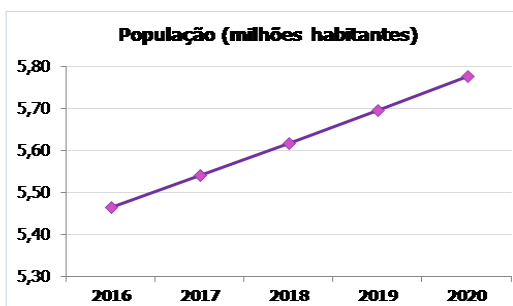
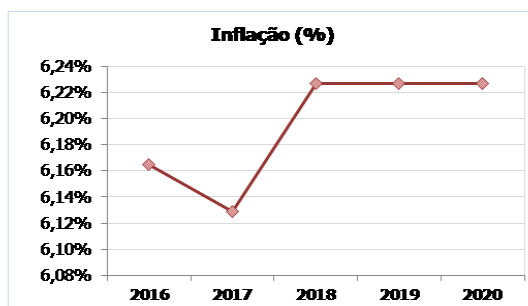
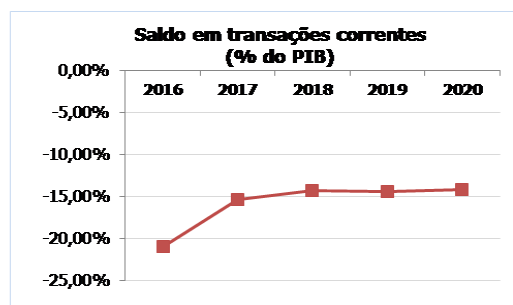
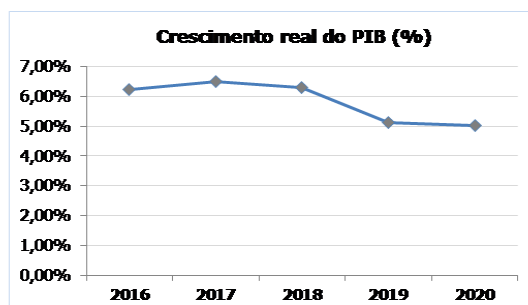
Principais indicadores socioeconômicos do Turcomenistão

Indicador	2016	2017	2018 ⁽¹⁾	2019 ⁽¹⁾	2020 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	6,22%	6,51%	6,29%	5,12%	5,01%
PIB nominal (US\$ bilhões)	36,18	41,67	46,47	51,52	57,21
PIB nominal "per capita" (US\$)	6.622	7.522	8.273	9.045	9.905
PIB PPP (US\$ bilhões)	95,50	103,49	112,13	120,38	129,07
PIB PPP "per capita" (US\$)	17.481	18.680	19.961	21.135	22.347
População (milhões habitantes)	5,46	5,54	5,62	5,70	5,78
Inflação (%) ⁽²⁾	6,17%	6,13%	6,23%	6,23%	6,23%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-21,02%	-15,40%	-14,35%	-14,41%	-14,23%
Câmbio (Manat / US\$) ⁽²⁾	3,50	3,50	n.d.	n.d.	n.d.
Origem do PIB (2017 Estimativa)					
Agricultura	7,5%				
Indústria	44,9%				
Serviços	47,7%				

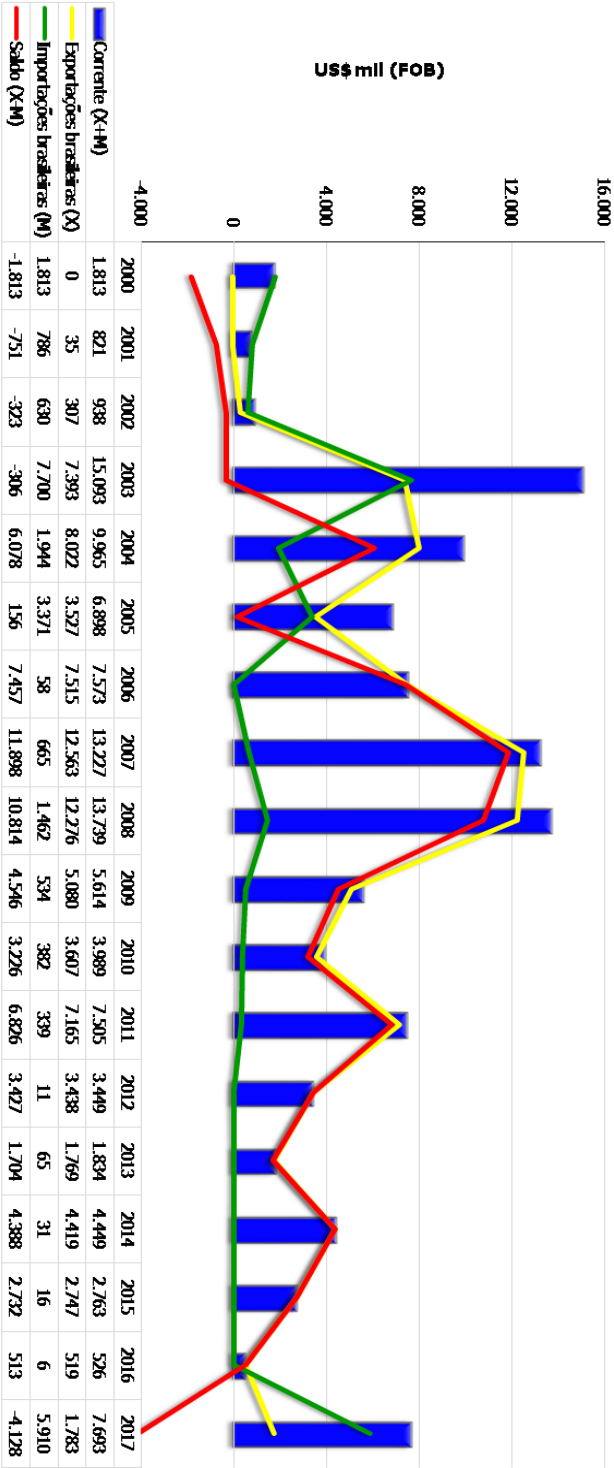
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2017 e da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 1st Quarter 2018.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média de fim de período.



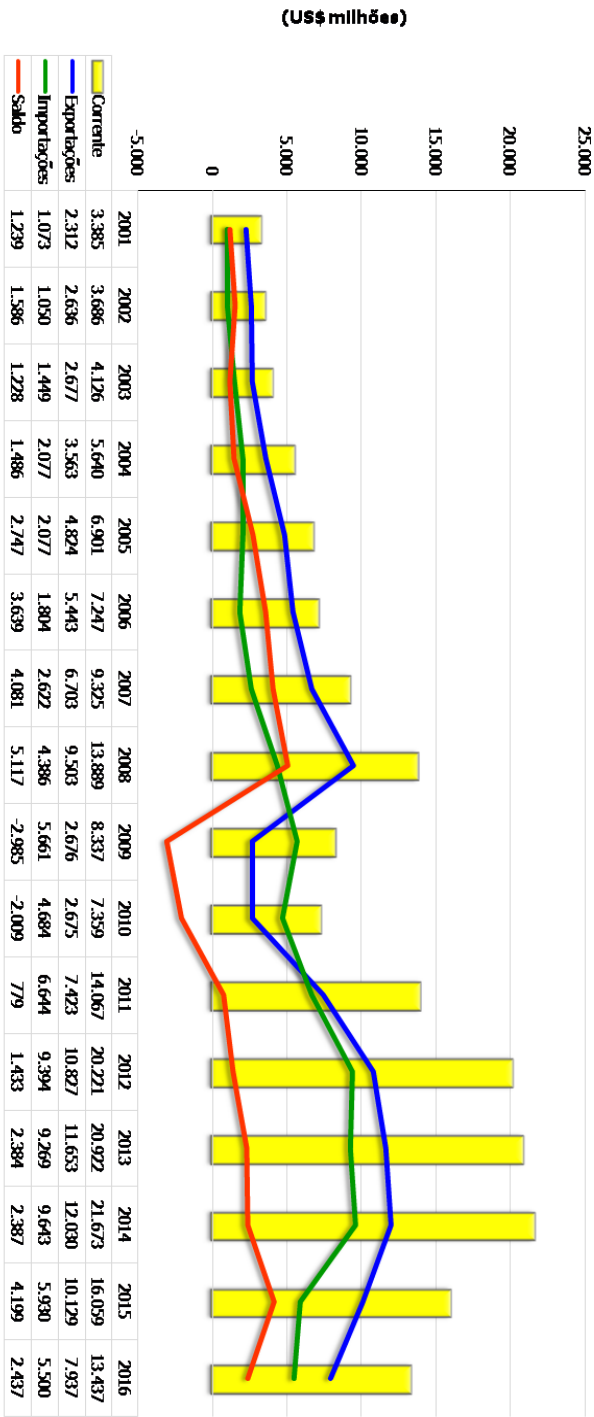
Comércio Brasil-Turcomenistão



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Fevereiro de 2018.

2017 / 2018	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2017 (janeiro)	0	0	0	0
2018 (janeiro)	418	0	418	418

Comércio Turcomenistão x Mundo



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/TradeMap, February 2016.
O Turcomenistão não informou suas estatísticas ao TradeMap. Os dados, portanto, foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

2300 a.C.	A civilização Bactria Margiana habita a região onde hoje se encontra o Turcomenistão.
Séc. VI a.C.	Ciro, o Grande, assume o controle da região, incorporando o território ao Império Persa.
Séc. IV a.C.	Alexandre, o Grande, conquista a Ásia Central.
200 a.C.	A Rota da Seda é formada e parte dela passa pelo território turcomeno.
600	Os árabes invadem a Ásia Central e convertem os habitantes ao Islamismo.
900 a 1200	O imperador mongol Genghis Khan conquista a região, causando a migração da tribo Oghuz Seljuk e de outras tribos nômades mongóis.
1400 a 1600	O território do Turcomenistão fica sob domínio dos Canados de Khiva e Bukhara.
1881	Após a guerra de Gok Tepe, o Turcomenistão é incorporado ao Turquistão russo.
1916	Os turcomenos juntam-se aos centro-asiáticos contra o império russo.
1921	O Turcomenistão se torna parte das Repúblicas Turcomenas Socialistas Soviéticas.
1925	O Turcomenistão torna-se uma república constituinte da URSS.
1920 a 1930	Há uma série de protestos contra o programa da União Soviética de coletivização da agricultura.
1960 a 1967	Após a conclusão do canal de Karakum, há uma expansão enorme na produção de algodão.
1985	Saparmyrat Niyazov se torna líder do Povo Comunista Turcomeno.
1991	Saparmyrat Niyazov apoia a tentativa de golpe contra Mikhail Gorbachev, líder da URSS.
1991	A independência do Turcomenistão é declarada logo após a queda da União Soviética.
1992	Uma nova Constituição é adotada e Saparmyrat Niyazov é reeleito para a presidência, ganhando o direito de indicar alguém para o cargo de Primeiro Ministro.

1993	Inicia-se uma reforma econômica. O Manat se torna a moeda oficial do país e há incentivo para o investimento externo nas reservas de gás e petróleo.
1994	O mandato de Saparmyrat Niyazov é estendido até 2002 através de um referendo.
1997	A propriedade privada da terra é legalizada.
1998	Um gasoduto de gás natural entre Turcomenistão e Irã é aberto.
1998	O parlamento vota em Saparmyrat Niyazov como presidente vitalício do Turcomenistão.
1999	A pena de morte é abolida.
2000	O presidente Niyazov anuncia que renunciaria à presidência em 2010, ano em que completaria 70 anos. Também anuncia a construção de um lago artificial de cerca de 2000 km ² no deserto de Karakum; cientistas alertam que a construção do lago artificial causaria um grande impacto negativo no meio ambiente local.
2002	O presidente Niyazov faz reforma no calendário turcomeno: rebatiza os dias da semana e os meses, mudando-os para palavras puras turcas, utilizando-se de palavras que homenageiam sua mãe, um livro de sua autoria, Ruhnama, e a si próprio.
2002	A comitiva presidencial sofre um ataque de mercenários na capital, Ashgabat. No mesmo ano, Boris Shikhmuradov, ativista da oposição e ex-ministro, é preso por ter planejado o ataque e é sentenciado à prisão perpétua. Outras 40 pessoas também são presas pelo ataque.
2003	Um acordo assinado com o Gazprom russo declara que a Rússia compraria 60 bilhões de m ³ de gás turcomeno por ano.
2003	O acordo de dupla nacionalidade assinado em 1993 com a Rússia é cancelado, abalando as relações com Moscou.
2004	Os presidentes do Turcomenistão e do Uzbequistão assinam uma declaração de amizade e um acordo sobre recursos hídricos.
2005	O vice-primeiro ministro, Elly Kurbanmuradov, é sentenciado a 25 anos de prisão por várias acusações, inclusive corrupção. Rejep Saparov, chefe da administração presidencial, é condenado a 20 anos de prisão por corrupção.
2006	O presidente Niyazov ordena cortes significativos às pensões estatais afirmando que queria "trazer ordem" ao sistema.
2006	Um acordo é assinado com Pequim para a construção de um gasoduto entre China e Turcomenistão. O gasoduto começou a funcionar em 2009.
2006	A Gazprom aceita pagar mais 54% pelo gás turcomeno.
2006	O presidente Niyazov falece após um ataque cardíaco.

2007	Após as eleições, das quais a oposição não pôde participar, Gurbanguly Berdimuhamedov é eleito como novo presidente do Turcomenistão.
2007	Rússia, Cazaquistão e Turcomenistão concordam em construir um gasoduto ao norte do Mar Cáspio.
2008	O fornecimento de gás ao Irã é cortado. O Turcomenistão alega que foi por causa de falhas técnicas e falta de pagamento por parte iraniana. O Irã acusa o Turcomenistão de querer dobrar o preço do gás.
2008	O calendário instituído pelo ex-presidente Niyazov é substituído pelo tradicional calendário gregoriano, adotado pela maioria dos países.
2010	Um segundo gasoduto entre Turcomenistão e Irã é inaugurado.
2010	O Turcomenistão concorda com o acordo TAPI para construir um gasoduto passando pelo Afeganistão para a Índia e Paquistão.
2011	O parlamento confere o título de "herói da nação" ao presidente Berdimuhamedov.
2012	Berdimuhamedov é reeleito para presidência.
2012	É formado o Partido de Industriais e Empresários do Turcomenistão, o primeiro partido a ser formado desde a independência do Turcomenistão, em 1991. Também é realizado o primeiro censo demográfico do país desde 1995.
2013	É assinado um acordo de 30 anos entre o Afeganistão e o Turcomenistão de fornecimento de gás.
2013	O Turcomenistão tem a sua primeira eleição multipartidária.
2014	É criada uma empresa multinacional para administrar os 1.800 km do gasoduto TAPI (Turcomenistão, Afeganistão, Paquistão e Índia)
2015	Há a primeira desvalorização da moeda turcomena em 7 anos. Inicia-se a construção do gasoduto de 10 bilhões de dólares da TAPI.
2016	Mudanças constitucionais estendem o mandato presidencial de 5 para 7 anos.
2017	Berdimuhamedov é eleito pela terceira vez como presidente do Turcomenistão.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1996	Estabelecimento de relações diplomáticas entre Brasil e Turcomenistão; responsabilidade de representar o Brasil no país atribuída à Embaixada em
-------------	--

	Moscou.
2006	Abertura da Embaixada do Brasil em Astana (Cazaquistão), que se tornou cumulativamente responsável por representar o Brasil junto ao Turcomenistão.
2012	Visita ao Brasil do Presidente Gurbanguly Berdimuhamedov, por ocasião da Conferência Rio+20.

ACORDOS BILATERAIS

Título	Data de Celebração	Entrada em Vigor	Situação
Protocolo sobre o Estabelecimento de Relações Diplomáticas	03/04/1996	03/04/1996	VIGENTE

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**REPÚBLICA QUIRGUIZ**

**Informação Ostensiva
Fevereiro de 2018**

DADOS BÁSICOS SOBRE O QUIRGUISTÃO	
NOME OFICIAL:	República Quirguiz
GENTÍLICO:	quirguiz
CAPITAL:	Bishkek
ÁREA:	199 951 km²
POPULAÇÃO (2016):	6,173 milhões
LÍNGUA OFICIAL:	Quirguiz (língua de Estado) e russo (língua inter-étnica)
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Islamismo (75%) e cristianismo (20%)
SISTEMA DE GOVERNO:	Semipresidencialista
PODER LEGISLATIVO:	Parlamento bicameral composto por: Assembleia Legislativa e Assembleia do Povo
CHEFE DE ESTADO:	Almazbek Atambayev (desde 2011)
CHEFE DE GOVERNO:	Sooronbay Jeenbekov (desde 2016)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2016):	US\$ 6,55 bilhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2016):	US\$ 21,50 bilhões
PIB <i>PER CAPITA</i> (2016)	US\$ 1.073
PIB PPP <i>PER CAPITA</i> (2016)	US\$ 3.520
VARIAÇÃO DO PIB (FMI)	3,8% (2016); 3,5% (2015); 4% (2014);
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO - IDH (2016):	0,664 (120ª posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2016):	70,8 anos
ALFABETIZAÇÃO (2016):	99,5%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2016):	57,7%
UNIDADE MONETÁRIA:	som
EMBAIXADOR EM BISQUEQUE:	Embaixador Demétrio Bueno Carvalho (não residente)
EMBAIXADOR NO BRASIL:	Embaixador Bolot Otunbayev (não residente)
BRASILEIROS NO PAÍS:	Há registro de 7 brasileiros residentes no Quirguistão

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-QUIRGUISTÃO (US\$ mil - FOB / Fonte: MDIC)									
Brasil → Quirguistão	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017
Intercâmbio	231	164	2.278	2.465	6.344	7.032	10.286	2.894	1.146
Exportações	207	153	2.278	2147	6.323	6.807	10.284	2.890	1.071
Importações	24,1	10,6	0,00	318,4	21,3	224,7	2,1	4,6	75,1
Saldo	183	143	2.278	1.829	6.301	6.582	10.282	2.885	996

APRESENTAÇÃO

O topônimo Quirguistão é formado pela união de "*kyrg-*" que significa "quarenta", com "*-yz*", que significa "tribos", ou seja, "terra das quarenta tribos". Localiza-se na Ásia Central e faz fronteira com a China, Cazaquistão, Uzbequistão e Tajiquistão. Sua capital, Bishkek, foi fundada em 1000 a.C., sendo que o povo quirguiz chegou à região por volta do ano 900 d.C., vindo da Sibéria.

O Quirguistão possui cerca de 4% da sua superfície coberta por água, predominando o clima seco continental, mas com recorrência de clima polar nas montanhas de Tien Shan, subtropical no sudoeste e temperado no norte do país.

A maior parte da população (64,3%) vive em zonas rurais e muitos retiram sua água de rios e poços contaminados. O idioma oficial é o quirguiz, falado por cerca de 71% da população, seguido pelo uzbeque, com cerca de 14% da população. A composição étnica consiste em quirguizes (70%), uzbeques (14%), russos (7%) e outras etnias (9%). A maioria de sua população é muçulmana, herança da invasão árabe no século VIII.

O Quirguistão tem uma grande capacidade de produção de energia por meio de hidroelétricas. Há também a presença no solo quirguiz de ouro, petróleo, gás natural e outros tipos de *commodities*.

SÍNTESE HISTÓRICA

Marcada pela presença de diversas tribos nômades, a história do Quirquistão inicia-se a partir do primeiro milênio antes de Cristo, quando povos não sedentários se estabeleceram nas montanhas de Tien Shan, no período em que surgiu a cidade de Bishkek. Segundo crônicas chinesas, a etnia quirguiz foi mencionada pela primeira vez em 201 a.C., na região do Vale do Rio Yenisei, na Sibéria.

A partir do ano de 138, o Quirquistão passou a fazer parte da famosa Rota da Seda, quando surgiram as primeiras cidades comerciais do país, Osh, Uzgen e Jul.

O território presenciou a invasão dos hunos, no séc. III, e a invasão árabe-muçulmana, no séc. VIII. No mesmo período, verificou-se controle chinês de partes do nordeste do território quirguiz, bem como de certas áreas por tribos uigures.

A narrativa histórica tradicional é a de que, no séc. IX, um guerreiro chamado Manas unificou 40 clãs na luta contra o povo uigur. Esses clãs dominaram o território, derrotando os uigures e fundando o Grande Canato Quirguiz, que estabeleceu intensos contatos comerciais com a China, a Ásia Central e a Pérsia. Essa poderosa união política permaneceu até as invasões de Genghis Khan, no séc. XII.

Com o enfraquecimento do império mongol, devido à morte de Genghis Khan e a divisão do império entre seus descendentes, parte do território quirguiz ficou sob domínio do Canato da Horda Dourada.

Entre 1710 e 1876, o Quirquistão esteve sob domínio do Canato Kokand, um dos principais canatos uzbeques na Ásia Central. Diversas guerrilhas quirguizes lutaram contra o Canato, a partir de bases localizadas em Tien Shan.

A tensão originada pelos conflitos entre os uzbeques e quirguizes marca a relação entre esses povos até os dias atuais, tendo ensejado solicitação de proteção do Quirquistão, no séc. XIX, ao Império Russo. Sob domínio do Czar, o país, na qualidade de província, enfrentou forte opressão econômica e política, ocasionada pelas imposições de impostos e deslocamentos populacionais forçados. As diversas revoltas contra o

regime colonial russo, com destaque para a de 1916, foram duramente reprimidas, o que gerou um grande fluxo migratório rumo à China.

Com o advento da União Soviética, as políticas de demarcação territorial resultaram na formação da região autônoma de *Kara-Kyrgy* em 1924, transformada em República Socialista Soviética Quirguiz, em 1926.

Devido aos investimentos russos em equipamentos para a agricultura, a indústria, o transporte e a comunicação, o país tornou-se um estado industrial-agrário, com uma economia melhor posicionada do que as de outras repúblicas soviéticas. Durante o período, algumas mudanças sociais ocorreram, especialmente no que concerne ao nível de instrução da população, por intermédio da criação de novo sistema educacional e da elaboração da escrita quirguiz.

A flexibilização do ambiente político e econômico patrocinada pelo Secretário-Geral do Partido Comunista da URSS, Mikhail Gorbachev, a partir de 1985, facilitaram a eleição do político reformista Askar Akayev como presidente da República Socialista Soviética Quirguiz, em 1990. Akayev introduziu novas estruturas políticas, formou um governo com jovens reformistas e manifestou seu apoio a Gorbachev, o que contrariou as forças russas mais tradicionais e reacionárias que, naquele momento histórico, tentavam destituí-lo. Como consequência, uma tentativa de golpe organizada pelos russos tentou retirar Akayev do poder, episódio que levou à declaração de independência do Quirquistão, em 30 de agosto de 1991.

Com extenso apoio popular, Akayev venceu as eleições presidenciais de outubro do mesmo ano e iniciou o processo de elaboração da constituição quirguiz, a qual foi aprovada pelo parlamento local, em maio de 1993.

Em 2005, a vitória de Akayev nas eleições provocou uma série de protestos que contestavam a legitimidade de seu governo, conhecidos sob o rótulo de Revolução das Tulipas. Como consequência, Akayev deixou o país e o parlamento indicou o líder da oposição, Kurmanbek Bakiyev, como presidente. Com a promessa de diminuir os poderes presidenciais e de acabar com a corrupção e o nepotismo, Bakiyev venceu as eleições diretas, no mesmo ano, com 89% dos votos. Introduziu nova lei eleitoral e fundou seu próprio partido, o *Ak Zhol*, de maneira a controlar as eleições parlamentares de 2007. Bakiyev não obteve sucesso em tentar

debelar a corrupção e a crescente deterioração da situação econômica, o que despertou descontentamento popular.

Em 2010, um referendo aprovou uma nova constituição, que inaugurou a democracia parlamentar do país, ao transferir alguns poderes do presidente para o primeiro-ministro. Contudo, apesar da estrutura da proposta de transição, o país vivenciou um período de instabilidade política, devido a sucessivas mudanças de governo.

Em dezembro de 2010, Almazbek Atambayev foi aprovado pelo parlamento para o cargo de primeiro-ministro. Renunciou, porém, para concorrer às eleições presidenciais, nas quais se saiu vencedor.

Desde então, diversos políticos sucederam-se no cargo de primeiro-ministro, sendo forçados, via de regra, a posteriormente renunciar, devido basicamente a escândalos de corrupção, o que reforçou a importância do papel de Atambayev no espectro político local.

Atambayev deixou a presidência em 2017, quando transmitiu o cargo ao atual mandatário, Sooronbay Jeenbekov.

PERFIS BIOGRÁFICOS

SOORONBAY JEENBEKOV

presidente



Nasceu em 1958, no distrito de Telman Kara Kuldja, na região de Osh. Graduado em zootecnia pelo Instituto Agrícola Quirguiz, durante muitos anos trabalhou como criador de gado, até integrar a Comissão de Assuntos Agrários da Assembleia dos Representantes do Povo do Conselho Supremo, primeiramente como vice-presidente e posteriormente como presidente, em 1996.

Em 2005, assumiu a comissão do complexo agroindustrial e ecologia do Soviete Supremo da República Quirguiz, como vice-presidente. Em seguida, em maio de 2007, tornou-se ministro da Agricultura, Recursos Hídricos e da Indústria Transformadora.

Entre os anos de 2008 e 2010, Jeenbekov esteve afastado de cargos públicos, retornando à atividade política como governador da região de Osh. Em 2015, foi nomeado diretor do Serviço de Pessoal de Estado e, no mesmo ano, nomeado vice-chefe da administração presidencial. Em abril de 2016, assumiu o cargo de primeiro-ministro.

Em outubro de 2017, após campanha eleitoral em clima tenso, fortemente disputada, foi eleito presidente, com o apoio do mandatário anterior, Almazbek Atambayev. O pleito foi visto como um "teste de

estabilidade" para o país e marcou a primeira transferência pacífica de poder de um presidente a outro na Ásia Central.

SAPAR IZAKOV

primeiro-ministro



Nasceu em Bishkek, em 1977, e formou-se em Direito Internacional pela Universidade do Quirguistão, tornando-se posteriormente professor em sua *alma mater*.

De 2003 a 2007, exerceu a atividade diplomática. Em agosto de 2007, assumiu a chefia do Departamento de Cooperação Internacional do Gabinete do Primeiro-Ministro. Em 2009, tornou-se chefe do serviço de comunicações da Agência Central para o Desenvolvimento, Investimentos e Inovação.

Em 2011, foi nomeado chefe do Departamento de Política Externa da Administração Presidencial e, em janeiro de 2017, foi elevado a primeiro-chefe dessa instituição.

Em 26 de agosto de 2017, foi nomeado primeiro-ministro.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil foi um dos primeiros Estados a reconhecer a independência quirguiz, em 1991, estabelecendo relações bilaterais com o país em 1993. O Quirguistão valoriza o fato de o Brasil ser um dos pouquíssimos países latino-americanos que mantém embaixada na região, de modo a facilitar contatos e intercâmbios.

Em setembro de 2007, o assessor especial para a Ásia do Ministério das Relações Exteriores, embaixador João Gualberto Marques Porto Júnior, esteve em Bishkek e manteve encontros no Ministério dos Negócios Estrangeiros, no Ministério do Trabalho e Desenvolvimento Social e no Ministério da Indústria, Energia e Combustíveis. Na ocasião, o diplomata afirmou a intenção brasileira de aprofundar as relações, por meio de consultas rotineiras de alto nível que possibilitassem o aumento do conhecimento mútuo entre os dois países.

Em 2010, o Brasil doou US\$ 300 mil como assistência humanitária, em resposta a conflitos étnicos no país, e, em 2013, US\$ 50 mil para refugiados e deslocados internos.

O vice-primeiro-ministro do Quirguistão, Djoomart Otorbaev, visitou o Brasil, em junho de 2012, representando o presidente Almazbek Atambayev na Conferência Rio+20. Na ocasião, a autoridade quirguiz expressou interesse em obter maiores informações sobre a experiência brasileira na área da hidroeletricidade e a possibilidade de que empresas brasileiras venham a realizar investimentos nessa área em seu país. Referiu-se, ainda, ao potencial verificado no agronegócio e no turismo.

Em fevereiro de 2017, o embaixador do Brasil no Quirguistão, residente em Astana (Cazaquistão), realizou visita a Bishkek para dar seguimento a discussões sobre cooperação bilateral em áreas como pecuária e bioeletricidade. Foram submetidas à consideração da parte quirguiz as propostas brasileiras de acordos de Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal, de Extradicação e Tratado de Transferência de Pessoas Condenadas e Cooperação Jurídica em Matéria Civil.

Assuntos consulares

Há registro de sete brasileiros residentes no Quirguistão, mas não há informações específicas sobre o perfil desses cidadãos. Em 2011, o empresário Salymbekov Askar Maatkabylovich foi nomeado cônsul honorário em Bishkek, subordinado à Embaixada do Brasil em Astana.

POLÍTICA INTERNA

O Quirguistão é uma república parlamentar. A instituição que corresponde ao parlamento denomina-se Conselho Supremo. As eleições têm lugar a cada cinco anos, a fim de ocupar os 120 assentos da instituição. O sistema político multipartidário quirguiz conta com o presidente, como chefe de estado, e o primeiro-ministro, como chefe de governo. Todos os mandatos — do executivo, legislativo e judiciário — são de cinco anos.

A liderança política local vê-se confrontada com sérias carências relativas à formação profissional e de conhecimento técnico do corpo de servidores públicos do país. Muitos deles são contratados por indicação política.

Desde a mudança de regime, em 2010, o governo vem tentando melhorar a prestação de serviços públicos básicos à população.

O poder judiciário passou por reformas que obtiveram alguns resultados. Os juízes quirguizes contam com uma forma diferente de ingresso na carreira, uma vez que são indicados pelo próprio presidente, para sucessivos mandatos.

Entre 2010 e 2012, ocorreram três processos eleitorais (eleições legislativas, presidenciais e locais), além de um referendo constitucional. Segundo os observadores da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) e a Comissão Eleitoral Central do país, não houve comprometimento dos resultados.

Em 2016, referendo popular conferiu maiores poderes ao primeiro-ministro, em detrimento do presidente. Em outubro de 2017, foram realizadas eleições presidenciais, das quais saiu vitorioso o então primeiro-ministro Sooronbay Jeenbekov.

POLÍTICA EXTERNA

O Quirguistão adota uma política externa que mescla o tradicional alinhamento com a Rússia com ensaios de aproximação com o Ocidente, bem como, de maneira crescente, com a China.

Seus laços regionais sofrem forte influência da herança soviética e da presença de minoria russa no país, bem como do fato de que há considerável número de trabalhadores quirguizes na Rússia. Moscou apoiou ativamente a entrada do país na União Econômica Euroasiática (UEE) e vem buscando fortalecer aquele agrupamento, por meio de seu alcance geográfico e a atração de países centro-asiáticos, como Tajiquistão, Uzbequistão e Turcomenistão.

A Rússia conta com base militar e interesse em certas instalações industriais no país. Procura, igualmente, colaboração com o Quirguistão para combater o tráfico de heroína proveniente do Afeganistão. A Rússia é o único garante da segurança do país, situado em região complexa, sob esse ponto de vista. Por essa razão, fornece armas e treinamento militar a Bishkek.

Há, por outro lado, relativa assintonia entre o regime político russo e o quirguiz, de matiz mais liberal.

A existência de um "lobby" pró-EUA entre determinados altos funcionários quirguizes busca contrabalançar a influência russa. Os EUA possuíam base no país até 2014, a fim de apoiar as operações norte-americanas no Afeganistão.

No contexto da crescente aproximação da China com os países da Ásia Central, especialmente no âmbito da iniciativa “*One Belt, One Road*” (OBOR), Pequim trabalha na construção de ferrovia que deverá conectar China, Quirguistão e Uzbequistão, além de planejar iniciativas para viabilizar a importação de energia hidrelétrica do Quirguistão.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Nos anos de 1990, o Quirguistão foi considerado exemplo entre as ex-repúblicas soviéticas, quanto ao cumprimento das recomendações do Fundo Monetário Internacional (FMI), devido à realização de “reformas de mercado”, especialmente na privatização do setor estatal. Além disso, foi o primeiro país da Comunidade dos Estados Independentes (CEI) a ingressar na Organização Mundial do Comércio. Marco da economia quirguiz foi o ingresso na União Econômica Euroasiática (UEE), em 2015.

A UEE oferece oportunidades a Bishkek, como a regularização dos trabalhadores quirguizes na Rússia, o que propiciará estabilidade e aumento das remessas do exterior, responsáveis por 30% do PIB (o país detém a 3ª posição no mundo na relação remessas de emigrantes/PIB).

Em relação ao crescimento do PIB, houve retração de 0,1% em 2016, em relação a 2015, conforme informações do Banco Mundial. O setor agrícola é predominante na economia do país, cujos principais produtos são algodão, fumo, lã e carne. Os principais produtos de exportação são ouro, pérolas, pedras preciosas, combustíveis e artigos de vestuário. A porcentagem da população que vive com menos de US\$ 2 diários decresceu em cerca de 20%.

O país é carente em combustíveis fósseis e dependente da importação de petróleo e de gás natural. Por essa razão, o governo quirguiz busca atrair capitais externos para investimentos em energia hidrelétrica, por meio de parcerias público-privadas, aproveitando o fato de o país ser detentor de 40% de todas as reservas de água da Ásia Central. O Quirguistão poderá, caso esse programa seja bem conduzido, industrializar-se e obter divisas estrangeiras, por meio da exportação de energia elétrica.

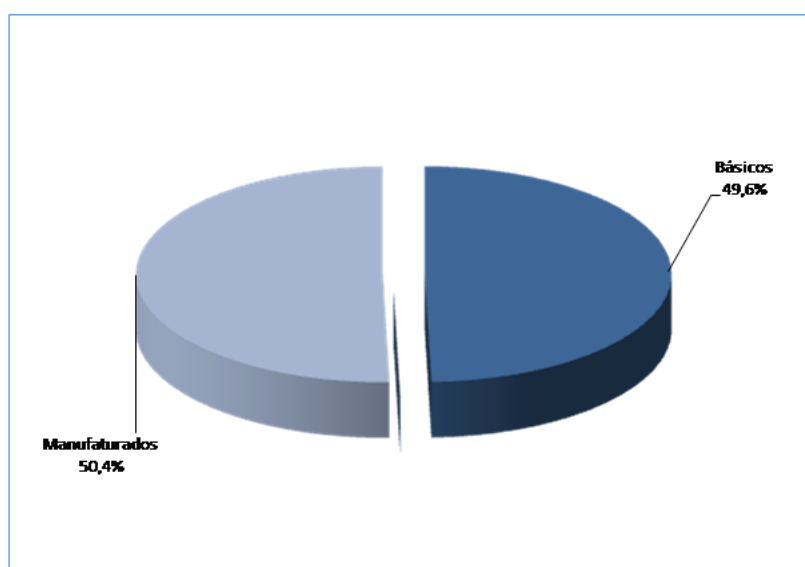
O governo quirguiz também trabalha para estabelecer rotas de transportes que possibilitem a integração do país à economia mundial, especialmente por meio da iniciativa chinesa “*One Belt, One Road*” (OBOR).

O comércio bilateral com o Brasil totalizou, em 2017, US\$ 1,146 milhão, o que representou queda, com relação a 2016, quando o valor alcançou US\$ 2,394 milhões. O intercâmbio constitui-se quase inteiramente por exportações brasileiras. Os principais produtos exportados

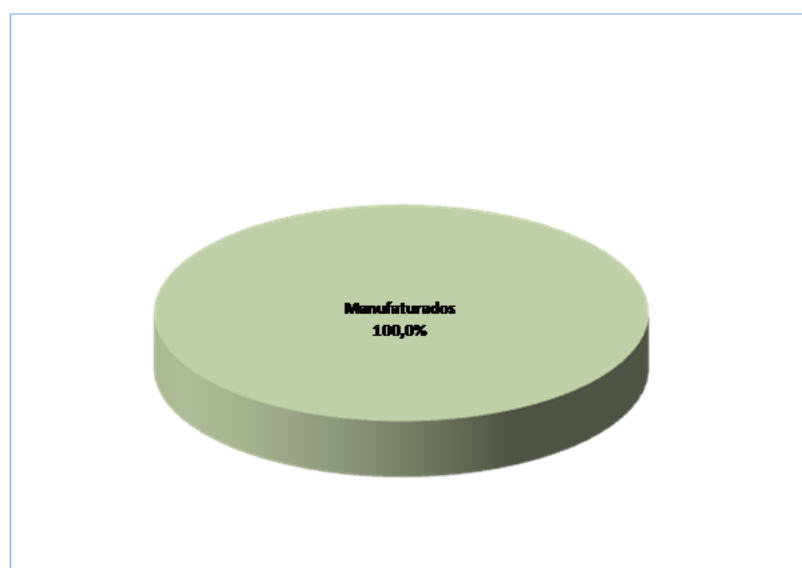
pelo Brasil foram embutidos de carne e carnes suínas. As principais importações brasileiras do Quirguistão foram metais alcalinos.

Exportações e importações brasileiras por fator agregado 2017

Exportações



Importações



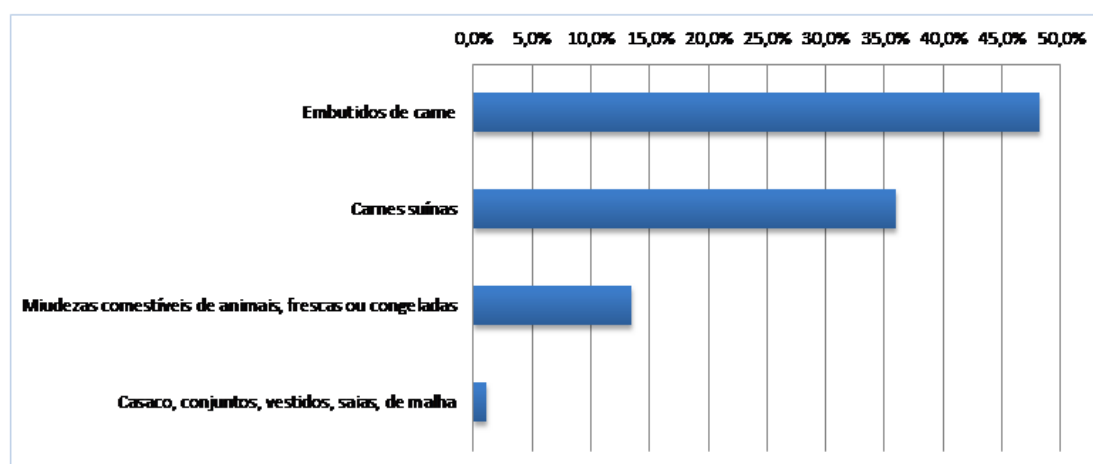
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Fevereiro de 2018.

Composição das exportações brasileiras para o Quirguistão (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Embutidos de carne	423	14,6%	258	11,2%	516	48,2%
Carnes suínas	1.944	67,3%	1.683	72,9%	385	35,9%
Miudezas comestíveis de animais, frescas ou congeladas	415	14,4%	302	13,1%	144	13,5%
Casaco, conjuntos, vestidos, saias, de malha	0	0,0%	0	0,0%	12	1,1%
Subtotal	2.782	96,3%	2.243	97,1%	1.057	98,7%
Outros	108	3,7%	66	2,9%	13	1,3%
Total	2.890	100,0%	2.309	100,0%	1.071	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017

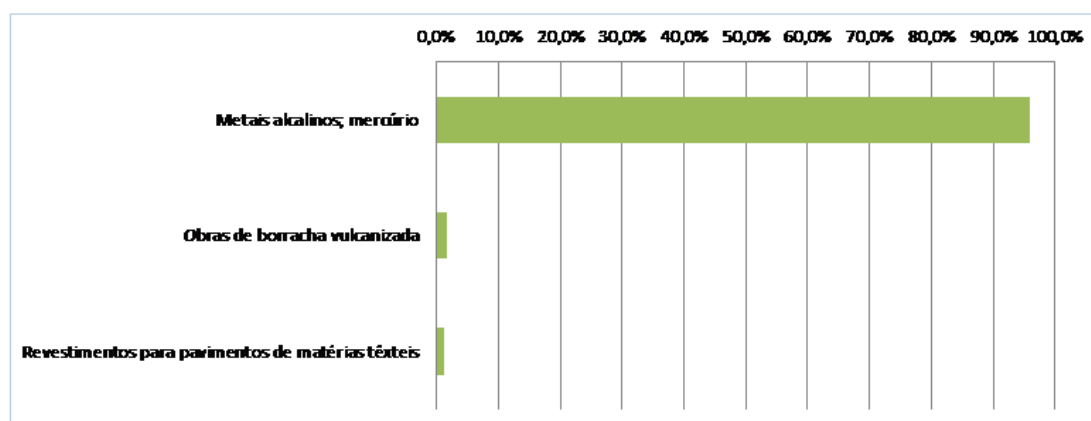


Composição das importações brasileiras originárias do Quirguistão (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Metais alcalinos; mercúrio	0	0,0%	0	0,0%	71,98	95,9%
Obras de borracha vulcanizada	0	0,0%	0	0,0%	1,33	1,8%
Revestimentos para pavimentos de matérias têxteis	0	0,0%	0	0,0%	0,87	1,2%
Circuitos integrados eletrônicos	0	0,0%	82,75	98,2%	0	0,0%
Transformadores elétricos	2,34	50,8%	0	0,0%	0	0,0%
Barras e perfis de ligas de aço	1,22	26,5%	0	0,0%	0	0,0%
Subtotal	3,55	77,3%	82,75	98,2%	74,18	98,8%
Outros	1,04	22,7%	1,55	1,8%	0,89	1,2%
Total	4,60	100,0%	84,29	100,0%	75,07	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2018.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ mil

Grupos de produtos	2 0 1 7 (janeiro)	Part. % no total	2 0 1 8 (janeiro)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018
Exportações					
Embutidos de carne	45	100,0%	0	100,0%	
Subtotal	45	100,0%	0	100,0%	
Outros	0	0,0%	0	0,0%	
Total	45	100,0%	0	100,0%	

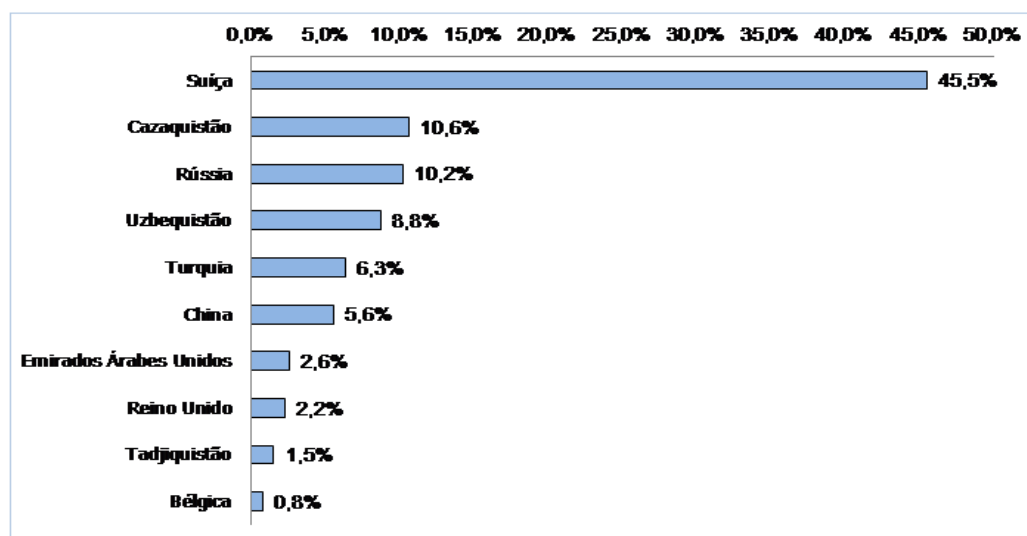
Não houve registro de importações no período

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Fevereiro de 2018.

Principais destinos das exportações do Quirguistão
US\$ milhões

Países	2 0 1 6	Part.% no total
Suíça	648	45,5%
Cazaquistão	151	10,6%
Rússia	145	10,2%
Uzbequistão	125	8,8%
Turquia	90	6,3%
China	80	5,6%
Emirados Árabes Unidos	36	2,6%
Reino Unido	32	2,2%
Tadjiquistão	22	1,5%
Bélgica	11	0,8%
...		
<i>Brasil (124º lugar)</i>	0	0,0%
Subtotal	1.340	94,2%
Outros países	83	5,8%
Total	1.423	100,0%

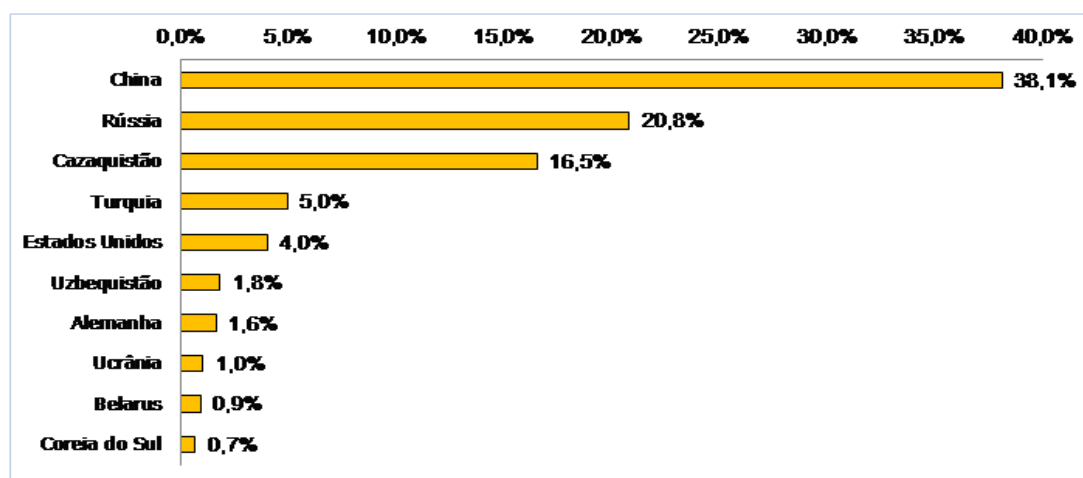
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, February 2018.



Principais origens das importações do Quirguistão
US\$ milhões

Países	2 0 1 6	Part.% no total
China	1.465	38,1%
Rússia	800	20,8%
Cazaquistão	636	16,5%
Turquia	191	5,0%
Estados Unidos	154	4,0%
Uzbequistão	70	1,8%
Alemanha	62	1,6%
Ucrânia	40	1,0%
Belarus	35	0,9%
Coreia do Sul	26	0,7%
...		
<i>Brasil (16º lugar)</i>	<i>14</i>	<i>0,4%</i>
Subtotal	3.492	90,8%
Outros países	353	9,2%
Total	3.844	100,0%

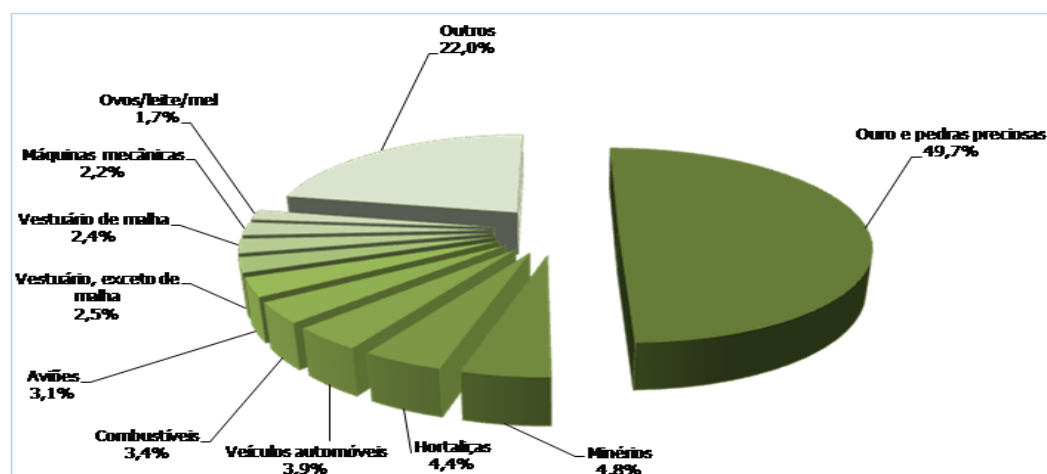
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, February 2018.



Composição das exportações do Quirguistão (SH2)
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2 0 1 6	Part.% no total
Ouro e pedras preciosas	707	49,7%
Minérios	68	4,8%
Hortalças	62	4,4%
Veículos automóveis	55	3,9%
Combustíveis	49	3,4%
Aviões	44	3,1%
Vestuário, exceto de malha	35	2,5%
Vestuário de malha	34	2,4%
Máquinas mecânicas	31	2,2%
Ovos/leite/mel	24	1,7%
Subtotal	1.110	78,0%
Outros	313	22,0%
Total	1.423	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, February 2018.

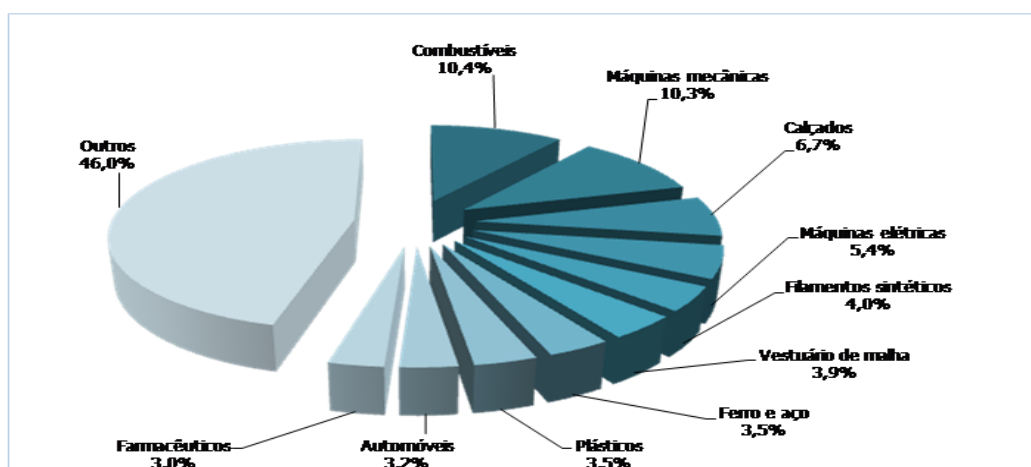


Composição das importações do Quirguistão (SH2)
US\$ bilhões

Grupos de produtos	2 0 1 6	Part.% no total
Combustíveis	402	10,4%
Máquinas mecânicas	395	10,3%
Calçados	258	6,7%
Máquinas elétricas	208	5,4%
Filamentos sintéticos	155	4,0%
Vestuário de malha	151	3,9%
Ferro e aço	134	3,5%
Plásticos	134	3,5%
Automóveis	122	3,2%
Farmacêuticos	117	3,0%
Subtotal	2.077	54,0%
Outros	1.768	46,0%
Total	3.844	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, February 2018.

10 principais grupos de produtos importados



Principais indicadores socioeconômicos do Quirguistão

Indicador	2016	2017	2018 ⁽¹⁾	2019 ⁽¹⁾	2020 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	3,77%	3,50%	3,79%	5,21%	4,95%
PIB nominal (US\$ bilhões)	6,55	7,06	7,29	7,74	8,19
PIB nominal "per capita" (US\$)	1.073	1.140	1.160	1.213	1.265
PIB PPP (US\$ bilhões)	21,50	22,64	23,95	25,74	27,58
PIB PPP "per capita" (US\$)	3.520	3.654	3.811	4.036	4.263
População (milhões habitantes)	6,11	6,20	6,29	6,38	6,47
Desemprego (%)	7,46%	7,37%	7,28%	7,28%	7,28%
Inflação (%) ⁽²⁾	-0,49%	4,81%	5,52%	5,16%	5,11%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-9,66%	-11,58%	-11,98%	-10,50%	-10,24%
Câmbio (Som / US\$) ⁽²⁾	69,91	68,87	68,13	67,93	n.d.

Origem do PIB (2017 Estimativa)

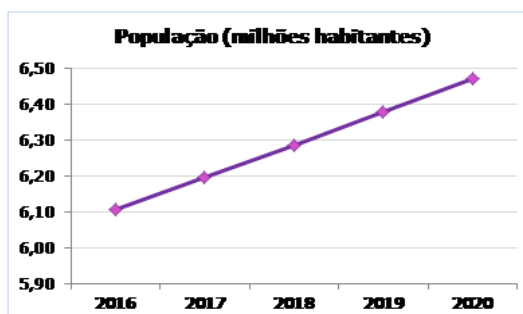
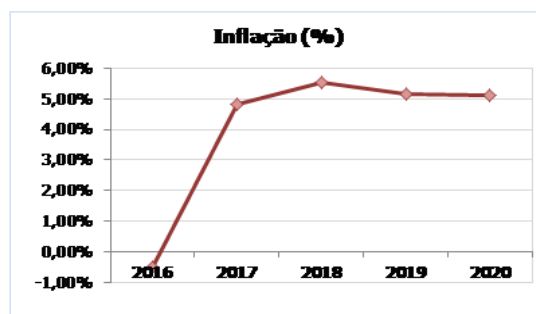
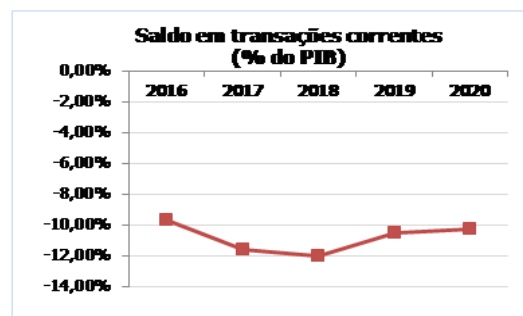
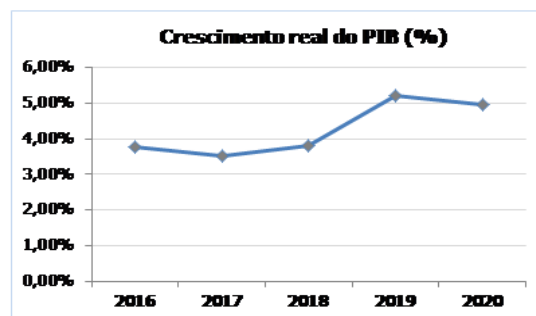
Agricultura	14,3%
Indústria	32,5%
Serviços	53,2%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2017 e da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 1st Quarter 2018.

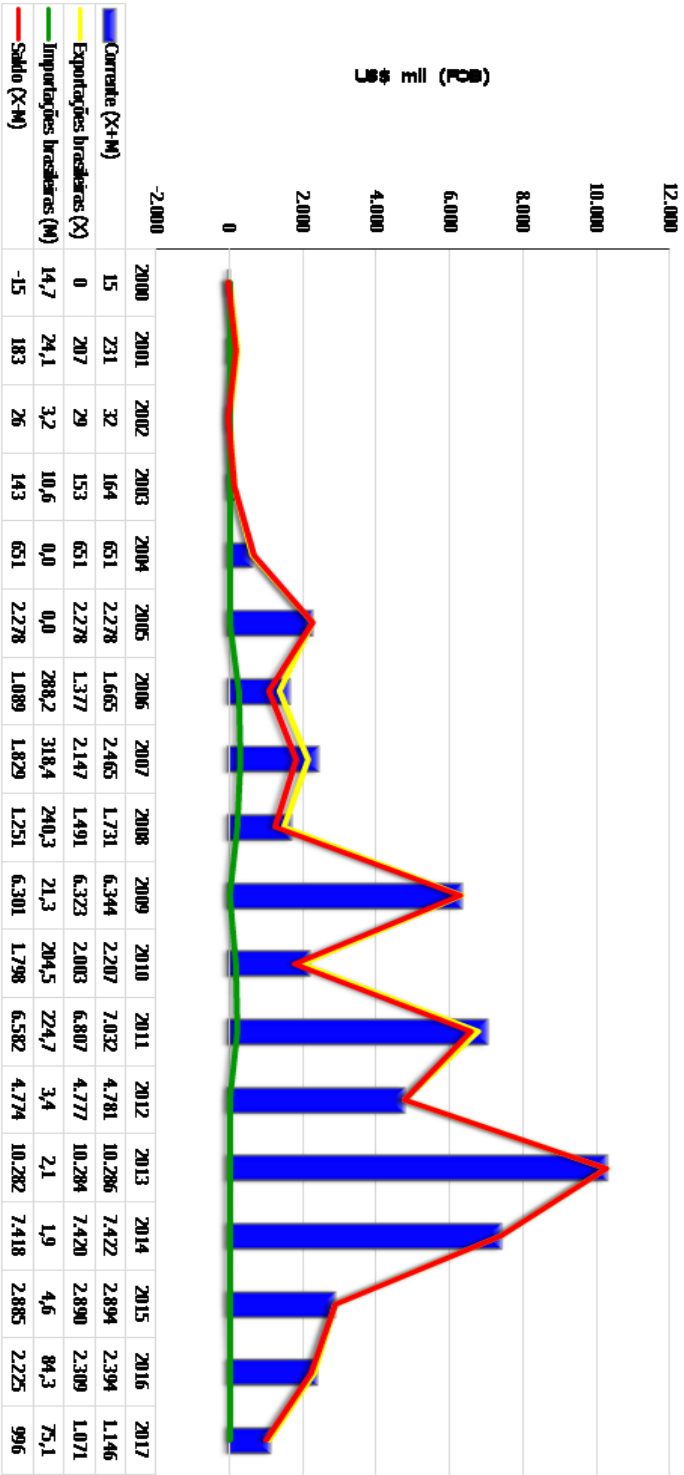
(n.d.) Dado não disponível.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média de fim de período.

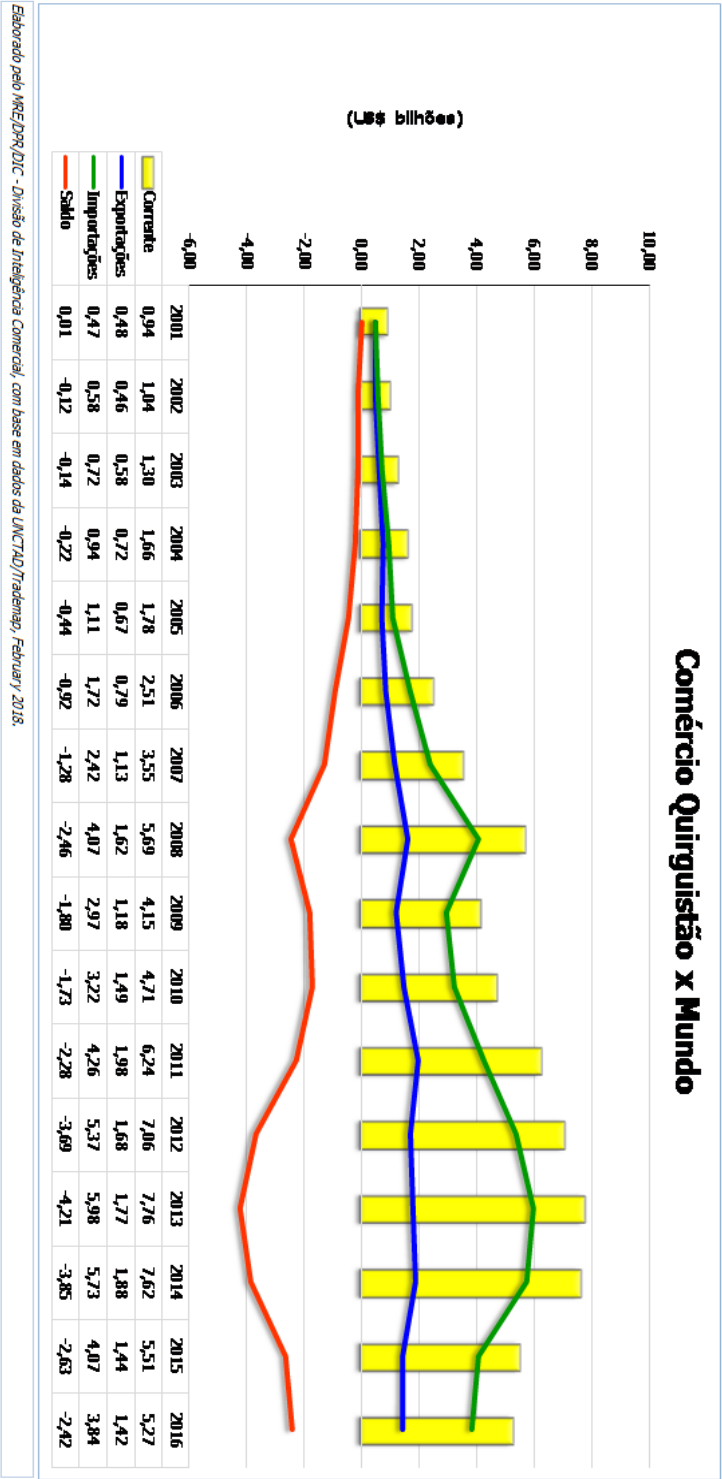


Comércio Brasil-Quirguistão



Elaborado pelo MRE/DPE/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Fevereiro de 2018.

2017 / 2018	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2017 (janeiro)	45,3	0	45,3	45,3
2018 (janeiro)	0	0	0	0



CRONOLOGIA HISTÓRICA

1000 a.C.	A cidade de Bishkek, hoje capital do Quirguistão, é fundada.
138	Com a Rota da Seda, as cidades Osh, Ungem e Jul se tornam grandes centros comerciais.
300	Os hunos tomam conta do território onde hoje se encontra o Quirguistão.
Séc. XIII	Os árabes invadem a Ásia Central, inclusive o atual Quirguistão, e convertem a população ao Islamismo.
751	Chineses e muçulmanos entram em conflito armado pelo domínio da região nordeste quirguiz e o exército chinês sai derrotado.
1219	Genghis Khan conquista uma grande área da Ásia Central, inclusive onde se encontra hoje o Quirguistão.
1685	O povo quirguiz se assenta na área onde hoje é o Quirguistão. O povo mongol Oirats conquista a região.
1785	As forças Oirats são derrotadas pelas forças chinesas e o povo quirguiz é submetido à China.
Séc. XIX	O povo quirguiz fica sob jurisdição do Canato Uzbeque de Kokand.
1876	O Canato de Kokand é incorporado à Rússia.
1917	Ocorre a revolução bolchevique na Rússia.
1920-1930	A reforma agrária redistribui as terras do povo quirguiz, tornando-as fazendas e desagradando os adeptos do modo de vida nômade quirguiz.
1920-1930	O Partido Comunista Quirguiz é formado.
1921	O Quirguistão se torna parte das Repúblicas Socialistas Soviéticas Autônomas do Turcomenistão.
1924	"Kara-Kyrgyz Autonomous Oblast" é formado na Rússia ("Oblast" é uma subdivisão territorial e administrativa). Em 1925, tem seu nome alterado para Região Autônoma do Quirguistão.
1990	Após um conflito entre as etnias uzbeque e quirguiz ter causado várias mortes, o Estado de Emergência é declarado.

1990	Askar Akayev é eleito o primeiro presidente do Quirguistão, ainda como uma república da União Soviética.
1991	O Quirguistão adquire o nome pelo qual é conhecido até hoje e declara independência.
1991	Com a independência, realiza-se uma nova eleição para a presidência, a qual Askar Akayev ganha e se mantém em seu posto.
1992	O Quirguistão torna-se país-membro da ONU.
1992	Inicia-se o programa de reestruturação econômica.
1995	Akayev é reeleito.
1996	Aprovado referendo que aumenta o poder presidencial, enfraquecendo assim o poder do legislativo.
1998	Instituída a pena de morte.
1998	Com a saída em 1997 do primeiro-ministro Dzhumagulov, Zhumabek Ibraimov é indicado para o cargo, mas não tem um mandato longo, pois falece, em 1999, após uma cirurgia na Rússia.
1999	Militantes islâmicos do Tajiquistão invadem vilas no Quirguistão e fazem os habitantes reféns. Em resposta, após cerca de um mês, o governo do Quirguistão bombardeia a região sob domínio dos militantes, matando cerca de 30 rebeldes.
2000	Um confronto armado entre forças do governo e os rebeldes deixa ao menos 95 vítimas fatais.
2000	Akayev ganha as eleições mais uma vez, estendendo seu governo por mais 5 anos.
2001	O Quirguistão permite a instalação de tropas norte-americanas e de sete outros países em seu território, como forma de apoio ao combate as forças do Talibã e da Al-Qeada, no Afeganistão.
2002	Após ser culpado pela morte de cinco civis por uma comissão do Estado, o primeiro-ministro Zhumabek Ibraimov deixa o cargo e Nikolai Tanayev é indicado para substituí-lo.
2002	Centenas de pessoas são presas em uma manifestação pedindo a renúncia do presidente Akayev.
2003	Aprovado referendo controverso, que, segundo o governo, tiraria parte do poder do presidente, que passaria para o parlamento, mas que é visto por muitos como a consolidação do poder presidencial. Observadores internacionais apontam irregularidades generalizadas.

2005	Há vários protestos contra o primeiro e segundo turnos das eleições para o parlamento e contra o presidente Akayev.
2005	O presidente Akayev viaja para a Rússia, de onde anuncia a sua renúncia à presidência do Quirguistão.
2005	Kurmanbek Bakiyev tem vitória esmagadora nas eleições para a presidência, assumindo-a em agosto e nomeando Felix Kulov para o cargo de primeiro-ministro. Também abole a pena de morte.
2006	O presidente Kurmanbek Bakiyev ameaça expulsar as tropas americanas, caso não aceitem pagar uma contribuição maior pela sua permanência no país.
2006	Após uma série de protestos, o presidente Bakiyev aprova uma reforma constitucional que limita seu poder.
2007	O parlamento recusa o pedido do presidente Bakiyev de manter Felix Kulov como primeiro-ministro. Azim Isabeko assume o cargo por dois meses e, na sequência, Almaz Atabayev é nomeado primeiro-ministro.
2007	Após uma semana de protestos em prol da renúncia do presidente Bakiyev, a polícia utiliza armas de choque e gás de pimenta para dispersar os manifestantes.
2007	Boletins médicos confirmam que o primeiro-ministro Almaz Atambayev havia sido envenenado por uma substância desconhecida, o que é atribuído a uma reação contra o programa de privatização do governo.
2007	Os eleitores aprovam as alterações na constituição.
2007	O presidente Bakiyev dissolve o parlamento e convoca novas eleições.
2007	O partido do presidente ganha a maioria das cadeiras no parlamento e a oposição declara que as eleições foram fraudadas.
2007	Igor Chudinov é nomeado primeiro-ministro.
2009	Os Estados Unidos concordam em pagar o triplo da receita anual para manterem a base de apoio para as tropas no Afeganistão em território quirguiz, após a Rússia ter oferecido mais de dois bilhões de dólares em empréstimos e outros tipos de ajudas financeiras. O governo do Quirguistão decide dar início ao processo de encerramento das atividades da base norte-americana no país.
2009	O presidente Bakiyev é reeleito.
2009	Daniyar Usenov é apontado como primeiro-ministro.
2010	O presidente Bakiyev renuncia à presidência e foge para a Bielorrússia, onde

	recebe refúgio.
2010	Roza Otunbayeva, antes ministra, torna-se presidente interina do Quirguistão.
2010	Mais de 200 pessoas morrem e centenas deixam suas casas após conflitos entre as etnias Uzbek e Kyrgyz nas cidades de Osh e Jalalabad.
2010	Mais de 90% dos eleitores aprovam as mudanças na constituição que reduzem o poder presidencial e transformam o Quirguistão em uma república parlamentarista.
2010	Roza Otunbayeva é nomeada presidente temporária e Almazbek Atambayev primeiro-ministro.
2011	O primeiro-ministro Almazbek Atambayev é eleito presidente do Quirguistão.
2013	O antigo presidente, Kurmanbek Bakiyev, e dois filhos são condenados à prisão perpétua por corrupção.
2014	O reformista Joomart Otorbayev é eleito primeiro-ministro, após o governo anterior colapsar por alegações de corrupção.
2014	Os Estados Unidos entregam definitivamente a base militar em Manas às forças armadas quirguizes.
2016	Os eleitores aprovam mudanças na constituição, aumentando o poder do primeiro ministro.
2017	Sooronbay Jeenbekov é eleito presidente e Sapar Izakov é nomeado primeiro ministro.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1993	Reconhecimento da independência da República Quirguiz.
2012	Visita do vice-primeiro-ministro da República Quirguiz.

ACORDOS BILATERAIS

Título	Data de Celebração	Entrada em Vigor	Situação
Protocolo sobre o Estabelecimento de Relações Diplomáticas entre a República Federativa do Brasil e a República Quirguiz	03/04/1996	03/04/1996	VIGENTE
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Quirguiz sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos e Oficiais/Serviço	26/04/2017	01/12/2017	VIGENTE



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PEDRO CHAVES
PARECER Nº , DE 2018

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Mensagem (SF) nº 10, de 2018 (Mensagem nº 136/2018, na Casa de origem), da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora MÁRCIA DONNER ABREU, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República do Cazaquistão, e, cumulativamente, junto à República do Turcomenistão e à República Quirguiz.*



SF/18963.28366-13

Relator: Senador **PEDRO CHAVES**

I – RELATÓRIO

O Exmo. Sr. Presidente da República, por meio da Mensagem nº 136, de 20 de março de 2018, submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora MÁRCIA DONNER ABREU, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério de Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República do Cazaquistão e, cumulativamente, junto à República do Turcomenistão e à República Quirguiz.

A Constituição Federal, no art. 52, inciso IV, atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente, e deliberar por voto secreto, sobre a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PEDRO CHAVES

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou currículo da diplomata indicada, do qual extraímos, para este Relatório, as informações que se seguem.

Nascida em Florianópolis, em 19 de maio de 1961, filha de Alcides Abreu e Sara Donner Abreu, bacharelou-se em Direito pela Faculdade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro, em 1981. Ingressou na carreira em 1987, após ter concluído o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco. Concluiu também os cursos de Aperfeiçoamento Diplomático (1996) e de Altos Estudos (2005) do Instituto Rio Branco, quando defendeu tese intitulada “Rompendo o Duopólio Estados Unidos-União Europeia na Organização Mundial do Comércio: O G-20 e as Negociações Multilaterais Agrícolas”. Ascendeu a Conselheira em 2004; e a Ministra de Segunda Classe em 2008.

A diplomata indicada desempenhou importantes cargos na chancelaria, e no exterior. Entre os quais destaco: Assessora e Subchefe da Divisão de Serviços e Temas Financeiros (1999 a 2001); Coordenadora Nacional de Comércio de Serviços (2000 a 2001); Primeira-Secretária e Conselheira na Embaixada em Washington (2001 a 2005); Conselheira na Embaixada em Pequim (2005 a 2007); Chefe da Divisão de Negociações Extra regionais do MERCOSUL-II (2007 a 2009); Ministra-Conselheira e Delegada Permanente Adjunta na Delegação Permanente do Brasil junto à UNESCO, em Paris (2009 a 2011); e Ministra-Conselheira, Representante Permanente Adjunta e Encarregada de Negócios na ausência dos titulares na



SF/18963.28366-13



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PEDRO CHAVES

3

Delegação Permanente do Brasil junto à OMC e outras Organizações Econômicas Internacionais, em Genebra, de 2012 até o presente.

Quanto aos postos para o qual foi indicada a Senhora Márcia Donner Abreu, importa para esse Relatório trazer à colação algumas informações sobre esses países adicionadas pelo Ministério de Relações Exteriores, de maneira a ilustrar a sabatina de praxe.

Independente da antiga União Soviética em 1991, o Cazaquistão é a única das cinco repúblicas da Ásia Central que não experimentou violência política, étnica, social ou religiosa no período pós-soviético. Tal estabilidade pode ser atribuída particularmente a dois fatores: (i) existência de significativas reservas de gás e petróleo que atraem dezenas de bilhões de dólares em investimento direto estrangeiro; e (ii) a maneira pragmática ela qual se procura implantar as regras capitalistas no país, mantendo alto nível de coesão social.

Com 2.717.300 km², o Cazaquistão possui o maior território dos cinco países da Ásia Central e a nona superfície territorial do mundo. As estepes ocupam aproximadamente 61% do território. Está entre os 15 países de menor densidade demográfica, com apenas menos de seis habitantes por km². É o mais desenvolvido da Ásia Central. Com localização estratégica e longas fronteiras com Rússia e China, beneficia-se ainda da estabilidade político-social para consolidar-se como nação líder da região.

O país possui as maiores reservas do mundo de chumbo, tungstênio e urânio; a segunda maior reserva de prata e de zinco; a terceira



SF/18963.28366-13



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PEDRO CHAVES

reserva de magnésio, além de depósitos significativos de cobre, ouro e minério de ferro. Possui ainda uma vasta área para a produção agrícola. O setor industrial cazaque se concentra na extração e processamento de petróleo, gás e metais. O governo busca implementar um programa de diversificação industrial de modo a reduzir a dependência do país em relação ao petróleo. A política industrial também gera maior intervencionismo estatal nos projetos de desenvolvimento do setor energético.

Por esses aspectos, o Cazaquistão constitui área prioritária da ação política externa brasileira na Ásia Central, situação que tende a se consolidar. Com a abertura da Embaixada residente em Astana, em 2006, multiplicaram-se os contatos dos dois países. O Presidente Nazarbayev visitou o Brasil em 2007, e o Presidente Luís Inácio Lula da Silva visitou o Cazaquistão em junho de 2009.

O intercâmbio econômico apresentou um pico de 190,42 milhões de dólares em 2011, decaindo paulatinamente em seguida até o valor de 58,12 milhões de dólares em 2017, com déficit de 48,26 milhões para o Brasil.

Além das vantagens comerciais, a sintonia de opiniões entre Brasil e Cazaquistão em fóruns multilaterais é significativa, especialmente em temas como meio ambiente, desarmamento e não proliferação. O Cazaquistão manifestou expressamente, em 2007, apoio ao pleito brasileiro a um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.



SF/18963.28366-13



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PEDRO CHAVES

5

O Cazaquistão considera o Brasil importante e promissor parceiro estratégico na América Latina e tem interesse na experiência brasileira nos setores de alta tecnologia, agricultura, bens de capital e indústria leve. Procura estabelecer cooperação com a parte brasileira na área de exploração geológica, extração e refino de hidrocarbonetos e energias renováveis. Os dois países têm diversas características em comum, pois são grandes nações em desenvolvimento, com vastos territórios e recursos minerais e energéticos abundantes.

O Turcomenistão tornou-se independente da antiga União Soviética em 1991. Com grande parte de seu território de 488 mil km² dominado pelo deserto de Karacorum, tem sua economia apoiada na riqueza em recursos energéticos e na agricultura irrigada intensiva do algodão. O país detém algumas das maiores reservas de gás natural do mundo, sendo a Rússia e a China os destinatários de praticamente toda a produção turcomena. O país não consegue beneficiar-se plenamente de suas imensas reservas de petróleo e gás pela falta de rotas adequadas de exportação.

O estabelecimento de relações bilaterais entre o Brasil e o Turcomenistão foi realizado por meio de um Protocolo, assinado em 3 de abril de 1996, em Moscou. Ainda incipientes, as relações ganharam possibilidade de adquirir novo patamar desde a abertura da Embaixada residente em Astana (cumulativa com Ashgabat e Bishkek)

O comércio bilateral ainda é pouco significativo, tendo totalizado US\$ 7,693 milhões em 2017, com déficit de 4,218 milhões de dólares para o Brasil. O intercâmbio comercial com o Turcomenistão tem



SF/18963.28366-13



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PEDRO CHAVES

apresentado oscilações, com tendência à queda. Nos últimos dois anos, as exportações brasileiras têm-se concentrado em preparações alimentícias de bovinos, escavadeiras, carne suína congelada, carne bovina desossada, preparados de confeitaria e aparelhos de cozinha. As importações se concentraram em vestimentas e carbono.

O ambiente de negócios no país é ainda considerado difícil e a economia continua dominada por monopólios estatais. O governo turcomeno tem tomado algumas medidas para modernizar a legislação e beneficiar a transparência, tendo adotado procedimentos a fim de dar conta do crescente aumento do comércio exterior. Está empenhado em efetuar transição gradual para economia de mercado, conforme preceito constitucional. Iniciou processo de privatização de pequenas e médias empresas e passou a dar importância à atração de investimentos estrangeiros.

A República Quirguiz é a segunda menor em área e em população da Ásia Central (199.951 km² e 6,173 milhões de habitantes). Em comparação com seus vizinhos, possui recursos naturais mais limitados, embora seja detentor de 40% de todas as reservas de água da Ásia Central. Entre as antigas repúblicas soviéticas, foi uma das que mais sofreram declínio econômico após a independência. A indústria local, criada para servir ao complexo industrial-militar soviético, sofreu pesadamente quando a demanda deixou de existir.

O estabelecimento de relações bilaterais entre o Brasil e a República Quirguiz foi realizado por meio de um Protocolo, assinado em 6



SF/18963.28366-13



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PEDRO CHAVES

7

de agosto de 1993, em Moscou. O Brasil foi um dos primeiros Estados a reconhecer a independência do país, ocorrida em 31 de agosto de 1991.

As relações políticas têm sido historicamente cordiais, embora incipientes. O comércio bilateral é diminuto, em razão do desconhecimento mútuo e da falta de contatos empresariais. Em 2017, o comércio totalizou US\$ 1,146 milhão, após um pico de US\$ 10,286 milhões em 2013. O intercâmbio constitui-se quase inteiramente por exportações brasileiras. Os principais produtos exportados pelo Brasil foram embutidos de carne e carnes suínas. As principais importações brasileiras da República Quirguiz foram metais alcalinos.

Sendo essas as informações a serem prestadas no âmbito do presente Relatório, estimamos estarem os Senhores Senadores e Senhoras Senadoras membros desta Comissão aptos a sabatinar o ilustre diplomata e votar na indicação presidencial.

Sala da Comissão, 10 de abril de 2018

Senador FERNANDO COLLOR, Presidente

Senador PEDRO CHAVES, Relator



SF/18963.28366-13

2ª PARTE - DELIBERATIVA

2

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte para o Intercâmbio de Informações Relativas a Tributos, celebrado em Brasília, em 28 de setembro de 2012.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte para o Intercâmbio de Informações Relativas a Tributos, celebrado em Brasília, em 28 de setembro de 2012.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do *caput* do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de março de 2018.

RODRIGO MAIA
Presidente

PARECER Nº , DE 2018

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 2018 (PDC nº 548, de 2016, na origem), da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que *aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte para o Intercâmbio de Informações Relativas a Tributos, celebrado em Brasília, em 28 de setembro de 2012.*



RELATOR: Senador **FLEXA RIBEIRO**

I – RELATÓRIO

Com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, da Constituição, o Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 544, de 2015, submete ao Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte para o Intercâmbio de Informações Relativas a Tributos, celebrado em Brasília, em 28 de setembro de 2012. Acompanha o referido texto a Exposição de Motivos EMI nº 00166/2015 MRE MF, assinada pelos então Ministros de Estado das Relações Exteriores, Mauro Luiz Iecker Vieira e da Fazenda, Joaquim Vieira Ferreira Levy.

O texto do referido ato internacional foi inicialmente apreciado e aprovado pelas seguintes comissões da Câmara dos Deputados: de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, que elaborou o projeto de decreto legislativo decorrente da Mensagem Presidencial; de Finanças e Tributação, sobre o mérito, e de Constituição e Justiça e de Cidadania, que opinou pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Aprovado pelo Plenário da Câmara, o projeto veio ao Senado Federal onde foi encaminhado a esse colegiado e a mim distribuído para relatar.

O Tratado em apreço visa, como assinala a Exposição de Motivos, a combater a fraude e a evasão fiscal, assim como a reduzir o espaço para a prática de elisão ou planejamento fiscal.

O texto está versado em 14 artigos. O Artigo 1 determina que as autoridades competentes das partes Contratantes prestarão assistência mútua mediante o intercâmbio de informações que possam ser relevantes para administrar ou fazer cumprir suas leis internas relativas aos tributos visados pelo ato internacional ora em exame.

O Artigo 2, entretanto, ressalva que a Parte requerida não está obrigada a fornecer informações de que suas autoridades não disponham ou que não estejam em poder ou sob o controle de pessoas submetidas à sua jurisdição territorial. As informações serão intercambiadas pela autoridade competente de cada Parte, independentemente de a pessoa a quem as informações se referirem ser residente ou nacional de uma Parte Contratante.

Os tributos visados, no caso de cada Parte signatária, estão enumerados no Artigo 3. São eles, para o Reino Unido, o imposto sobre a renda; o imposto sobre a renda das pessoas jurídicas; o imposto sobre ganhos de capital; o imposto sobre heranças; o imposto sobre valor agregado; e os impostos sobre o consumo. No caso do Brasil, são os seguintes os impostos objeto deste Acordo: o imposto de renda da pessoa física e da pessoa jurídica (IRPF e IRPJ); o imposto sobre produtos industrializados (IPI); o imposto sobre operações financeiras (IOF); imposto sobre propriedade territorial rural (ITR); contribuição para o programa de integração social (PIS); contribuição social para o financiamento da seguridade social (COFINS) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL). A autoridade competente de cada Parte Contratante notificará a outra de modificações em sua legislação tributária que possam afetar as obrigações daquela Parte Contratante. O Acordo aplica-se a tributos de competência de estados, municípios ou outras subdivisões políticas de cada Parte contratante, na medida em que sua legislação o permitir.

O Artigo 4 apresenta as definições de termos utilizados no Acordo, estipulando que o termo “autoridade competente” significa, no caso do Reino Unido, os Comissários da Receita e Aduana de Sua Majestade ou seu representante autorizado; no caso do Brasil, o Ministro da Fazenda, o Secretário da Receita Federal ou seus representantes autorizados; o termo “pessoa” representa uma pessoa física, uma sociedade ou qualquer outro grupo de pessoas; enquanto que “sociedade” se refere a qualquer pessoa jurídica ou qualquer entidade considerada pessoa jurídica para fins tributários; o termo



“sociedade com ações negociadas publicamente” significa qualquer sociedade cuja principal classe de ações esteja listada em uma bolsa de valores reconhecida, desde que suas ações listadas possam ser prontamente vendidas ou vendidas pelo público, ou seja, se se a aquisição ou venda destas ações não estiver , implícita ou explicitamente, restrita a um grupo limitado de investidores. O termo “principal classe de ações” significa a classe ou as classes de ações que representem a maioria do poder de voto e a maior parte do valor da sociedade, enquanto que “bolsa de valores reconhecida” significa qualquer bolsa de valores acordada como tal pelas entidades competentes das Partes Contratantes; “fundo ou esquema de investimento coletivo” refere-se a qualquer veículo de investimento conjunto, independentemente da forma legal. “Tributo” significa qualquer tributo ao qual o Acordo se aplique; a “Parte requerente” é aquela que solicita informações, enquanto que a Parte requerida é aquela a quem se solicita forneça as informações; as “medidas para coletar informações” são as leis e procedimentos administrativos ou judiciais a possibilitarem que uma Parte Contratante obtenha a forneça as informações solicitadas e o termo “informação” refere-se a qualquer fato, declaração ou registro, sob qualquer forma. É também definido o que se entende por “nacional”, que significa, para o Reino Unido, qualquer cidadão britânico, ou qualquer súdito britânico não-possuidor da cidadania de outro país ou território-membro da Comunidade (*Commonwealth*), desde que tenha o direito de permanência no Reino Unido; e qualquer pessoa jurídica, sociedade de pessoas, associação ou outra entidade cuja condição como tal decorra das leis em vigor no Reino Unido. Em relação ao Brasil, qualquer pessoa física que possua a nacionalidade brasileira e qualquer pessoa jurídica ou qualquer outra entidade coletiva cuja condição como tal decorra das leis em vigor no Brasil.

Finalmente, o termo “questões tributárias de natureza criminal” significa questões tributárias envolvendo conduta intencional penalmente imputável de acordo com as leis penais da Parte requerente; e o termo “leis penais” refere-se a todas as leis penais definidas como tais na lei doméstica, independentemente de estarem contidas em leis tributárias, no Código Penal ou em outros diplomas legais. No tocante à aplicação do Acordo por uma Parte Contratante, qualquer termo não definido no presente instrumento internacional terá o significado que lhe for atribuído pela legislação desta Parte Contratante, prevalecendo o significado atribuído ao termo pela legislação tributária dessa Parte Contratante sobre o significado que lhe atribuem outras leis dessa Parte Contratante.

No tocante ao intercâmbio de informações a pedido, dispõe o Artigo 5 que a autoridade competente da Parte requerida fornecerá, a pedido,



SF/18492.72179-26

as informações solicitadas ainda que a conduta sob investigação não constitua crime de acordo com as leis da Parte requerida. Se as informações de que disponha a Parte requerida não forem suficientes para possibilitar o atendimento do pedido, essa Parte recorrerá a todas as medidas relevantes para obter tais informações.

Caso especificamente solicitado pela autoridade competente da Parte requerente, a Parte requerida deverá fornecer informações sob a forma de depoimentos de testemunhas e cópias autenticadas de registros originais; informações em poder de bancos ou de outras instituições financeiras ou de representantes fiduciários e informações referentes à propriedade legal e efetiva de empresas, parcerias, fideicomissos, fundações, etc, sempre na extensão permitida pelas leis internas da Parte requerida. Por outro lado, a autoridade competente da Parte requerente ao efetuar um pedido de informações fornecerá as necessárias informações à autoridade competente da Parte requerida de modo a demonstrar a previsível relevância das informações para o pedido formulado, tais como a identidade da pessoa sob exame ou investigação, período de tempo a que se referem as informações requeridas, declaração sobre a natureza das informações pretendidas e a forma como a Parte requerente deseja recebe-las, os motivos que levam a crer que tais informações se encontram em território da Parte requerida, nome e endereço de qualquer pessoa que se acredite estar na posse das informações solicitadas, declaração de que o pedido está em conformidade com a lei e as práticas administrativas da Parte requerente, e de que a Parte requerente recorreu a todos os meios disponíveis em seu território a fim de obter as informações requeridas. A parte requerida acusará o recebimento da solicitação e envidará seus melhores esforços para encaminhar as informações solicitadas `Parte requerente no menor tempo possível.

O Artigo 7 autoriza as fiscalizações tributárias no exterior, obedecidas as leis internas da Parte requerida, cuja autoridade competente poderá autorizar a presença de representantes da autoridade competente da parte requerente na fase apropriada de uma fiscalização tributária no território da Parte requerida.

Segundo prevê o Artigo 8, a Parte requerida não estará obrigada a obter ou fornecer informações que a Parte requerente não poderia obter sob suas próprias leis para os fins de fazer cumprir suas próprias leis tributárias; ou de fornecer informações sujeitas a privilégio legal, ou informações reveladoras de segredo comercial, empresarial, industrial ou profissional ou se tal revelação for contrária à ordem pública; ou quando as informações solicitadas tiverem



SF/18492.72179-26

por objetivo da Parte requerente dar cumprimento a dispositivo de sua legislação tributária que discrimine um nacional da Parte requerida em comparação a um nacional da parte requerente nas mesmas circunstâncias. Determina, ademais, que o Acordo em pauta não imporá a uma Parte qualquer obrigação de executar medidas administrativas em desacordo com suas leis e práticas administrativas. O Artigo 9 determina que quaisquer informações recebidas por uma Parte Contratante serão sigilosas e poderão ser reveladas somente a pessoas ou autoridades, inclusive tribunais e órgãos administrativos, na jurisdição da Parte Contratante envolvida com o lançamento ou cobrança dos tributos visados pelo presente Acordo, com a execução ou instauração de processos versando sobre tais tributos, ou com a supervisão de tais atividades. Contudo as informações poderão ser reveladas em procedimentos públicos dos tribunais dos tribunais ou em decisões judiciais.

Os custos são abordados no Artigo 11, que estipula que esses serão arcados pela Parte requerida, exceto eventuais custos extraordinários, que serão arcados pela Parte requerente.

Com a finalidade da implementação do avençado, as Administrações Aduaneiras deverão comunicar-se diretamente e enviar esforços, por acordo mútuo, para solucionar problemas ou questionamentos que surgirem da interpretação ou implementação do ato internacional ora sob exame. Contudo, os conflitos para os quais não forem encontradas soluções pelas Administrações Aduaneiras deverão ser resolvidos pela via diplomática (Artigo 18).

Os Artigos 11 e 12 dispõem, respectivamente, sobre procedimento amigável quando surgirem dúvidas entre as Partes Contratantes relativamente à implementação ou interpretação do Acordo, podendo inclusive comunicar-se diretamente a fim de chegarem a um consenso; e compartilhamento de conhecimentos técnicos, desenvolvimento conjunto de novas técnicas de auditoria e identificação e estudo de novas áreas de descumprimento de obrigações.

As cláusulas de praxe dos tratados estão contidas nos Artigos 13 e 14, como a entrada em vigor, que se dará mediante notificação de que os requisitos legais nacionais para a vigência foram cumpridos (Artigo 13); e denúncia mediante notificação escrita pela via diplomática (Artigo 14).



SF/18492.72179-26

II – ANÁLISE

O Acordo sob exame prevê a troca de informações entre as autoridades tributárias das Partes Contratantes sobre assuntos de sua competência, com o intuito de favorecer as ações de fiscalização e de combate à sonegação fiscal. Visa também a assegurar à Administração Tributária instrumentos mais eficazes destinados a coibir a prática de atos lesivos à ordem tributária, com reflexos positivos sobre o nível da arrecadação.

É importante destacar, no âmbito deste parecer, que a legislação interna referente a sigilo fiscal e bancário é plenamente preservada à luz do ato internacional em exame.

Como bem assinala a Exposição do Motivos ministerial, a assinatura deste tipo de acordo de troca de informações com o Reino Unido reveste-se de particular importância, tanto pela magnitude das relações comerciais entre os dois países, como também pelo grande volume de investimentos britânicos presentes no Brasil.

Cabe observar, ademais, que o texto do Acordo em pauta atende aos interesses do País ao buscar prevenir a evasão fiscal e demais condutas ilícitas praticadas pelos contribuintes.

III – VOTO

Com base no exposto, voto pela **aprovação** do Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 2018.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/18492.72179-26

2ª PARTE - DELIBERATIVA

3



SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 179, DE 2017

(nº 486/2016, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a Confederação Suíça para o Intercâmbio de Informações sobre Matéria Tributária, assinado em Brasília, em 23 de novembro de 2015.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Legislação citada](#)

- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1480045&filename=PDC-486-2016



[Página da matéria](#)

Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a Confederação Suíça para o Intercâmbio de Informações sobre Matéria Tributária, assinado em Brasília, em 23 de novembro de 2015.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a Confederação Suíça para o Intercâmbio de Informações sobre Matéria Tributária, assinado em Brasília, em 23 de novembro de 2015.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de setembro de 2017.

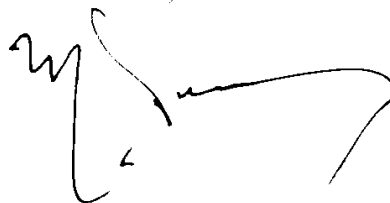
RODRIGO MAIA
Presidente

Mensagem nº 128

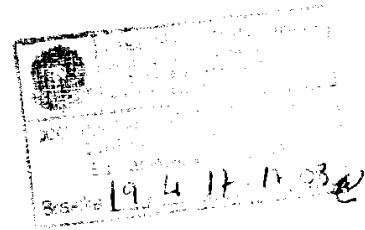
Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, o ato constante do Decreto de 19 abril de 2017, publicado no Diário Oficial da União do dia 20 de abril de 2017, que “Renova a concessão outorgada à Empresa de Comunicação PRM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Santos, Estado de São Paulo”.

Brasília, 26 de abril de 2017.

A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized 'M' followed by a horizontal line and a small flourish.

EM nº 00040/2017 MCTIC



Brasília, 21 de Março de 2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53900.054957/2015-83, acompanhado da minuta de Decreto Presidencial que renova, pelo prazo de quinze anos, a partir de 31 de maio de 2016, a concessão outorgada à Empresa de Comunicação PRM Ltda., por meio do Decreto de 28 de abril de 1999, publicado no Diário Oficial da União de 29 de abril de 1999, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 29 de 2001, publicado no Diário Oficial da União de em 23 de março de 2001, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Santos, estado de São Paulo.
2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Gilberto Kassab

COORDENADORIA DE DOCUMENTAÇÃO/PR
 Publicado em 19/04/2017 às 08:00 L 20 ABR 2017
 Cópia Autenticada



DECRETO DE 19 DE ABRIL DE 2017

Renova a concessão outorgada à Empresa de Comunicação PRM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Santos, Estado de São Paulo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 84, **caput**, inciso IV, e art. 223, **caput**, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e art. 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e de acordo com o que consta do Processo nº 53900.054957/2015-83,

DECRETA:

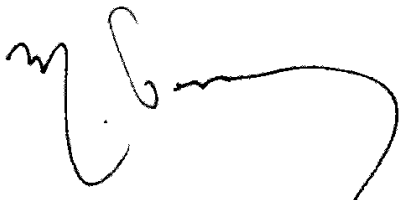
Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por quinze anos, a partir de 31 de maio de 2016, a concessão outorgada à Empresa de Comunicação PRM Ltda., conforme o Decreto de 28 de abril de 1999, publicado no Diário Oficial da União de 29 de abril de 1999, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 29, de 22 de março de 2001, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Santos, Estado de São Paulo.

Parágrafo único. A concessão será regida pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 19 de abril de 2017; 196ª da Independência e 129ª da República.



LEGISLAÇÃO CITADA

- [urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988](http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988)
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
- inciso I do artigo 49

Mensagem nº 128

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado da Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado das Relações Exteriores e da Fazenda, texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a Confederação Suíça para o Intercâmbio de Informações sobre Matéria Tributária, assinado em Brasília, em 23 de novembro de 2015.

Brasília, 7 de abril de 2016.

CFB6C0C2
CFB6C0C2

EMI nº 00008/2016 MRE MF

Brasília, 16 de Março de 2016

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

Submetemos à elevada consideração de Vossa Excelência, para posterior envio ao Congresso Nacional, o anexo projeto de Mensagem que encaminha o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a Confederação Suíça para o Intercâmbio de Informações sobre Matéria Tributária, celebrado em Brasília, em 23 de novembro de 2015, assinado pelo Secretário da Receita Federal do Brasil, Jorge Antonio Rachid, e pelo Embaixador Christoph Schelling, Chefe do Departamento Federal de Finanças da Suíça.

2. Em aviso ao Ministério das Relações Exteriores, o Ministério da Fazenda informou que o texto final “atende aos interesses do país”, levando em conta preocupações da autoridade tributária em “combater a fraude e a evasão fiscal, assim como em reduzir o espaço para práticas de elisão ou planejamento fiscal”. Tais práticas são especialmente relevantes no contexto internacional atual de busca de maior transparência tributária, de maior cooperação entre as administrações tributárias e de combate ao planejamento tributário agressivo ou abusivo, considerado pelo G-20 como um dos agravantes da crise financeira global pelo efeito de erosão da base tributária dos países e seu impacto negativo nos orçamentos nacionais.

3. Cabe lembrar que, segundo a Receita Federal do Brasil, as regras do acordo são estritas na proteção do sigilo das informações fornecidas por qualquer das partes, em observância à legislação nacional sobre sigilo fiscal.

4. À luz do exposto e com vistas ao encaminhamento do assunto à apreciação do Congresso Nacional, em conformidade com o Artigo 84, inciso VIII, combinado com o Artigo 49, inciso I, da Constituição Federal, submetemos a Vossa Excelência o anexo projeto de Mensagem, acompanhado de cópias autenticadas do Acordo.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Iecker Vieira, Nelson Henrique Barbosa Filho

CFB6C0C2

CFB6C0C2

**ACORDO ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A
CONFEDERAÇÃO SUÍÇA PARA O INTERCÂMBIO DE INFORMAÇÕES
SOBRE MATÉRIA TRIBUTÁRIA**

A República Federativa do Brasil

e

O Conselho Federal Suíço,

Desejando facilitar o intercâmbio de informações sobre matéria tributária,

Acordaram o seguinte:

Artigo 1º

Objeto e Escopo do Acordo

1. As autoridades competentes das Partes Contratantes assistir-se-ão mediante o intercâmbio de informações que sejam previsivelmente relevantes para a administração e o cumprimento de suas leis internas relativas aos tributos visados por este Acordo.
2. Tais informações incluirão aquelas previsivelmente relevantes para a determinação, lançamento e cobrança de tais tributos, a recuperação e execução de créditos tributários, ou a investigação ou instauração de processo judicial relativo a matérias tributárias.
3. As informações serão intercambiadas em conformidade com as disposições deste Acordo e serão tratadas como sigilosas na forma prevista no Artigo 7º.
4. Os direitos e salvaguardas assegurados às pessoas pelas leis ou pela prática administrativa da Parte requerida permanecem aplicáveis na medida em que não atrasem ou impeçam indevidamente o efetivo intercâmbio de informações.

Artigo 2º

Jurisdição

A Parte requerida não está obrigada a fornecer informações que não sejam detidas por suas autoridades nem estejam na posse ou controle de pessoas sob sua jurisdição territorial.

CFB6C0C2

CFB6C0C2

Artigo 3º
Tributos Visados

1. Os tributos visados por este Acordo são:
 - a) na Suíça,
 - i) os tributos federais, cantonais e comunais sobre a renda (montante total dos rendimentos, rendimentos auferidos, rendimentos do capital, lucros industriais e comerciais, ganhos de capital, e outras formas de renda);
 - ii) os tributos federais, cantonais e comunais sobre o capital;
 - iii) os tributos cantonais e comunais sobre herança e doação;
 - b) no Brasil,
 - i) o imposto sobre a renda de pessoa física e de pessoa jurídica (respectivamente, IRPF e IRPJ);
 - ii) o imposto sobre produtos industrializados (IPI);
 - iii) o imposto sobre movimentação de crédito, câmbio e seguro (IOF);
 - iv) o imposto sobre a propriedade territorial rural (ITR);
 - v) a contribuição para o programa de integração social (PIS);
 - vi) a contribuição para financiamento da seguridade social (COFINS);
 - vii) a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL); e
 - viii) quaisquer outros tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.
2. Este Acordo aplicar-se-á a quaisquer tributos idênticos instituídos após a data de assinatura do Acordo em adição, ou substituição, aos tributos existentes. Este Acordo aplicar-se-á também a quaisquer tributos substancialmente similares instituídos após a data de assinatura do Acordo em adição, ou substituição, aos tributos existentes se as autoridades competentes das Partes assim concordarem. As autoridades competentes das Partes notificar-se-ão por escrito sobre quaisquer alterações substanciais na sua legislação que possam afetar as obrigações abrangidas nos termos deste Acordo.

Artigo 4º
Definições

1. Para os fins deste Acordo, a não ser que definidos de outra forma:
 - a) a expressão “Parte” significa Suíça ou Brasil, de acordo com o que o contexto requeira; “Suíça”, quando utilizado no sentido geográfico, significa o território da Confederação Suíça, conforme definido pelas sua legislação de acordo com as leis internacionais; “Brasil”, quando utilizado no sentido geográfico, significa o território da República Federativa do Brasil, conforme definido pela sua legislação de acordo com as leis internacionais;
 - b) a expressão “autoridade competente” significa:

CFB6C0C2

CFB6C0C2

- i) no caso da Suíça, o Chefe do Departamento Federal de Finanças, ou seu representante autorizado;
- ii) no caso do Brasil, o Ministro da Fazenda, o Secretário da Receita Federal, ou seus representantes autorizados;
- c) o termo “pessoa” inclui uma pessoa física, uma sociedade e qualquer outro conjunto de pessoas;
- d) o termo “sociedade” significa qualquer pessoa jurídica ou qualquer entidade considerada uma pessoa jurídica para fins tributários;
- e) a expressão “sociedade com ações negociadas publicamente” significa qualquer sociedade cuja principal classe de ações esteja listada em uma bolsa de valores reconhecida, desde que suas ações listadas possam ser prontamente adquiridas ou vendidas pelo público. Ações podem ser adquiridas ou vendidas pelo público se a aquisição ou venda das ações não está, implícita ou explicitamente, restrita a um grupo limitado de investidores;
- f) a expressão “classe principal de ações” significa a classe ou classes de ações que representem a maioria do capital ou do poder de voto da sociedade;
- g) a expressão “bolsa de valores reconhecida” significa qualquer bolsa de valores reconhecida pelas autoridades competentes das Partes;
- h) a expressão “fundo ou esquema de investimento coletivo” significa qualquer veículo de investimento coletivo, independentemente da forma legal.
- i) A expressão “fundo ou esquema público de investimento coletivo” significa qualquer fundo ou esquema de investimento coletivo cujas quotas, ações ou outras formas de participação no fundo ou esquema possam ser prontamente adquiridas, vendidas ou resgatadas pelo público. Quotas, ações ou outras formas de participação no fundo ou esquema podem ser prontamente adquiridas, vendidas ou resgatadas pelo público se a aquisição, venda ou resgate não é, implícita ou explicitamente, restrita a um grupo limitado de investidores;
- j) o termo “tributo” significa qualquer tributo ao qual o Acordo se aplique;
- k) a expressão “Parte requerente” significa a Parte que solicita informações;
- l) a expressão “Parte requerida” significa a Parte solicitada a fornecer informações;
- m) a expressão “medidas de coleta de informações” significa leis e procedimentos administrativos ou judiciais que possibilitem a uma Parte obter e fornecer as informações solicitadas;
- n) o termo “informações” significa qualquer fato, declaração ou registro, sob qualquer forma;

CFB6C0C2

CFB6C0C2

- o) o termo “crime” significa uma conduta passível de persecução criminal segundo as leis penais da Parte requerente; e
- p) o termo “nacional” significa:
 - i) na Suíça, qualquer indivíduo que possua a nacionalidade suíça e qualquer pessoa jurídica, sociedade de pessoas ou associação cuja condição como tal decorra da legislação em vigor na Suíça;
 - ii) no Brasil, qualquer pessoa física que possua a nacionalidade brasileira e qualquer pessoa jurídica ou qualquer outra entidade coletiva, sociedade ou associação cuja condição como tal decorra da legislação em vigor no Brasil.

2. Com relação à aplicação deste Acordo a qualquer tempo por uma Parte, qualquer termo que nele não esteja definido terá, a menos que o contexto exija o contrário, o significado que lhe for atribuído a esse tempo pela legislação dessa Parte, prevalecendo o significado atribuído ao termo ou expressão pela legislação tributária dessa Parte sobre o significado que lhe atribuem outras leis dessa Parte.

Artigo 5º

Intercâmbio de Informações a Pedido

1. A autoridade competente da Parte requerida fornecerá, mediante pedido por escrito, informações para os fins mencionados no Artigo 1º. Tais informações serão intercambiadas independentemente de a conduta sob investigação constituir crime segundo a legislação da Parte requerida, se tal conduta ocorreu na Parte requerida. A autoridade competente da Parte requerente só fará o pedido de informações conforme esse Artigo, quando for incapaz de obter as informações requeridas por outros meios dentro do seu próprio território, exceto quando os recursos para se alcançar tais meios possam dar origem a dificuldades desproporcionais.
2. Se as informações em poder da autoridade competente da Parte requerida não forem suficientes para permitir-lhe o atendimento do pedido de informações, essa Parte usará todas as medidas relevantes de coleta de informações para fornecer à Parte requerente as informações solicitadas, não obstante a Parte requerida não necessitar de tais informações para seus próprios fins tributários.
3. Caso solicitado especificamente pela autoridade competente da Parte requerente, a autoridade competente da Parte requerida fornecerá informações com fundamento neste Artigo, na extensão permitida por suas leis internas, na forma de depoimento de testemunhas e cópias autenticadas de registros originais.
4. Cada Parte deverá assegurar que suas autoridades competentes, para os fins especificados no Artigo 1º e em conformidade com o Artigo 2º deste Acordo, tenham autoridade para obter e fornecer, mediante solicitação:
 - a) informações detidas por bancos, outras instituições financeiras e qualquer pessoa

CFB6C0C2

CFB6C0C2

agindo na condição de representante ou fiduciário, inclusive agentes (“nominees”) e fiduciários (“trustees”);

- b) informações referentes à propriedade legal e efetiva de sociedades, sociedades de pessoas (“partnerships”), “trusts”, fundações e outras pessoas, inclusive informações sobre propriedade relativas a todas essas pessoas em uma cadeia de propriedade, em conformidade com o padrão internacional; no caso de “trusts”, informações relativas aos instituidores, fiduciários (“trustees”), protetores (“protectors”) e beneficiários; e, no caso das fundações, informações sobre os fundadores, membros do conselho da fundação e beneficiários. Além disso, este Acordo não cria uma obrigação para as Partes de obter ou fornecer informações sobre propriedade com relação a sociedades negociadas publicamente ou a fundos ou esquemas públicos de investimento coletivo, a menos que essas informações possam ser obtidas sem ocasionar dificuldades desproporcionais.

5. A autoridade competente da Parte requerente fornecerá, por escrito, as seguintes informações à autoridade competente da Parte requerida, quando fizer um pedido de informações com fundamento no Acordo, para demonstrar a previsível relevância das informações para o pedido:

- a) a identidade da pessoa sob fiscalização ou investigação;
- b) o período a que se referem as informações solicitadas;
- c) uma relação das informações desejadas, inclusive sua natureza e a forma na qual a Parte requerente deseja recebê-las da Parte requerida;
- d) a finalidade tributária para a qual as informações são buscadas;
- e) motivos para acreditar que as informações solicitadas sejam detidas pela Parte requerida ou estejam na posse ou controle de uma pessoa sob a jurisdição da Parte requerida;
- f) na medida do que for conhecido, o nome e o endereço de qualquer pessoa que se acredite ter a posse das informações solicitadas;
- g) uma declaração de que o pedido está em conformidade com as leis e práticas administrativas da Parte requerente; de que, se as informações solicitadas se encontrassem sob a jurisdição da Parte requerente, a autoridade competente da Parte requerente poderia obter as informações com base em suas leis ou no curso normal da prática administrativa e de que está em conformidade com este Acordo;
- h) uma declaração de que a Parte requerente recorreu a todos os meios disponíveis em seu próprio território para obter as informações, exceto àqueles que dariam origem a dificuldades desproporcionais.

6. A autoridade competente da Parte requerida encaminhará as informações solicitadas tão prontamente quanto possível à Parte requerente. Para assegurar uma pronta resposta, a autoridade competente da Parte requerida deverá:

CFB6C0C2

CFB6C0C2

- a) confirmar por escrito o recebimento de um pedido à autoridade competente da Parte requerente e notificá-la de deficiências no pedido, se for o caso, dentro de sessenta (60) dias do recebimento do pedido;
- b) se a autoridade competente da Parte requerida não puder obter e fornecer as informações dentro de noventa (90) dias do recebimento do pedido, inclusive se encontrar obstáculos no fornecimento das informações, ou caso se recuse a fornecer as informações, informará imediatamente à Parte requerente, explicando a razão de sua incapacidade, a natureza dos obstáculos ou as razões para sua recusa.

Artigo 6º

Possibilidade de Recusa de um Pedido

1. A Parte requerida não estará obrigada a obter ou fornecer informações que a Parte requerente não poderia obter sob suas próprias leis para fins de administração ou cumprimento de suas próprias leis tributárias. A autoridade competente da Parte requerida poderá recusar-se a prestar assistência quando o pedido não for feito em conformidade com este Acordo.
2. As disposições deste Acordo não imporão a uma Parte a obrigação de fornecer informações que revelariam qualquer segredo comercial, empresarial, industrial, comercial ou profissional, ou processo comercial. Não obstante o precedente, as informações do tipo referido no Artigo 5º, parágrafo 4, não serão tratadas como tal segredo ou processo comercial meramente porque se enquadram nos critérios estabelecidos naquele parágrafo.
3. As disposições deste Acordo não imporão a uma Parte a obrigação de obter ou fornecer informações que revelariam comunicações sigilosas entre um cliente e um advogado, procurador ou outro representante legal permitido, quando tais comunicações forem:
 - a) produzidas para os fins de buscar ou fornecer aconselhamento legal; ou
 - b) produzidas para os fins de uso em procedimentos legais existentes ou previstos.
4. A Parte requerida poderá recusar um pedido de informações se a revelação das informações for contrária à ordem pública (“ordre public”).
5. Um pedido de informações não será recusado com base no fato de que a obrigação tributária que motivou o pedido esteja em litígio.
6. A Parte requerida poderá recusar um pedido de informações se as informações forem solicitadas pela Parte requerente para administrar ou dar cumprimento a um dispositivo de sua legislação tributária, ou a qualquer exigência a ela conexa, que discrimine um nacional da Parte requerida em comparação com um nacional da Parte requerente nas mesmas circunstâncias.

Artigo 7º

Sigilo

CFB6C0C2

CFB6C0C2

Quaisquer informações recebidas por uma Parte com fundamento neste Acordo serão tratadas como sigilosas e somente poderão ser reveladas a pessoas ou autoridades (inclusive tribunais e órgãos administrativos) ,na jurisdição da Parte, pelo lançamento ou cobrança dos tributos visados por este Acordo, pela execução ou instauração de processos judiciais relativos a esses tributos, ou pelas decisões sobre recursos a eles correspondentes. Tais pessoas ou autoridades usarão essas informações apenas para tais fins. Elas poderão revelar as informações em procedimentos judiciais públicos ou em decisões judiciais. As informações não poderão ser reveladas a qualquer outra pessoa ou entidade ou autoridade sem o expresse consentimento por escrito da autoridade competente da Parte requerida. As informações fornecidas a uma Parte requerente no âmbito deste Acordo não poderão ser reveladas a qualquer outra jurisdição.

Artigo 8º

Custos

A incidência dos custos incorridos na prestação de assistência deve ser acordada pelas Partes.

Artigo 9º

Legislação de Implementação

As Partes implementarão a legislação necessária para dar cumprimento e eficácia aos termos deste Acordo.

Artigo 10

Procedimento Amigável

1. Quando surgirem dificuldades ou dúvidas entre as Partes relativamente à implementação ou interpretação deste Acordo, as autoridades competentes se esforçarão por resolver o problema mediante entendimento mútuo.
2. Além dos entendimentos referidos no parágrafo 1, as autoridades competentes das Partes poderão acordar mutuamente os procedimentos a serem usados quanto aos Artigos 5º e 8º.
3. As autoridades competentes das Partes poderão comunicar-se diretamente para os fins de alcançarem um entendimento quanto a este Artigo.
4. As Partes poderão também acordar outras formas de resolução de controvérsias.

Artigo 11

Entrada em Vigor

1. Cada Parte Contratante notificará a outra, por escrito, por via diplomática, da conclusão dos procedimentos exigidos por sua legislação para a entrada em vigor deste Acordo.

CFB6C0C2

CFB6C0C2

2. Este Acordo entrará em vigor na data em que a última daquelas notificações tiver sido recebida.

3. As disposições deste Acordo produzirão efeitos para os pedidos feitos na data de sua entrada em vigor ou após, para informações relacionadas a qualquer período tributável com início em ou após o primeiro dia de janeiro do ano calendário seguinte à entrada em vigor do Acordo ou, quando não houver período tributável, para todas as obrigações tributárias incorridas a partir, inclusive, do primeiro dia de janeiro do ano calendário seguinte à entrada em vigor do Acordo.

Artigo 12 Denúncia

1. Qualquer das Partes poderá denunciar este Acordo por meio de notificação, por escrito, por via diplomática, à outra Parte Contratante.

2. Tal denúncia tornar-se-á eficaz no primeiro (1º) dia do mês seguinte ao do término do período de seis (6) meses após a data de recebimento da notificação de denúncia pela outra Parte Contratante. Todos os pedidos recebidos até a data efetiva da denúncia serão tratados conforme os termos deste Acordo.

3. Se este Acordo for denunciado, as Partes Contratantes permanecerão obrigadas ao disposto no Artigo 7º com respeito a quaisquer informações obtidas com fundamento no Acordo.

Em testemunho do que, os abaixo assinados, devidamente autorizados para tanto, assinaram o Acordo.

Feito em duplicata em Brasília, aos 23 dias do mês de novembro de 2015, nos idiomas português, alemão e inglês, sendo cada texto igualmente autêntico. No caso de qualquer divergência de interpretação entre os textos em português e em alemão, o texto em inglês prevalecerá.

PELA REPÚBLICA FEDERATIVA DO
BRASIL

PELO CONSELHO FEDERAL SUIÇO

CFB6C0C2

CFB6C0C2



SENADO FEDERAL
Senador Armando Monteiro

PARECER Nº , DE 2018



Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 179, de 2017 (PDC nº 486, de 2016, na origem), da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, *que aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a Confederação Suíça para o Intercâmbio de Informações sobre Matéria Tributária, assinado em Brasília, em 23 de novembro de 2015.*

RELATOR: Senador ARMANDO MONTEIRO

I – RELATÓRIO

Vem para análise desta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 179, de 2017, cuja ementa está acima epigrafada.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 128, de 7 de abril de 2016, submeteu-se ao crivo do Congresso Nacional o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a Confederação Suíça para o intercâmbio de Informações sobre Matéria Tributária, assinado em Brasília, em 23 de novembro de 2015.

Após dar notícia das preocupações das autoridades tributárias com o combate à fraude e à evasão fiscal, como também com a redução do espaço para



SENADO FEDERAL
Senador Armando Monteiro

práticas de elisão ou planejamento fiscal, a exposição de motivos, subscrita pelos Ministros de Estado das Relações Exteriores e da Fazenda, esclarece que *tais práticas são especialmente relevantes no contexto internacional atual de busca de maior transparência tributária, de maior cooperação entre as administrações tributárias e de combate ao planejamento tributário agressivo ou abusivo*. O documento registra, ainda, o fato de o G-20 considerar essas práticas como *agravantes da crise financeira global pelo efeito de erosão da base tributária dos países e seu impacto negativo nos orçamentos nacionais*.

O Acordo, composto de 12 artigos, visa facilitar o intercâmbio de informações sobre matéria tributária.

Nesse sentido, o Artigo 1º trata do objeto e do escopo do Acordo. O texto sublinha que as informações incluirão aquelas previsivelmente relevantes para a determinação, lançamento e cobrança de tributos visados pelo Acordo, a recuperação e execução de créditos tributários, ou a investigação ou instauração de processo judicial relativo a matérias tributárias. Para além disso, o dispositivo estabelece que os direitos e salvaguardas assegurados às pessoas pelas leis ou pela prática administrativa da Parte requerida permanecem aplicáveis na medida em que não atrasem ou impeçam, de modo indevido, o efetivo intercâmbio de informações.

O Artigo 3º dá notícia dos tributos visados. No caso brasileiro, são os seguintes: imposto sobre a renda de pessoa física e de jurídica (IRPF e IRPJ, respectivamente); imposto sobre produtos industrializados (IPI); imposto sobre movimentação de crédito, câmbio e seguro (IOF); imposto sobre a propriedade territorial rural (ITR); contribuição para o programa de integração social (PIS); contribuição para financiamento da seguridade social (COFINS); contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL); e quaisquer outros tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

O dispositivo seguinte cuida das definições. Merece destaque o significado da expressão “autoridade competente” que significa, no caso do Brasil, o Ministro da Fazenda, o Secretário da Receita Federal, ou seus representantes autorizados (Artigo 4º, b, ii). O Artigo 5º versa sobre o intercâmbio



SF/18668.02/163-57



SENADO FEDERAL
Senador Armando Monteiro

de informações a pedido e sublinha que elas serão intercambiadas independentemente de a conduta sob investigação constituir crime segundo a legislação da Parte requerida (Artigo 5º, 1).

Já o Artigo 6º estabelece as possibilidades de recusa de um pedido. Assim, por exemplo, o fornecimento de informações que a Parte requerente não poderia obter sob suas próprias leis. Na sequência, o Artigo 7º versa sobre sigilo. Nesse sentido, as informações prestadas no âmbito do Acordo não poderão ser reveladas a qualquer outra pessoa ou entidade ou autoridade sem expresse consentimento por escrito da autoridade competente da Parte requerida, tampouco poderão ser reveladas a qualquer outra jurisdição.

No tocante aos custos, o Artigo 8º estipula que sua incidência deve ser acordada pelas Partes. O artigo subsequente prescreve que as Partes implementarão legislação necessária para dar cumprimento e eficácia aos termos do Acordo. O Artigo 10, por sua vez, dispõe sobre o procedimento amigável de solução de eventuais desinteligências no tocante à implementação ou interpretação do ato internacional em apreço.

Em relação à entrada em vigor, o texto fixa que ela se dará na data da última notificação recebida (Artigo 11). Esse preceito determina, também, que as disposições do Acordo produzirão efeitos para os pedidos feitos na data de sua entrada em vigor ou após, para informações relacionadas a qualquer período tributável com início em ou após o primeiro dia de janeiro do ano calendário seguinte à entrada em vigor do tratado ou, quando não houver período tributável, para todas as obrigações tributárias incorridas a partir, inclusive, do primeiro dia de janeiro do ano calendário seguinte à sua entrada em vigor.

O Acordo é denunciável por meio de notificação, por escrito, por via diplomática, à outra Parte Contratante. A denúncia operará efeitos no primeiro dia do mês seguinte ao término do período de 6 meses após a data do recebimento da notificação da denúncia (Artigo 12).

Aprovado o projeto de decreto legislativo na Câmara dos Deputados, a matéria foi encaminhada para esta Casa e despachada para a Comissão de





SENADO FEDERAL
Senador Armando Monteiro

Relações Exteriores e Defesa Nacional, onde me coube a relatoria.

Não foram recebidas emendas até o momento.

II – ANÁLISE

Conforme o art. 103, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais.

Sobre o PDS em análise, não há vícios no que diz respeito a sua juridicidade. Inexistem, por igual, vícios de constitucionalidade sobre a proposição, uma vez que observa o disposto no art. 49, I, e no art. 84, VIII, da Constituição Federal (CF).

A temática do Acordo reveste-se de extrema relevância para o relacionamento bilateral. E mais, ela se insere no âmbito de preocupação da comunidade internacional na busca por maior transparência fiscal. Nesse sentido, referido Acordo proporciona, oportunamente, maior cooperação entre as respectivas administrações tributárias com vistas a combater a evasão fiscal e o planejamento tributário abusivo.

Por outro lado, o protocolo determina que as informações prestadas no seu âmbito não poderão ser reveladas a qualquer outra pessoa ou entidade ou autoridade sem expresse consentimento por escrito da autoridade competente da Parte requerida, o que preserva o sigilo da informação.

Finalmente, ressalte-se que os acordos de troca de informações tributárias é um passo inicial importante para a construção dos acordos que evitem a dupla tributação, o que garante isonomia ao investidor brasileiro no exterior em relação aos concorrentes estrangeiros, estimula os investimentos recíprocos e oferece ganhos de competitividade numa estratégia de internacionalização das





SENADO FEDERAL
Senador Armando Monteiro

empresas.

III – VOTO

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela **aprovação** do Projeto de Decreto Legislativo nº 179, de 2017.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



3ª PARTE - INSTALAÇÃO DE GRUPO

1